

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

RAFAELA FERNANDA PALHARES

ROUSSEAU: a educação e a escola

SÃO CARLOS

2025

RAFAELA FERNANDA PALHARES

ROUSSEAU: a educação e a escola

Dissertação apresentada ao programa de Pós - Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Carlos, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Filosofia.

Área de Concentração: Filosofia

Orientador: Fernão de Oliveira Salles dos Santos Cruz.

SÃO CARLOS

2025

Palhares, Rafaela Fernanda

Rousseau: a educação e a escola / Rafaela Fernanda
Palhares -- 2025.
134f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São
Carlos, campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Fernão de Oliveira Salles dos Santos
Cruz

Banca Examinadora: Fernão de Oliveira Salles dos
Santos Cruz, José Benedito de Almeida Júnior, Pedro
Fernandes Galé
Bibliografia

1. Educação da natureza. 2. Educação pública. 3. Escola.
I. Palhares, Rafaela Fernanda. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180

Expresso minha gratidão e dedico este trabalho a todas as pessoas que me auxiliaram ao longo desta jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por estar sempre comigo, por me guiar pelos bons caminhos e por me fortalecer para suportar as vicissitudes da vida com galhardia.

Agradeço a Universidade Federal de São Carlos, aos professores e funcionários do PPGFIL que me auxiliaram em toda a trajetória no programa. O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – código de financiamento 001. Agradeço à CAPES por fomentar a pesquisa, isto permitiu que eu me dedicasse às atividades do programa.

Agradeço ao Prof. Dr. Luís Fernandes dos Santos Nascimento (in memoriam) por ter aceitado me orientar, agradeço pela fraternidade e cordialidade, as suas orientações acerca do projeto foram muito importante para o desenvolvimento dessa pesquisa. Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Fernão de Oliveira Salles dos Santos Cruz, que me conduziu nesta jornada, agradeço pelas correções, pela compreensão e o norte que me proporcionou neste período.

Agradeço à banca avaliadora pela disponibilidade e pelas importantes considerações. Agradeço ao Prof. Dr. José Benedito de Almeida Júnior por me acolher desde o primeiro momento da graduação e por me acompanhar até hoje. Agradeço ao prof. Dr. Pedro Fernandes Galé pelas observações realizadas na disciplina de *Seminários* e neste presente trabalho.

Agradeço à minha família pelo apoio, compreensão e amor. Agradeço aos meus amigos que sempre me auxiliaram, me acompanharam e me escutaram nos momentos de

dúvida, agradeço também pelo investimento não apenas de tempo, mas pelos presentes que proporcionaram a conclusão da pesquisa.

Agradeço a todos que, de forma direta ou indireta, fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo investigar a concepção de escola no pensamento de Jean-Jacques Rousseau. Partindo da tese da bondade natural do ser humano e da análise do estado de natureza, buscamos compreender como Rousseau estrutura dois modelos de educação — privada e pública que, embora apresentem finalidades distintas, compartilham um princípio comum: o respeito à natureza humana. Rousseau entende que a educação privada tem como objetivo formar o homem natural, enquanto a educação pública visa à formação do cidadão. Embora o autor não tenha desenvolvido de forma sistemática uma teoria sobre a instituição escolar, suas obras oferecem elementos valiosos para refletir sobre a escola enquanto espaço formativo. A pesquisa se fundamenta especialmente em três textos: *Emílio ou da Educação*, *Economia (moral e política)* e *Considerações sobre o Governo da Polônia e sua Reforma Projetada*, nos quais é possível identificar elementos que apontam para um modelo alternativo de escola voltado à formação moral e cívica do indivíduo.

Palavras Chave: Educação Pública. Educação Privada. Escola. Natureza Humana.

Abstract

This study aims to investigate the concept of school in the thought of Jean-Jacques Rousseau. Based on the thesis of the natural goodness of the human being and the analysis of the state of nature, it seeks to understand how Rousseau structures two educational models—private and public—that, although they serve different purposes, share a common principle: respect for human nature. Rousseau considers that the goal of private education is to shape the natural man, while public education aims at the formation of the citizen. Although the author did not develop a systematic theory about the school institution, his works provide valuable insights for reflecting on the school as a formative space. The research is primarily grounded in three key texts: *Emile, or On Education*, *Economy (Moral and Political)*, and *Considerations on the Government of Poland and on Its Proposed Reform*, in which it is possible to identify elements that point toward an alternative school model oriented to the moral and civic formation of the individual.

Keywords: Public Education. Private Education. School. Human Nature.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 – ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO DA NATUREZA.....	12
1.1 Natureza Humana e o Estado de Natureza.....	14
1.2 Emílio ou da Educação	26
1.3 Educação Negativa	36
1.4 Cenas Pedagógicas.....	41
CAPÍTULO 2 - EDUCAÇÃO PÚBLICA E A ESCOLA.....	48
2.1 Críticas Ao Sistema De Educação Vigente.....	51
2.2 A Educação Pública Para a Formação Do Cidadão	61
2.2.1 Primeira Regra: “Governar De Acordo Com As Leis”	63
2.2.2 Segunda Regra: “A Virtude”.....	65
2.2.3 Terceira Regra: “Proteger Os Cidadãos”	75
CAPÍTULO 3 - SEMELHANÇAS ENTRE OS MODELOS DE EDUCAÇÃO.....	83
3.1 A Formação Do Cidadão Nos Dois Modelos De Educação	83
3.2 Fortalecimento Do Corpo E Os Jogos Públicos.....	88
3.3 A Educação Pela Experiência E O Ensino Da Moral	96
3.4 A Função Do Educador.....	113
3.5 Conteúdos Escolares	117
CONCLUSÃO.....	121
REFERÊNCIAS	128

INTRODUÇÃO

Jean- Jacques Rousseau foi um filósofo renomado do tempo do iluminismo, suas ideias influenciaram significativamente a educação e a filosofia política. O filósofo referido se dedicou a estudar a condição humana retornando até primórdios da vida, com essa finalidade, constrói um estado hipotético que descreve a vida dos homens antes da formação da sociedade. De acordo com a tese da bondade natural, estabelecida no estado de natureza, Rousseau elaborou sua filosofia política e os modelos de educação que analisaremos no decorrer da pesquisa.

Na atualidade muitos comentadores ilustres se dedicaram a estudar as obras de Jean- Jacques Rousseau, alguns deles são: Jean Starobinski, Ernest Cassier, Robert Derathé, Salinas Fortes, Michel Soëtard, Bento Prado Jr e Danilo Streck. Esses autores analisaram diversos aspectos das obras desenvolvidas pelo filósofo genebrino, utilizaremos seus estudos para fundamentar a questão desenvolvida nesta dissertação.

Temos como propósito estudar a noção de educação rousseauiana visando a sua concepção de escola, para tal feito será necessário recorrer às noções de educação e natureza, no que se refere ao desenvolvimento humano. O filósofo genebrino utiliza o conceito de dois tipos de educação, uma particular e privada e outra pública e comum, cada uma delas têm objetivos diferentes, enquanto a primeira tem como meta seguir a natureza humana, a segunda propõe “desnaturar” o homem. Esta pesquisa traz uma proposta mais original acerca da análise da escola em Rousseau, pois neste aspecto, poucos estudiosos dedicaram-se a estudar a instituição escolar na perspectiva do autor do *Emílio*, isto porque, Rousseau não tratou deste assunto de modo tão denso quanto da educação, mas percebemos sua importância no horizonte de reflexões sobre as instituições escolares. Por meio de análise de sua realidade,

Rousseau deixa, em suas obras, fragmentos referentes a um modelo escolar diferente ao que havia em sua época, dessarte, neste trabalho compreenderemos as orientações desse novo modelo de escola pautado na concepção de educação pública e na formação do cidadão. Temos como objetivo investigar o projeto de escola que Rousseau elabora nas *Considerações sobre o Governo da Polônia e sua Reforma Projetada*, visto que, o filósofo estudado deixa importantes questionamentos para refletirmos o modelo escolar vigente na atualidade.

As relações entre natureza e educação na obra de Jean-Jacques são objeto de uma vasta bibliografia crítica, o que permite compreender alguns aspectos do pensamento de Rousseau, bem como os debates entre os estudiosos, acerca das noções de natureza, educação e escola. Acreditamos que as ideias rousseunianas podem contribuir muito com a educação hoje, pois suas reflexões sobre o desenvolvimento físico, psicológico e cognitivo das crianças ainda carecem de se desligar do tecnicismo de nossos dias. Temos como problema teórico o fato de termos poucos textos referentes ao tema proposto, pois existe, como já se disse, uma considerável escassez de referências diretas do próprio autor sobre a sua concepção de escola. Contudo, felizmente, Rousseau realizou alguns comentários esclarecedores ao longo de três obras onde ele aborda o tema deste trabalho, são elas: *Emílio ou da Educação*, *As Confissões* e *Considerações*. Esses textos serão, portanto, o objeto privilegiado de nossa abordagem.

A pesquisa será dividida em três capítulos. O primeiro refere-se à educação particular e privada, cujo objetivo é a formação do homem a partir de suas tendências naturais. Conforme apresentado anteriormente, Rousseau elabora dois modelos de educação que, embora tenham objetivos distintos, compartilham do mesmo princípio: “seguir a natureza”. Para realizarmos este estudo precisaremos recorrer às duas obras de Jean-Jacques, o *Emílio ou da Educação* que apresenta a educação privada e como ocorre a formação do homem, e o *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens* que aborda sobre a natureza humana. Neste capítulo também estudaremos a educação por fases e as cenas

pedagógicas, em razão de ambas fazerem parte do percurso para a formação do homem, tanto no campo do conhecimento, quanto do campo da moral.

O capítulo dois é intitulado como “Análise Sobre a Educação Pública”, nesta parte proponhamos compreender como é formada a educação pública que Rousseau retrata em suas obras, em especial nas *Considerações* e o verbete *Economia (Moral e Política)*. O primeiro movimento deste capítulo é identificar, a partir da perspectiva de Rousseau, como opera a instituição escolar vigente no século XVIII. O filósofo genebrino nas obras mencionadas, apresenta como objetivo da educação pública a formação do cidadão e para isso define caminhos para que a educação exerça essa função. Rousseau observou que a educação de sua época, principalmente a respeito do ensino, exigia que as crianças se adaptassem ao método, tratava-se, portanto, de um exercício de “desnaturação” desde a infância. Ele compreendia, graças as suas leituras dos antigos, que, se a escola observasse a natureza da criança – e do desenvolvimento humano – seria mais fácil inseri-la no universo do conhecimento escolar. À vista disso, neste capítulo analisaremos os princípios apresentados por Jean- Jacques Rousseau para formação do cidadão e como através desses conceitos a instituição escolar é responsável por esse processo formativo.

O capítulo 3 “Semelhanças entre os modelos de educação”, observaremos as máximas que perpassam os modelos de educação elaborados por Rousseau, deste modo, nesta parte do trabalho verificaremos os elos entre a educação privada apresentada no *Emílio* e a educação pública teorizada na obra das *Considerações*. Para tal feito, iniciaremos examinando o processo de formação do cidadão em cada um dos modelos de educação e passaremos por seis semelhanças: educação negativa; desenvolvimento físico e psicológico; disfunção da leitura no ensino; o ensinamento da moral; papel dos mestres e os conteúdos escolares.

Deste modo, nosso trabalho visa compreender através das obras do filósofo genebrino e do auxílio das obras de seus comentadores, a ideia de escola para Jean-Jacques Rousseau. Observaremos que os princípios para a formação do homem presentes no *Emílio* com a junção das máximas para a formação do cidadão citadas na obra das *Considerações*, formam o caminho para uma educação duradora no âmbito escolar.

CAPÍTULO 1 – ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO DA NATUREZA

Para compreender a proposta de sistema escolar apresentado por Rousseau, precisaremos, antes de mais, entender o que é educação para o filósofo e seguir suas observações sobre o assunto. Através da análise da concepção rousseuniana de natureza humana e suas implicações para educação, tentaremos caracterizar os modelos de educação elaborados pelo o filósofo genebrino até chegarmos às considerações específicas que ele fez sobre a escola, relacionando os modelos com a própria instituição escolar. Tendo isso em vista, a proposta para esse capítulo é analisar a educação da natureza apresentada por Jean-Jacques Rousseau.

Rousseau foi uma figura muito importante na filosofia moderna, o autor se propôs a refletir sobre os fundamentos da sociedade e por meio de sua tese do Bom Selvagem¹ definiu modelos de educação, à vista disso, muitos estudiosos se dedicaram a analisar a natureza humana em Rousseau, perfazendo esse tema contar com uma vasta bibliografia acadêmica. Pretendemos utilizar algumas obras de comentadores que nos ajudarão a embasar o tema proposto, alguns desses estudiosos são: Salinas Fortes, Cassirer, Becker, Lourival Machado, Nascimento, entre outros.

No *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, conhecido também como o *Segundo Discurso*, Rousseau teoriza sobre o estado de natureza e atribui aos homens tendências naturais. Neste estado anterior a sociedade civil, o homem não possui desigualdades que não fossem oriundas da natureza e de sua constituição original,

¹ Tese que atribui ao homem a bondade natural.

como por exemplo, o sexo, a idade, a força e o tamanho. O *segundo discurso* traça o percurso do homem natural até a instituição da sociedade e atribui à propriedade privada a principal fonte da desigualdade, o filósofo genebrino neste livro elucida como o desenvolvimento das faculdades humanas contribuíram para o estabelecimento de desigualdades de uma outra ordem e para a corrupção do homem.

Os homens são maus; uma triste e contínua experiência dispensa provas. Entretanto, o homem é naturalmente bom, creio tê-lo demonstrado. E o que poderia tê-lo depravado a esse ponto, senão as transformações sobrevindas em sua constituição, os progressos que realizou e os conhecimentos que adquiriu? (Rousseau, 2020a, p.107).

Embora pareça distante de nosso tema, o *Discurso sobre a desigualdade* é central para este trabalho. A antropologia que emerge dali é fundamental para a construção do argumento de *Emílio*, texto em que Rousseau formula sua teoria da educação da natureza. Com efeito, a educação que se propõe ao longo do *Emílio* visa, em certo sentido, utilizar as tendências naturais no processo de educação. Para Rousseau, se se quer alcançar sucesso na educação é necessário que se conheça e siga a natureza da criança, pois tudo que é ensinado sem ser antes “preparado” pela natureza não tem serventia e não será aprendido. Numa palavra, a educação só será duradoura se o aluno criar hábitos conforme a natureza.

A natureza, dizem-nos, é apenas o hábito. Que significa isso? Não há hábitos que só se adquirem por força e que nunca sufocam a natureza? Tal é, por exemplo, o hábito das plantas, em cuja direção vertical se interfere. A planta, posta em liberdade, conserva a inclinação que a forçaram a tomar; mas a seiva de modo algum mudou sua direção primitiva, e se a planta continua a vegetar, seu prolongamento volta a ser vertical. O mesmo ocorre com as inclinações dos homens. Enquanto permanecemos no mesmo estado, podemos conservar as que resultam do hábito e que nos são menos naturais; mas, tão logo muda a situação, o hábito cessa e o natural retorna. A educação certamente é apenas um hábito (Rousseau, 2022b, p. 10).

Para Rousseau, é fundamental considerar que há diferentes fases para o conhecimento. Tendo isso em vista, o filósofo divide sua obra *Emílio* em cinco partes, cada uma delas consiste em um período da vida de Emílio e em cada etapa Rousseau analisa o que é próprio da natureza do educando.

Outro ponto a ser trabalhado neste capítulo são as cenas pedagógicas, a educação de Emílio seguirá dois princípios, o da utilidade e o da experiência. O primeiro princípio guiará o que se deve ensinar e o segundo de como a educação deve acontecer. A liberdade do educando nesse processo o levará a conhecer as coisas mediante a experiência e, portanto o educador (Rousseau) elabora situações problemas que ensinam seu pupilo conteúdos que no sistema escolar de seu tempo eram penosos². Neste capítulo analisaremos as cenas pedagógicas: a da astronomia; do Jardineiro Robert; e a do prestidigitador, com essas passagens, Emílio aprenderá lições relativas à natureza e sobre o início do processo de sociabilidade, ademais, entenderá importantes e interessantes ensinamentos como, por exemplo, de geografia, agricultura, direito e moral.

1.1 Natureza Humana e o Estado de Natureza

A natureza humana é um tema discutido desde os primórdios da filosofia. Trata-se de uma noção complexa, o que torna desafiadora sua definição no pensamento do filósofo genebrino. Em diferentes passagens de sua obra, Rousseau emprega o conceito de natureza com significados distintos, os quais podem ser organizados em três acepções principais: como

² Os colégios educavam através de livros, instrumentos considerados por Rousseau como a maior miséria da infância: “Suprindo assim todos os deveres da criança, suprimo os instrumentos de sua maior miséria, a saber, os livros. A leitura é o flagelo da infância e é quase a única ocupação que sabem dar-lhe” (Rousseau, 2022b, p. 120).

realidade física; como oposição ao que é construído (isto é, à sociedade); e como essência do homem.

O autor Wilson Paiva (2007), afirma que esta última definição de natureza se aproxima de uma entidade metafísica criadora, podendo ser referida como Natureza com o “n” maiúsculo, existindo assim uma natureza da natureza. A Natureza em sentido metafísico geraria a natureza, ela seria o primeiro motor enquanto a natureza, em sentido mais próximo ao coloquial, seria o que é natural no mundo (os elementos).

Em sua obra o termo é empregado num sentido um tanto quanto metafísico, divinizado, que sugere a ideia do absoluto. “Tudo é certo em saindo das mãos do Autor das coisas”, diz ele na abertura de seu tratado de educação, o *Emílio*. Mas no rascunho da obra o autor escreveu diferente: “Tudo é certo em saindo das mãos da natureza”. Portanto, quando nos deparamos com frases do tipo: “Assim é que a natureza, que tudo faz da melhor maneira, o institui inicialmente” e outros trechos que deixam claro que ela prescreve a maneira de viver comanda os animais e distribui dons, podemos concluir que a natureza possui em si a perfeição e a harmonia suficientes para ser o elemento fundador do que é e do que deve ser (Paiva, 2007, p. 62).

Primeiramente, devemos entender que o estado de natureza é uma hipótese teórica que se remete ao homem natural antes de ser instituída a sociedade. Rousseau, em outras palavras, não se compromete com a tese de sua existência real ou histórica. O estado de natureza serve-lhe apenas como ferramenta para, abstraindo características presentes no homem atual, isolar aquilo que pertenceria ao homem num estado supostamente às instituições sociais, governos ou leis. Trata-se de separar do homem, tal como o conhecemos, aquilo que ele tem de natural daquilo que possui de artificial:

Não é, pois, um empreendimento qualquer distinguir o que há de originário do que há de artificial na presente natureza do homem e conhecer a fundo um estado que não existe mais, talvez nunca tenha existido e provavelmente

jamais existirá, a partir do qual se deve julgar o nosso atual (Rousseau, 2020a, local 299- 312).

Portanto, o estado de natureza é um recurso metodológico para diferenciar o que é próprio do homem do que ele adquiriu pela vida em sociedade e, com ela, educação, entre outros elementos. Jean-Jacques considera a igualdade como a primeira característica inerente ao homem. Embora Rousseau admita que pode haver diferenças desprezíveis no que concerne à condição física dos homens nesse estado, para o genebrino, nele os homens são moral e metafisicamente iguais, pois não há desigualdade que não seja proveniente da vida em sociedade. Assim sendo, em relação ao desenvolvimento do homem, existem apenas dois tipos de desigualdade: aquela, irrisória, que advém da natureza que são a força física, a idade, a saúde e as diferenças entre os sexos; e, a desigualdade moral que consiste nos privilégios de alguns indivíduos sob os outros. Em estado de natureza o homem apresenta apenas a primeira em razão de não ter as características suficientes para haver uma desigualdade moral, ele não mantém relações de desigualdade com os de sua espécie.

Disso resulta que o homem em estado de natureza se assemelha bastante a um animal, é uma criatura solitária, que tem como instrumentos apenas suas mãos. Ao interagir com os seus iguais, esses homens não tomam vantagens e os atacam de forma arbitrária. Tal como os animais, eles são regidos pelas leis da natureza, seu comportamento é definido de forma orgânica, não sendo possível ele contrariá-la, o homem, por sua vez, tem a liberdade de determinar as suas ações, mas também é regido por ela, essa que o impede, no estado de natureza, de ser mau.

Ainda seguindo a comparação com o animal, o homem natural é nesse estado um ser robusto, comumente isolado dos outros indivíduos de sua espécie. Em estado de natureza, se dois homens se aproximam, é apenas por necessidade de, por exemplo, procriar ou para

conseguir algum alimento. O resultado desse distanciamento entre os indivíduos contribuiu para amoralidade do homem em estado de natureza:

Expliquei ainda o que entendia por essa bondade originária, que não parece se deduzir da indiferença quanto ao bem e ao mal própria do amor de si. O homem não é um ser simples; ele se compõe de duas substâncias. Se nem todos concordam com isso, o senhor e eu concordamos, e eu procurei demonstrá-lo a outros. Uma vez isso provado, o amor de si não é mais uma paixão simples, mas tem dois princípios, a saber, o ser inteligente e o ser sensível, cujo bem-estar não é o mesmo. O apetite dos sentidos conduz ao bem-estar do corpo, e o amor pela ordem, ao da alma. Este último amor, uma vez desenvolvido e tornado ativo, toma o nome de consciência; mas a consciência só se desenvolve e age em conjunto com as luzes do homem. É só graças a essas luzes que ele atinge um conhecimento da ordem, e é só quando a conhece que sua consciência o leva a amá-la. A consciência, portanto, não existe no homem que ainda nada comparou e que não percebe suas relações. Nesse estágio, o homem conhece apenas a si mesmo; não vê seu bem-estar como estando em oposição ou em conformidade ao de mais ninguém. Ele não odeia nem ama nada; limitado unicamente ao instinto físico, ele é nulo, é estúpido – foi isso o que mostrei em meu *Discurso sobre a desigualdade*” (Rousseau, 2004, p. 17).

Para Rousseau há somente dois sentimentos naturais: a piedade natural (pitié) e o amor de si (amour de soi). A piedade natural pode ser entendida como uma forma de compaixão ou empatia natural que o ser humano sente diante do sofrimento alheio — um sentimento anterior à razão e à moral ensinada socialmente. Trata-se de uma disposição inata que impede o ser humano de causar mal a outro. Podemos compreender o amor de si, da seguinte forma: o instinto natural que leva cada ser vivo, inclusive o ser humano, a buscar sua autopreservação, seu bem-estar, sua sobrevivência. Então, para Rousseau, estes são sentimentos naturais, portanto anteriores à cultura, por isso, mesmo possuindo sentimentos os homens neste estado são amorais. Os homens no estado de natureza não são nem virtuosos nem maus, pois as virtudes e os vícios surgem apenas na sociedade. A bondade natural do homem está na

ausência de maldade. À medida que o homem entra na sociedade, o amor de si se transforma — ou melhor, degenera-se — em amor-próprio, ao passo que a razão humana se desenvolve e o homem começa a estabelecer relações sociais mais amplas, surgem novas paixões, como o orgulho, a vaidade e o desejo de reconhecimento. Essas paixões derivam do amor-próprio (*amour-propre*), que se diferencia do amor de si, e são consequências da vida em sociedade. No que diz respeito à piedade, ela continua sendo a base das virtudes sociais e contribui para a preservação da espécie. Apesar das transformações provocadas pela vida em sociedade, a tendência natural à bondade permanece, pois não há qualquer perversidade natural no coração humano.

Parece que, inicialmente, homens nesse estado, por não manterem entre si nenhuma espécie de relação moral nem terem deveres conhecidos, não poderiam ser bons nem maus e não teriam vícios nem virtudes, a menos que, tomando-se esses termos em sentido físico, se chamem de vícios de qualidades que no indivíduo podem prejudicar a sua própria preservação e virtudes aquelas que podem contribuir para isso (Rousseau, 2020a, local 744).

Para Rousseau, o ser humano no estado de natureza não possui virtudes morais desenvolvidas, como as ensinadas pela tradição cristã, mas tampouco manifesta vícios como crueldade ou egoísmo. Isso não significa que o coração humano seja neutro ou possa tender igualmente para o bem ou para o mal. Ao contrário, Rousseau sustenta a existência de uma inclinação natural para o bem, a qual denomina *bondade natural*. Essa bondade, porém, não corresponde à moralidade social ou religiosa; trata-se de uma tendência espontânea e instintiva a preferir o bem ao mal, antes mesmo de qualquer formação moral. Segundo Rousseau, a natureza humana foi criada por Deus e, por essa razão, não poderia conter em si uma inclinação ao mal. Quando vemos comportamentos perversos nos seres humanos, eles não vêm da natureza, mas são resultado da influência social e da educação corrompida. O mal, portanto, não nasce conosco, mas se instala em nós a partir das deformações produzidas

pela sociedade. A verdadeira natureza humana, para Rousseau, é boa — e é a sociedade que a desvia desse caminho.

Esta ideia de amoralidade, quando apresentada no sistema de Hobbes, ganha um sentido negativo, assim como a igualdade entre os seres. Em Rousseau os homens serem iguais proporciona a eles não se beneficiarem uns dos outros, em Hobbes, a capacidade física dos homens em igualdade gera uma competição constante, visto que, todos têm a mesma oportunidade de alcançar o que almeja. Nesse estado hobbesiano³, diferentemente do que postula Rousseau, os recursos são escassos, o que resulta competição continua pelo alimento. Nesse cenário parecem ser inevitáveis as guerras constantes entre os iguais, perfazendo o medo e a insegurança governarem o homem.

Sobretudo, não vamos concluir, com Hobbes, que o homem, por não ter nenhuma ideia de bondade, seja naturalmente mau, que seja vicioso por não conhecer a virtude, que negue sempre seus semelhantes favores que não crê dever-lhes, tampouco que, pelo direito que com razão ele atribui a si mesmo sobre as coisas de que necessita, imagine imensamente ser o único proprietário de todo universo [...] de modo que se poderia dizer que os selvagens não são maus precisamente porque não sabem o que é ser bons, pois não é nem o desenvolvimento das luzes, nem o freio da lei, mas a tranqüilidade das paixões e a ignorância do vício que os impedem de

³ Hobbes define o estado de natureza um lugar de extrema violência de guerra de todos contra todos: “Numa tal condição não há lugar para o trabalho, pois o seu fruto é incerto; conseqüentemente, não há cultivo da terra, nem navegação, nem uso das mercadorias que podem ser importadas pelo mar; não há construções confortáveis, nem instrumentos para mover e remover as coisas que precisam de grande força; não há conhecimento da face da Terra, nem cômputo do tempo, nem artes, nem letras; não há sociedade; e o que é pior do que tudo, um medo contínuo e perigo de morte violenta. E a vida do homem é solitária, miserável, sórdida, bruta e curta” (Hobbes, 2008, p. 109).

O autor genebrino contrapõe a visão de Hobbes, ele aponta que a ambição e a cobiça ilimitada são incompatíveis com a destruição de todos os semelhantes, uma vez que, quem venceria ficaria sozinho no mundo e isto não traria felicidade em desfrutar as coisas, pelo fato de ter tudo para si. Rousseau ainda aponta que “O homem é naturalmente pacífico e medroso. Ao menor perigo, seu primeiro movimento é de fugir.” (Rousseau, 2011, p. 159) esta afirmação contradiz o papel do medo da teoria hobbesiana, para o filósofo inglês, o medo de todos e principalmente da morte violenta faz o homem se armar e guerrear contra os seus semelhantes, à vista disso é o medo também que faz o homem se reunir em sociedade através do contrato.

proceder mal: *Tanto plus in illis proficit vitiorum ignoratio, quam in his cognitivo virtutis.* (Rousseau, 2020a, local 757- 779).

Outro fator que reafirma esse sentimento de bondade são as paixões naturais. Pensar em paixões nos remete as que existem em nossa sociedade hoje, assim como fizeram os contemporâneos de Rousseau⁴, recordamos das paixões mais vivas como a raiva, a vingança, a ira. No entanto, as paixões que o filósofo genebrino se refere são aquelas que asseguram a vida do homem e de sua espécie, o amor de si e a piedade⁵.

Em consonância com o *Segundo Discurso*, no *Emílio*, Rousseau também parte de uma visão otimista da natureza humana, centrada na bondade natural e na liberdade da criança. Diferentemente das correntes educacionais da época, o filósofo genebrino não reconhece a educação como um meio de moldar a criança para a sociedade, ele propõe um método de educação voltado para preservar e desenvolver as qualidades naturais do indivíduo, respeitando o que é próprio dele.

Embora tratem de temas diferentes, o *Segundo Discurso* e o *Emílio*, estão de certa maneira interligados. A partir do *Discurso* compreende-se que os homens têm tendências naturais que fazem-no desenvolver-se, no *Emílio* acompanhamos Rousseau defendendo um modelo que busca respeitar a natureza da criança e permitir seu desenvolvimento pleno. Rousseau propõe uma educação que seja natural e que prepare o indivíduo para a vida em

4 Os contemporâneos de Rousseau ao definir natureza humana e o homem no estado natural atribuíram características provenientes da sociedade, adquiridas pela educação (e o hábito).

⁵ “Meditando sobre as primeiras e mais simples realizações da alma humana, creio perceber dois princípios anteriores à razão, um deles nos interessa ardentemente por nosso bem-estar e conservação, o outro inspira-nos uma repugnância natural diante do sofrimento ou da morte de todo ser sensível, principalmente de nossos semelhantes [...] Aliás, há outro princípio que Hobbes não percebeu, e que, tendo sido dado ao homem para suavizar em certas ocasiões a ferocidade de seu amor-próprio ou o desejo de preservar-se, antes do nascimento desse amor, O modera o ardor que tem por seu bem-estar com uma repugnância inata ao ver sofrer seu semelhante. Creio que não devo recear por nenhuma contradição quando atribuo ao homem a única virtude natural que mesmo o detrator mais extremado das virtudes humanas é forçado a reconhecer. Refiro-me à piedade, disposição própria a seres tão fracos e sujeitos a tantos males como o somos; virtude tanto mais universal, tanto mais útil ao homem por ser anterior ao uso de qualquer reflexão, e tão natural que os próprios animais dão por vezes sensíveis mostras de que a tenham”. (Rousseau, 2020a, local 349-779)

sociedade, sem corromper sua liberdade e bondade, esse modelo de educação, trata-se, portanto, da condição humana⁶.

Analisando o *Emílio*, conseguimos compreender a ideia de natureza humana trabalhada pelo autor, começamos pelo sentido de essência humana⁷ ou os instintos naturais. Ao aplicar essa ideia no âmbito da educação, Jean-Jacques utiliza a metáfora da planta, para tornar sensível a interação entre educação e natureza:

A natureza, dizem-nos, é apenas hábito. Que significa isso? Há hábitos que só se adquirem por força e que nunca sufocam a natureza? Tal é, por exemplo, o hábito das plantas, em cuja a vertical se interfere. A planta, posta em liberdade, conserva a inclinação que a forçaram a tomar; mas a seiva de modo algum mudou a sua direção primitiva, e se a planta continua a vegetar, seu prolongamento volta a ser vertical. O mesmo ocorre com as inclinações dos homens. Enquanto permanecemos no mesmo estado podemos conservar as que resultam do hábito e que nos são menos naturais; mas, tão logo muda a situação, o hábito cessa e o natural retorna (Rousseau, 2022b, p. 10).

Corrigindo a aceção que comumente se dá à natureza (“apenas hábito”), a o caso das plantas, apresentado acima, ilustra que a educação tem a capacidade de interferir no desenvolvimento da natureza, mas não de alterá-la. Enquanto a criança está sob a influência dos hábitos, segue a direção que a educação proporciona⁸, mas a partir do momento que os hábitos cessam, ela retorna para a sua orientação natural. Tendo isso em vista, o filósofo genebrino postula que, para se educar é necessário respeitar a natureza da criança⁹, em vez de contrariá-la. Assim, a criança apreenderá conformidade com seus instintos naturais, o que torna o aprendizado duradouro, em razão de a criança estar preparada para apreendê-lo.

⁶ “Nosso verdadeiro estudo é o da condição humana” (Rousseau, 2022b, p.14).

⁷ [...] entre as principais preocupações de Rousseau se encontrava a procura da essência do homem (Cassirer, 1999, p. 23).

⁸ “Moldam-se as plantas pela cultura, e o homens, pela educação” (Rousseau, 2022b, p. 08).

⁹ “Observai a natureza e segui a rota que ela vos traça” (Rousseau, 2022b, p. 22).

O segundo sentido que natureza assume nas obras de Jean- Jacques é o que podemos chamar de físico, vejamos o que o filósofo expõe nas obras trabalhadas até o momento: “A natureza faz com eles exatamente o mesmo que a lei de Esparta com os filhos dos cidadãos, tornando fortes e robustos os que são bem constituídos e levando os outros à morte[...]” (Rousseau, 2020a, local 462).

Trata-se aqui de uma natureza entendida como território: uma “terra abandonada à sua fertilidade natural e coberta de imensas florestas que o machado jamais mutilou” (Rousseau, 2020a, local 455), que oferece, a cada passo, provisões e abrigo aos animais de todas as espécies. Essa natureza molda o temperamento dos homens por meio dos desafios que impõe. Ainda que, no estado de natureza, os recursos sejam abundantes, a resistência que a natureza oferece exige que o ser humano desenvolva suas faculdades. Assim, ao serem expostos ao vento, às mudanças de clima e à dificuldade de obter alimento, os homens primitivos são forçados a mobilizar suas habilidades — que até então estavam latentes — para garantir sua sobrevivência. A natureza, nessa acepção, tem um aspecto duplo: por um lado é abrigo para os homens, por outro, lhes oferece uma multiplicidade de desafios.

A natureza como aspecto físico é um dos fatores que influenciam os homens a desenvolverem a faculdade inerente a eles e que os distingue dos animais, a perfectibilidade¹⁰. Esta faculdade não é adquirida pelo ambiente, mas a natureza como espaço físico é capaz de “ativa-la”. Starobinski em *Rousseau: transparência e obstáculo* (2011) analisa: “ O sistema, Rousseau lhe atribui na evolução da humanidade: a perfectibilidade, potência latente, não

¹⁰ A **perfectibilidade** é a capacidade humana de se transformar, desenvolver e aperfeiçoar ao longo do tempo, tanto em termos intelectuais quanto morais. Ele vê a perfectibilidade como uma característica única da espécie humana, que a distingue dos outros animais, que agem mais por instinto e são incapazes de alterar sua natureza. A perfectibilidade, ao mesmo tempo, em que permite os seres humanos evoluam também é a razão pela qual eles se afastam de seu estado natural.

“No entanto, mesmo que as dificuldades que envolvem essas questões deixassem por um instante de criar divergências sobre a diferença entre o homem e o animal, permaneceria outra qualidade muito específica que os distingue, e sobre a qual não há questão: é a faculdade de aperfeiçoar-se – faculdade que, com o auxílio das circunstâncias, desenvolve sucessivamente todas as outras e reside entre nós, tanto na espécie como no indivíduo, ao passo que o animal é, depois de alguns meses, o mesmo que se tornará por toda a vida, e sua espécie, passados mil anos, a mesma do primeiro ano”(Rousseau, 2020a, local 577).

manifesta seus efeitos a não ser com “a ajuda das circunstâncias”, quando o obstáculo e a adversidade obrigam os homens, para sobreviver, a mostrar todas as suas forças e todas as suas faculdades (Starobinski, 2011, local 5929). As circunstâncias proporcionam que o homem utilize sua faculdade do aperfeiçoamento.

Enquanto os outros animais não são capazes de se afastar do que os seus instintos naturais os determina, o homem, por sua vez, por ser livre, consegue negar a sua natureza e se desenvolver superando os limites dela, nos referimos tanto a natureza enquanto o espaço biofísico quanto dos instintos naturais.

O homem selvagem, entregue pela natureza unicamente ao seu instinto ou antes recompensado pelo que lhe falta, talvez, com faculdades capazes de a princípio supri-lo, para em seguida superá-la [...] Querer e não querer, desejar e temer, serão as primeiras e quase únicas operações de sua alma, **até que novas circunstâncias nela determinem novos desenvolvimentos** [negrito nosso] (Rousseau, 2020a, local 591).

As mudanças no campo físico proporcionaram ao homem, em determinado momento, a escassez de alimento e abrigo, o forçando-o a desenvolver a faculdade para resolver esses problemas.¹¹ As mudanças físicas da natureza também incentivaram o homem a ter contato com os seus iguais, pois, até o momento em que as dificuldades os encaminham a se associar, a relação dos homens era quase inexistente¹². Para o filósofo, o desenvolvimento dessa faculdade transforma o homem no estado de natureza. No *Emílio* algo semelhante, ali, também, vemos como a natureza, nesse último sentido, age: “Em vez de deixá-lo estagnar no ar viciado de um quarto, que seja levado diariamente até um prado. Que ali corra e brinque,

¹¹ Salinas fortes atribui que essas mudanças foram catástrofes climáticas que transformaram o ambiente em que os homens viviam: “É preciso supor a atuação de fatores externos a essa condição ou a atuação de um acaso catastrófico que produz a alteração do estado de equilíbrio anterior. (Imaginemos a ocorrência de grandes inundações ou tremores de terra que, ao mesmo tempo em que alteram as condições de vida na região, levam a uma nova correlação entre os homens.)” (Fortes, 1989, p.32).

¹² A perfectibilidade é um processo ambivalente de transformações, conduz “[...] tempo, a uma perversão de suas disposições primitivas. De uma condição de integração com a natureza circundante e de independência de seus semelhantes, o homem evoluirá para uma situação de independência da natureza e de dependência em relação a outro homem (Fortes, 1989, p. 32).

que caia cem vezes por dia: melhor assim, pois aprenderá mais cedo a se levantar” (Rousseau, 2022b, p. 65).

Como deixa claro o texto acima, a natureza física deve ser considerada como um fator que influencia o desenvolvimento da criança. O ato, no caso, de deixar o indivíduo livre para brincar proporciona que ele esteja exposto ao que a natureza oferece. Toda a educação de Emílio seguirá esse princípio de liberdade, o pequeno será educado conforme a sua natureza, e será influenciado pela natureza que o rodeia. Exemplos práticos desse tipo de educação são as cenas pedagógicas elaboradas por Rousseau para educar seu pupilo.

Entretanto, os efeitos da perfectibilidade contém alguma ambiguidade. Essa faculdade provê adaptações importantes às circunstâncias desafiadoras que o ambiente natural coloca diante dos homens, mas é ela também que torna possível que o homem se desnature. Seja como for, trata-se de um fator imprescindível para o desenvolvimento humano, uma vez que é ela que confere plasticidade à nossa natureza. Nossa hipótese é de que ela está presente tanto na degeneração do homem, quanto na possibilidade de educá-lo nos moldes propostos no *Emílio*.

Podemos compreender, sustentado por estudiosos de Rousseau, que o filósofo genebrino apresenta uma crítica ao processo histórico da humanidade, marcado por um declínio gradual e pela perversão da condição originária do homem. O que nos faz refletir: o homem saiu de seu estado originário onde era um ser com poucas necessidades para uma realidade de exploração e de vícios, neste contexto, como Rousseau aplica a sua teoria de seguir a natureza para a educação? Fortes afirma que:

Não há dúvida de que uma visão como a de Rousseau sobre a história humana é profundamente negativa. Pois o que é, afinal esse longo processo de evolução senão a gênese de nossos males, e a nossa história senão um movimento e queda, tal como o relato bíblico? Expulso do paraíso, o homem

está condenado a ser o lobo do homem. Todo esse pessimismo histórico, pelo menos, salva o homem e sua natureza essencial [...] o pessimismo contrapõe-se a um otimismo histórico (Fortes, 1989, p.45).

O que observamos é que não há modificação na “natureza essencial” do homem, há uma integridade do ser humano que permanece intacta e por tal motivo Rousseau apresenta como máxima seguir a natureza e conservá-la. O que corrompe os homens não é sua constituição, mas o meio: a sociedade e a educação¹³. Podemos, por essa razão, dizer que há certa dicotomia no pensamento rousseauiano, uma oposição entre natureza e sociedade, este é o terceiro sentido de natureza empregado por Rousseau, o daquilo que é oposto ao civil ou social:

Dessas contradições nasce aquela que experimentamos sem cessar em nós mesmos. Arrastados pela natureza e pelos homens por rotas contrárias, forçados a nos dividirmos entre os diversos impulsos, seguimos um composto deles que não nos leva a lugar nenhum (Rousseau, 2022b, p. 13).

A oposição entre natureza e sociedade é um dos pontos centrais na crítica de Rousseau à civilização. Observamos que no estado de natureza os seres humanos eram livres, sem desigualdades a não ser aquelas provenientes da própria natureza do ser, contudo, com a instituição da propriedade privada, os homens deixaram de ser iguais, a introdução da propriedade promoveu uma divisão entre os homens, isto fez com que os indivíduos vivessem em uma constante comparação. Podemos inferir que esse processo permitiu que os homens se afastassem do estado natural e adquirissem características próprias da sociedade civil.

Em uma palavra, concorrência e rivalidade de um lado e, de outro, oposição de interesses, e sempre, o desejo oculto de tirar proveito às expensas de outrem. Esses males reunidos constituem o primeiro efeito da propriedade e o cortejo inseparável da desigualdade nascente (Rousseau, 2020a, local 1128).

¹³ “[...] Tampouco levo em conta a educação mundana porque, tendendo a dois fins contrários, ela carece de ambos [...]” (Rousseau, 2022b, p. 13).

Descontente com a realidade e com a educação que apenas propagava os vícios existentes, por meio da educação natural, Emílio será educado para se tornar um homem e cidadão virtuoso, para tanto, o seu preceptor o ensinará conforme a natureza e preservando seus instintos naturais. Esse modelo de educação visa o desenvolvimento do indivíduo; o educador respeita, dessa forma, o que é próprio de cada fase da infância e adolescência, afastando ou proporcionando situações-problema que façam o indivíduo atingir o objetivo desejado.

1.2 Emílio ou da Educação

*Emílio ou da Educação*¹⁴, obra publicada em 1762 por Jean- Jacques Rousseau, apresenta ao leitor um modelo de educação que possui como máxima seguir a natureza humana. Esse preceito, vale notar, está em conformidade com o princípio que o homem tem uma bondade natural.

Muitos pontos tratados no *Emílio* aparecem, sob outra forma, no romance *Julie ou a Nova Heloísa*, publicado em 1761, e o *Contrato Social* publicado em 1762. O *Emílio* apresenta cinco partes onde em cada uma delas Rousseau expõe o que é próprio da faixa etária da educação do homem. O livro um, trata-se do período de zero a dois anos, o livro dois, de dois a doze anos, o livro três, de treze a quinze anos, o livro quatro, de quinze a vinte anos e o livro cinco, de vinte a vinte e cinco anos.

¹⁴ Há dois tipos de obras de Rousseau: as obras teóricas como os *Discursos* e o *Contrato Social* e as obras circunstanciais como os textos de intervenção política, as *Considerações* e o *Projeto de constituição para a Córsega*, o *Emílio*, por sua vez, corresponde ao primeiro tipo, apesar de ser um romance é uma obra teórica, não sendo uma aplicação específica.

No *Emílio*, Rousseau propõe um método para a formação do indivíduo, posiciona a atenção na própria criança e em seu desenvolvimento, vale recordar que em seu tempo existiam duas formas de educação, uma pública e comum e outra particular e privada. A primeira se refere à educação propagada nas instituições, os colégios, e a segunda, a educação doméstica, executada pelos preceptores.

Entendendo que o foco dos colégios estava no conteúdo e não propriamente no aprendizado, Rousseau rejeita esse tipo de educação e opta por educar Emílio na educação particular, aqui cabe a observação que o filósofo não simplesmente reproduz o modelo de educação doméstica vigente, mas elabora uma nova proposta educativa — a educação da natureza — que não se confunde com a educação particular tradicional. Uma boa ilustração disso se encontra na discussão da relação entre natureza e cultura presente na *Nova Heloísa*, discussão que antecipa em larga medida algumas teses apresentadas na obra do filósofo de Genebra sobre a educação. Nessa obra, Rousseau utiliza a comparação entre jardins inglês e francês para expressar a oposição entre natureza e cultura, o natural e o artificial, entre o que é de nossa natureza e o que advém da educação. Nesta imagem, Rousseau analisa a formação do indivíduo: enquanto o jardim francês busca a racionalidade modificando a natureza e dando-lhe uma forma geométrica, o jardim inglês busca deixar a natureza seguir seu curso.

É que um lugar tão diferente do que era só pode ter-se tornado o que é com cultivo e cuidados, todavia, não vejo em parte alguma o menor traço de cultivo. Tudo é verdejante, fresco, vigoroso e a mão do jardineiro não aparece: nada desmente a ideia de uma ilha deserta que me veio à mente ao entrar e não percebo nenhum passo humano (Rousseau, 1994, p. 416).

O jardim representa o indivíduo que deve ser educado seguindo a natureza, esta é a maior máxima da educação natural apresentada no *Emílio*: “Observai a natureza e segui a rota que ela vos traça”. A encontramos também em *Nova Heloísa*: “[...] para guiar o homem, a marcha da natureza é sempre melhor” (Rousseau, 1994, p. 500). Podemos observar que os

projetos de educação apresentados no *Emílio* e o da *Nova Heloísa* são em realidade um só. A similaridade não está apenas nas máximas que o filósofo apresenta, mas também na própria escrita, vejamos um trecho da *Nova Heloísa*: “A natureza, continuou Julia, quer que as crianças sejam crianças antes de serem homens. Se quisermos alterar essa ordem, produziremos frutos precoces que não terão nem maturidade nem sabor e não tardarão a corromper-se; teremos jovens doutores e velhas crianças (Rousseau, 1994, p. 486), no *Emílio*: “A natureza quer que as crianças sejam crianças antes de serem homens. Se quisermos perverter essa ordem, produziremos frutos precoces, que não estarão maduros e nem terão sabor, e não tardarão em se corromper [...]” (Rousseau, 2022b, p. 82-83). Cassirer apresenta uma análise esclarecedora acerca da similaridade das obras:

O programa educacional do *Emílio* segue-se logicamente: salienta ‘o crescimento do homem natural ... com todas as vantagens e sem qualquer dos vícios do homem civilizado’. A *Nova Heloísa* fornece mais detalhes sobre o mesmo tema: estabelece os valores éticos de relações pessoais sem os quais nem o indivíduo nem a sociedade podem se tornar verdadeiramente bons [...] o *Emílio* e a *Nova Heloísa* apontam o caminho para a reforma do indivíduo nas esferas da moralidade pessoal, das relações familiares e da educação. (Cassirer, 1999, p.19).

O *Emílio* é um tratado pedagógico cujo objetivo é acompanhar o desenvolvimento do homem do nascimento à idade adulta, Rousseau nesta obra se torna o preceptor de Emílio e o acompanhará por cada etapa de sua vida até atingir a idade de 25 anos. Importante ressaltarmos que Emílio é um aluno fictício dotado de características propícias para que se possa aplicar o modelo de educação natural.

Tomei, portanto, o partido de dar-me um aluno imaginário, de supor em mim a idade, a saúde, os conhecimentos e todos os talentos convenientes para trabalhar em sua educação e conduzi-la desde o momento de seu nascimento

até que, tornado adulto, não mais precise de outro guia que não ele mesmo (Rousseau, 2022b, p. 27).

Esta passagem acima, nos remete o que o autor traz no prefácio de sua obra, a execução de seu método pode ter menor ou maior facilidade dependendo da realidade do educando, isto transforma *Emílio* em um projeto que apresenta máximas para educação da natureza, não sendo necessário a quem for aplicar o método expor seu aluno as mesmas experiências que o pupilo de Rousseau. *Emílio* é, dessa forma, uma “escala de medidas” sobre a bondade natural do homem.

Em toda espécie de projeto, há duas coisas a considerar: primeiramente, a bondade absoluta do projeto; em segundo lugar, a facilidade da execução. Com respeito a primeira, para que o projeto seja admissível e praticável em si mesmo, basta que aquilo que ele tem de bom esteja na natureza da coisa [...] A segunda consideração depende das relações dadas em certas situações; relações acidentais à coisa, que, por conseguinte não são necessárias e podem variar ao infinito. Assim, tal educação pode ser praticável na Suíça, mas não na França; tal outra pode sê-lo entre os burgueses, e tal outra entre os grandes. A maior ou menor facilidade de execução depende de mil circunstâncias, impossíveis de serem determinadas a não ser em uma aplicação particular do método em um ou noutro país, em uma ou noutra condição (Rousseau, 2022b, p. 05).

O primeiro livro abrange o período entre zero a dois anos. Em linhas gerais, trata-se sobre as questões relativas à higiene dos bebês, da forma que se comunicam, da amamentação e dos brinquedos, basicamente, se refere sobre os costumes que eram empregados para o cuidado da criança dessa idade.

Conforme os hábitos da sociedade daquela época, a responsabilidade sob a infante era transferida da mãe às amas de leite, elas tinham o trabalho de cuidar e alimentar os bebês. As mulheres sob o pretexto que a amamentação prejudicava a sua saúde se negavam a amamentar os seus filhos, esse fato era corroborado pelos seus médicos que afirmavam que essas jovens

não podiam realizar a tarefa de alimentar a sua prole. Rousseau aborda a amamentação no contexto do cuidado com a criança, destaca a importância da amamentação para o vínculo afetivo entre mãe e filho, segundo o filósofo, a amamentação deve ser realizada pela mãe sempre que possível por ser um momento indispensável para um bom desenvolvimento da criança, não apenas em questão de receber o alimento que a nutre, mas em relação ao desenvolvimento emocional.

A crítica que Rousseau emprega à substituição da amamentação materna por leite de ama-de-leite está relacionada à convicção que tal prática poderia prejudicar desenvolvimento emocional da criança, ademais, o bebê precisa ser alimentado para atender às suas necessidades naturais em concordância com o desenvolvimento do seu corpo, isto evidencia a importância de uma educação que respeite a natureza e os instintos da criança, o que não poderia acontecer pela quantidade de bebês que a ama de leite tinha para cuidar, aqui está a importância das mães amamentarem os seus filhos. “Mas, se as mães se dignarem a amamentar seus filhos, os costumes reformar-se-ão por si mesmos, os sentimentos da natureza despertarão em todos os corações” (Rousseau, 2022b, p. 20).

As práticas sociais em relação às crianças muitas vezes eram inadequadas, por exemplo, o hábito das amas de leite de pendurá-las e as deixarem chorar até que eventualmente parassem, prática que hoje em dia podemos considerar como falta de cuidado. Em contrapartida, havia práticas excessivamente protetoras que não respeitavam o que era próprio das crianças, tal como o enfaixamento dos membros dos bebês, realizado para evitar que a criança efetuasse movimentos que a machucasse.

Outro ponto tratado por Rousseau neste livro é a comunicação dos bebês, visando a educação natural, o choro é entendido como meio legítimo da criança se comunicar, uma vez que, nos primeiros anos de vida ela não tem outro modo de se expressar. O choro é

considerado expressão natural do pequeno indivíduo, uma demonstração de suas emoções e necessidades, e por esse motivo não deve ser ignorada. No entanto, Rousseau adverte que o choro é uma maneira da criança dominar os seus cuidadores, ao atender a criança sempre que chora e satisfazer as suas vontades sem critério pode deixá-la mimada, as tornando “senhores”.

O livro dois abrange o intervalo entre dois e doze anos, trata-se do período em que se deve fortalecer o corpo. As atividades físicas são importantes para desenvolver o corpo, permitindo que o pupilo aprenda. Conforme a educação da natureza o aprendizado deve ocorrer em contato com os objetos, para tanto, a criança deve ter liberdade e estar em meio à natureza. O que orienta a ideia do desenvolvimento do corpo é que “Quanto mais fraco é o corpo, mais ele comanda; quanto mais forte ele é, mais obedece [...] Um corpo débil enfraquece a alma” (Rousseau, 2022b, p. 32). O corpo deve ser saudável para que a mente não seja dominado por ele, assim, à medida que cresce, Emílio deve ser treinado fisicamente por meio de brincadeiras, jogos e atividades ao ar livre.

O contato com a natureza não fortalece só o corpo, mas também estimula o desenvolvimento cognitivo da criança, nesse período os pequenos aprendem várias coisas sozinhos apenas com o contato com o meio, o que Rousseau observou é que ao invés de ensiná-los por meio de lições abstratas, é melhor deixar o seu aluno em contato com os objetos, elabora, portanto, situações- problemas¹⁵, nas quais, Emílio chegará à solução sozinho, conforme o seu conhecimento.

O livro três abrange o período entre doze e quinze anos. Aqui Rousseau trata da educação negativa, o princípio em voga é que a educação consiste mais em perder tempo do

¹⁵ Em *Da Teoria à Prática*, Salinas Fortes chamou de cenas pedagógicas.

que ganhá-lo. A educação deve ser guiada pela utilidade prática das coisas para a vida do indivíduo, em vez de ser baseada em abstrações que não têm aplicação prática¹⁶.

Emílio aprenderá de acordo com os seus interesses, a partir dos próprios objetos. O preceptor, nesse momento, estabelece situações que despertam a curiosidade de seu pupilo, guiando, dessa forma, o seu aprendizado¹⁷. Rousseau argumenta que Emílio deve aprender as coisas conforme ele precisa delas, entendendo a utilidade do conhecimento mediante a sua experiência. Por exemplo, ao invés de ensinar geografia de maneira abstrata utilizando representações, deve-se ensinar o conhecimento por meio de situações concretas que fará o educando aprender sobre a matéria ensinada. O aprendizado é, portanto, baseado na aplicação prática.

Podemos observar que os três primeiros livros do texto estudado, trata-se do desenvolvimento da criança a partir do momento que nasce até os quinze anos, esse pequeno indivíduo passa das necessidades físicas comunicadas pelo choro, como vimos no livro um, ao aprendizado através da utilidade. Notamos que o desenvolvimento do corpo foi tratado anteriormente as experiências por ser necessário que o corpo esteja sadio para aprender com o meio, essa forma de educação, aprender pela utilidade, ensina o indivíduo a ser autônomo e independente. O conhecimento que Emílio conquistou é inteiramente dele, em virtude de aprender por sua razão sem ter a necessidades de intérpretes. Importante ressaltarmos que existe uma ordem de desenvolvimento para que se chegue à fase que o pupilo desenvolva a razão.

¹⁶ Rousseau coloca ali o seu pupilo ascendendo passo a passo do “concreto” ao “abstrato”, do “sensorial” ao “intelectual”. Temos aqui, diante de nós, essencialmente nada mais que a aplicação pedagógica daquela famosa imagem cunhada por Condillac no *Tratado das sensações* – a imagem da estátua que vai sendo gradualmente despertada para a vida à medida que cada um dos sentidos registra nela suas impressões (Cassirer, 1999, p. 107).

¹⁷ “O educador não pode acelerar o desenvolvimento da razão; ele só pode preparar-lhe o caminho à medida que afasta os obstáculos que o obstruem. Após conseguir neutralizar esses entraves, ele fez tudo o que podia fazer. Todo o resto deve ser unicamente obra do discípulo, pois no mundo da vontade cada um só é verdadeiramente aquilo que autonomamente fez de si mesmo.” (Cassirer, 1999, p. 117).

De um ponto de vista panorâmico, o movimento a que assistimos nos livros I, II e III é o da criança passando lentamente das necessidades puramente físicas e dos objetos sensíveis às necessidades adquiridas graças a certos hábitos e ao conhecimento de algumas ideias abstratas. Adia-se ao máximo o desenvolvimento da razão devido a uma premissa da ciência do homem adotada por Rousseau desde o Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens (1755): “quase ousou assegurar que o estado de reflexão é um estado contrário à natureza e que o homem que medita é um animal depravado” (Kawauche, 2021, p. 20).

O livro quatro abrange o intervalo entre quinze a vinte anos. Neste período, Emílio vivencia segundo nascimento, adentrando assim ao mundo moral. O primeiro nascimento compete ao nascimento biológico trata-se da primeira fase da vida da criança e tem como foco principal as necessidades corporais e o fortalecimento do corpo. O segundo nascimento representa o ingresso o nascimento para a vida social, o objetivo nessa fase é a formação moral do indivíduo.

As paixões humanas emergem nesse momento, aqui a piedade e o amor de si que estão na constituição do homem, dirigem o indivíduo à sociabilidade¹⁸. Nessa nova fase o preceptor terá o trabalho de guiar as paixões que surgem, deve entender que este é um processo natural da fase que o educando se encontra.

¹⁸ Embora os conceitos amor de si e piedade estejam presentes tanto no *Segundo Discurso* quanto no *Emílio*, existem nuances que distinguem o uso dessas paixões nas duas obras. No *Segundo Discurso*, Rousseau apresenta a piedade como um sentimento natural e inato ao homem no estado de natureza. Essa piedade é vista como uma força que impede o homem de causar mal a outro, agindo como um freio natural à violência. É um sentimento que, segundo o autor, nos impede de infligir sofrimento aos outros, pois nos coloca no lugar deles e nos faz sentir seu sofrimento. O amor de si, por outro lado, impulsiona o indivíduo a buscar a própria conservação, dessa forma ele é visto como um instinto de sobrevivência essencial para a espécie. No *Emílio*, a piedade e o amor de si continuam sendo conceitos-chave, mas suas funções são redefinidas no contexto da educação do indivíduo. No que se refere à piedade, ela é vista como um sentimento fundamental para a formação de um ser humano moral. O preceptor deve cultivar a piedade desde a infância, ensinando a criança a se colocar no lugar do outro e a compreender as suas necessidades. A piedade é, portanto, um elemento essencial para a construção de uma sociedade mais justa e humana. O amor de si é apresentado como um sentimento natural que deve ser orientado pela educação. Rousseau argumenta que o amor de si não é necessariamente egoísmo, mas sim um desejo legítimo de autoconservação e realização. A educação deve auxiliar o indivíduo a desenvolver um amor de si sadio que não se perverta e se transforme em amor-próprio.

Assim como o mugido do mar precede de longe a tempestade, essa tormentosa revolução se anuncia pelo murmúrio das paixões nascentes; uma fermentação imperceptível adverte quanto à aproximação do perigo. Uma mudança no humor, exaltações frequentes, uma contínua agitação do espírito, tornam o menino quase indisciplinável. Torna-se surdo à voz que o fazia ficar dócil; é um leão em sua febre; desconhece seu guia, não quer mais ser governado (Rousseau, 2022b, p. 251-252).

É nesse estágio que se inclui *A Profissão de Fé do Vigário Saboiano*, onde Jean-Jacques expressa as suas ideias em relação à religião e a moralidade. Um dos temas centrais desse trecho se apresenta na religião natural, para o vigário (assim como para Rousseau), a fé verdadeira é uma crença que não depende de instituições religiosas, ela acontece de forma natural sem precisar de ritos ou dogmas¹⁹.

A religião natural, finalmente, é decorrência lógica do pensamento rousseauiano. Seu objetivo é o de conhecer a Deus não através da discussão ou do ritual, mas pelo emprego natural da razão em total consonância com o sentimento. ‘A religião natural... é a mais recente das religiões a se desenvolver e a herdeira de todas as outras... o homem natural não é nosso primevo bruto antepassado, mas o último homem que nos encaminhamos a ser’ (Cassirer, 1999, p. 21).

Tendo em vista a formação de um indivíduo livre, em concordância com a natureza, a profissão de fé do vigário é vista como um meio de aproximar as pessoas de uma vida moral, sem os excessos e o dogmatismo da religião revelada. Embora Rousseau critique as instituições religiosas, ele reconhece a importância da religião para o desenvolvimento moral de Emílio.

¹⁹ A religião natural ou racional, segundo Rousseau, é uma fé baseada na razão e na consciência moral. Ela não se baseia em dogmas e rituais estabelecidos por instituições religiosas, mas se fundamenta na experiência direta do indivíduo. Declarando-se cristão, Jean-Jacques acredita que Deus fala diretamente aos homens sem precisar de intermediários: “O culto que Deus pede é o do coração, e este, quando sincero, é sempre uniforme. É ter uma vaidade bem louca imaginar que Deus se interesse tanto pela forma da roupa do padre, pela ordem das palavras que este pronuncia, pelos gestos que faz no altar, e por todas as suas genuflexões” (Rousseau, 2022b, p. 368).

Para ensinar a moralidade ao educando, o educador deve guiá-lo a reconhecer os próprios sentimentos, e a partir disso, auxiliá-lo a diferenciar o bem do mal. À vista disso, para Jean-Jacques, a moralidade não deve ser imposta por autoridades, mas adquirida através da reflexão e do desenvolvimento interior. A educação moral de Emílio deve ser estruturada para que ele se torne um indivíduo moralmente autônomo. Para tanto, a liberdade é fundamental em razão de que a verdadeira moralidade não poder ser imposta por influências externas, ela deve surgir de dentro do indivíduo advinda da sua capacidade de refletir sobre o que é justo e correto, Rousseau remete a consciência esse processo de escolher sendo ela o guia das ações humanas. Trataremos no capítulo três sobre o ensino da moralidade e religião para a educação.

O livro cinco abrange o período entre vinte e vinte e cinco anos, este é o último intervalo da educação de Emílio, neste livro Rousseau o prepara para os seus deveres como adulto finalizando o ciclo de sua educação. Um dos tópicos retratado é o casamento, o preceptor prepara Emílio para a união com Sofia, antes disso, Jean- Jacques trata da educação da mulher na figura de Sofia, o filósofo neste quesito assumiu uma postura conservadora separando a educação do homem e da mulher²⁰.

Emílio nessa fase da vida será levado por seu preceptor a conhecer outros países com o objetivo de estudar política, após a sua volta à terra natal, está preparado para assumir o papel de cidadão e também para se casar com a sua amada, concluindo, dessa forma, a sua educação. Nas últimas páginas do livro V, Rousseau apresenta, de certo modo, um resumo do *Contrato Social*, aborda tópicos que serão mais bem desenvolvidos em sua obra sobre política. Nesta parte, Rousseau apresenta uma visão de sociedade na qual a educação e a política são complementares. A educação ao formar cidadãos virtuosos abre caminho para a

²⁰ Neste trabalho, ao tratarmos das máximas de Rousseau para a educação, não fazemos distinção de gênero, estudamos o indivíduo em cada fase de sua vida.

construção de um corpo político justo e equitativo. Neste momento o filósofo também aborda a obediência às leis como um dever cívico. Contudo, essa obediência não deve ser de forma irrefletida, o cidadão necessita compreender as razões que fundamentam as leis e concordar com elas para que sua obediência seja genuína. Apresenta também sua crítica a democracia direta e explica como funciona a vontade geral, destaca que a educação tem o papel de formar o cidadão capaz de defender o interesse comum de todos os membros da sociedade.

Observamos que a educação está intrinsecamente ligada à política. A formação do indivíduo não se limita à esfera privada, visa preparar o cidadão para participar ativamente da vida política. Ao ensinar Emílio seguindo a marcha da natureza, o educa para ser um indivíduo livre que respeita os outros, formando um cidadão capaz de contribuir para o bem comum.

1.3 Educação Negativa

A educação natural visa formar o indivíduo para serem sujeitos livres e autônomos para tal feito, o primeiro tipo de educação que as crianças devem receber é a negativa, esse modelo pedagógico afirma que, ao invés de impor valores e conhecimentos externos ao educando, a educação precisa seguir a natureza da criança, permitindo que ela se desenvolva de forma livre e no seu tempo. O filósofo genebrino atesta fortemente que esse é o modo que a educação ocorrer, vejamos no *Emílio*:

Para formar este homem raro, o que devemos fazer? Muito, sem dúvida: impedir que nada seja feito. Quanto se trata apenas de ir contra o vento, bordejar-se. Mas se o mar está agitado e deseja-se permanecer parado, é preciso lançar âncora. Toma cuidado, jovem piloto, para que teu cabo não se

desamarre nem tua âncora se arraste, de modo que o barco não vá à deriva antes que o percebas (Rousseau, 2022b, p. 13).

Rousseau redige a teoria do estado de natureza onde os homens têm a bondade natural, mesmo com a corrupção da sociedade civil a criança pode seguir a sua natureza desde que não se corrompa pelos costumes, a tese da educação negativa tem fundamento a bondade original do homem, portanto, ao impedir que os vícios nasçam será o suficiente para que a criança aprenda de acordo com a natureza²¹. Rousseau apresenta no *Emílio*: “Estabeleçamos como máxima incontestável que os primeiros movimentos da natureza sejam sempre retos: não há perversidade original no coração humano. Não se encontra nele um único vício de que não possamos dizer como e por onde ali entrou” (Rousseau, 2022b, p. 86).

Seguir a natureza é um ponto fundamental ao tratar de educação, pois é ela quem prepara a criança para aprender os conteúdos ministrados, à vista disso, é necessário conhecê-la e ensinar de acordo com ela, mesmo na educação pública que tem como meio a desnaturação do homem. Em junção a esses fatores que a educação negativa é a melhor forma de se educar. “Observai a natureza e segui a rota que ela vos traça. Ela exercita continuamente as crianças, enrijece seu temperamento com provas de toda espécie e desde cedo lhes ensina o que é sofrimento e dor” (Rousseau, 2022b, p. 22).

Este tipo de educação entra em contradição tanto com a execução da educação particular quanto a coletiva, recordemos que no tempo do filósofo genebrino era comum que as crianças “aprendessem” conteúdos científicos ou morais e reproduzirem de forma idêntica para apreciação dos adultos. Esses conteúdos ensinados não fazem sentido para os pequenos indivíduos e, dessa forma, não são assimilados. A educação negativa respeita o movimento natural da criança e impede que ela seja exposta ao que não é útil.

²¹ “O mais perigoso intervalo da vida humana é o que vai do nascimento até a idade de 12 anos. É o tempo em que germinam os erros e os vícios, sem que se tenha, ainda, instrumento para destruí-los; e, quando o instrumento aparece, as raízes são tão profundas que não é mais hora de arrancá-las”. (Rousseau, 2022b, p. 87).

No caso de Emílio, Rousseau o educa longe da sociedade para que ele não seja corrompido por ela, mas esse não é o objetivo final, Emílio é educado para viver em sociedade. Na primeira etapa da vida do Emílio a educação deve ser totalmente negativa, cabe ao educador manter o pupilo longe dos vícios e corrigi-lo quando necessário essa correção ocorre pelo exemplo ou por situações produzidas que o coloquem novamente na marcha da natureza: “A primeira educação deve ser, portanto, puramente negativa. Consiste, não em ensinar a virtude ou a verdade, mas em proteger o coração contra o vício e o espírito contra o erro” (Rousseau, 2022b, p. 87). Esse isolamento da criança serve para que a virtude propague sem que seja sufocada pelos vícios do ambiente, no caso, os da sociedade civil.

Dos dois aos doze anos, a criança tem a razão sensitiva²², nesse período que a educação negativa reina, visto que apenas ao chegar à idade de doze anos que a criança começa a pensar em si como indivíduo. Somente na terceira fase da infância é destinado ao mestre ensinar a seu educando sobre as regras de convivência com os outros e a leitura. Ao pensar a infância, o filósofo estudado entende que a criança é um ser completo e não um adulto em potência compreende-se que: “A humanidade tem seu lugar na ordem das coisas; a infância tem o seu na ordem da vida humana. É preciso considerar o homem no homem e a criança na criança” (Rousseau, 2022b, p. 67). Cada etapa do desenvolvimento infantil o indivíduo tem uma forma de pensar e uma necessidade, Rousseau indica que o estágio até os doze anos não é o momento de raciocinar com os pequenos, pois a natureza ainda não os preparou para tal feito, dessa forma, os conteúdos ensinados serão apenas memorizados e não apreendidos. A educação é fundamentada na experiência e deve estar de acordo com a natureza, sendo assim, a educação negativa é o caminho para não ensinar nada que não seja adequado ao desenvolvimento cognitivo dessa fase.

²² Tudo do entendimento advém pelos sentidos, assim a primeira razão do homem é sensitiva.

Acerca de estudar a criança na criança, Rousseau é um dos precursores em compreender as fases do desenvolvimento cognitivo, encontramos na psicologia moderna sobre desenvolvimento humano ideias que estão presentes no *Emílio* e em outras obras do filósofo estudado. O fato de Rousseau entender as limitações da infância o faz indicar a educação negativa para todos os modelos de educação, no *Emílio*, o autor evidencia: “A natureza quer que as crianças sejam crianças antes de serem homens. Se quisermos perverter essa ordem, produziremos frutos precoces, que não estarão maduros e nem terão sabor, e não tardarão em se corromper [...]” (Rousseau, 2022b, p. 82-83). Essa passagem exhibe o que era comum em seu tempo, interpretavam que as crianças eram homens em miniatura transportando a maneira de ver, pensar e sentir do adulto para a criança, uma das revoluções do pensamento do genebrino está em compreender que não adianta acelerar o desenvolvimento da razão, pois isso acarretaria uma grande desordem.

A educação negativa oferece suporte para a educação da natureza ocorrer, não que a natureza precise de algo para acontecer, mas a educação negativa impede que os vícios da sociedade se propaguem na criança e sufoquem a sua natureza. Logo no início do *Emílio*, Rousseau afirma: “Tudo está bem quando saí das mãos do Autor das coisas, tudo se degenera nas mãos do homem” (Rousseau, 2022b, p. 07), trata-se da reposição da tese da bondade natural. Aliás,, notemos que a natureza na visão do autor é perfeita, quem a deturpa é o homem. Assim, curiosamente, ao “não fazer nada”, a educação impede, num primeiro momento, que os males degenerem as crianças²³. Esse “fazer nada”, na verdade, é o mesmo que retardar o que ainda não é próprio das primeiras infâncias. Outra expressão usada pelo autor ao tratar sobre a educação negativa é “perder tempo”, ela remete a não ensinar as noções

²³ “Nossa mania professoral e pedantesca é sempre ensinar às crianças o que aprenderiam muito melhor por si mesmas, e esquecer o que só nós mesmos teríamos podido ensinar. Há algo mais tolo do que nosso esforço para ensiná-las a andar, como se tivéssemos visto alguém que, por negligência de sua ama-de-leite, não soubesse andar quando adulto? Ao contrário, quanta gente vemos andar mal por toda a vida porque lhe ensinaram mal a andar!” (Rousseau, 2022b, p. 64).

de conhecimento que estavam em voga nos séculos das luzes: a disseminação dos conhecimentos científicos, religiosos e morais.

Esse tipo de educação permite ao indivíduo em formação seguir sua natureza não a deixando ser sucumbida pela sociedade. Com isso, Rousseau tenta mostrar que não se deve forçar a criança, controlá-la e limitá-la o tempo todo, pois é fundamental deixá-la seguir seu desenvolvimento natural. Chama a atenção, diga-se de passagem, o quanto as escolas de hoje ainda carecem de seguir esse conceito, após mais de 200 anos nos separando da realidade de Rousseau ainda podemos encontrar características semelhantes entre a escola de seu tempo e a escola da atualidade. Salinas em *O Bom Selvagem* comenta sobre a educação negativa que Emílio recebeu e resume o efeito desse tipo de educação na vida do protagonista da obra:

O que é salvável nas grandes sociedades corrompidas é o indivíduo ou alguns indivíduos que tenham a sorte de permanecer um pouco à sua margem. Emílio, esse personagem de ficção, simboliza esse indivíduo. Posto desde o nascimento em contato íntimo com a natureza, tomando-a sempre como guia, ele é educado para conviver e suportar a vida em uma grande sociedade corrompida, onde já não há perspectivas de salvação global porque já não tem leis, nem pátria, nem corpo político. Toda sua educação, caracterizada como “educação negativa”, visa a mantê-lo imune aos vícios circundantes. É bem-sucedida a educação que conseguir fazer o indivíduo em formação acompanhar a “marcha da natureza”, reprimida pela marcha enlouquecida das educações vigentes. Além de ser um tratado pedagógico crítico, o Emílio é também um tratado sobre a bondade natural do homem, ao reconstituir as etapas naturais de formação do indivíduo humano, assim como o Discurso fez em relação à espécie (Fortes, 1997, p. 94-95).

Vejamos o que Jean-Jacques expõe sobre o conhecimento do Emílio:

Emílio tem poucos conhecimentos, mas os que têm são verdadeiramente seus; nada sabe pela metade. No pequeno número de coisas que sabe, e que sabe bem, a mais importante é que há muitas coisas que ignora e que pode vira saber um dia, muito mais coisas que outros homens sabem e ele nunca saberá na vida, e uma infinidade de outras que nenhum homem jamais

saberá. Ele tem um espírito universal, não por suas luzes, mas pela faculdade de adquiri-las; um espírito aberto, inteligente, pronto para tudo e, como diz Montaigne, se não for instruído, ao menos suscetível de ser instruído (Rousseau, 2022b, p. 248).

Emílio é educado de acordo com a “marcha da natureza” ficando a razão em segundo plano, os primeiros conhecimentos da infância advêm dos sentidos, através de experiências práticas. No entanto, a racionalidade será desenvolvida quando for o tempo propício de sê-lo, ao passo que as paixões se manifestam, a razão se aperfeiçoa. Em *O Racionalismo de Jean-Jacques Rousseau*, Robert Derathé afirma:

Há dois aspectos na doutrina de Rousseau, um sentimental e outro racionalista, aparentemente inconciliáveis. Ora Rousseau declara que devemos escutar a natureza, que nossos verdadeiros mestres são a experiência e o sentimento e ora ao contrário, aconselha-nos a seguir a razão. (Derathé, 2012, p. 19).

O que parece inconciliável, na verdade, é uma constante colaboração entre o sentimento e a razão, onde cada componente tem uma hora ou momento para acontecer. Ao preconizar as experiências sensíveis na etapa até os doze anos, não faz abster a utilização da razão no processo educacional, mas ensina como usá-la de maneira adequada e o momento apropriado para que ela passe da forma sensitiva para intelectual. Entende-se que o uso precoce da razão corrompe o juízo feito primeiramente pelo contato com as coisas, dessa forma, o filósofo genebrino aponta que se deve seguir a ordem da natureza para se evitar os males que operam os homens em sociedade, também a educação negativa preserva a razão da corrupção e conserva o indivíduo na retidão natural.

1.4 Cenas Pedagógicas

Com a premissa de ensinar conforme a natureza do educando, Rousseau elabora cenas pedagógicas para que Emílio aprenda com a prática, vejamos o primeiro exemplo, o episódio das favas e o Jardineiro Robert:

Vimos todos os dias regar as favas, vemo-las germinar com arrebatamentos de alegria. Aumento essa alegria dizendo: isto te pertence, e, explicando-lhe então o termo pertencer, faço-a sentir que pôs ali seu tempo, seu trabalho, seu sofrimento, sua pessoa, enfim; que há nessa terra alguma coisa dela própria e que pode reclamar contra quem quer que seja, como poderia retirar seu braço da mão de outro homem que quisesse retê-la contra sua vontade (Rousseau, 2022b, p. 94).

Com essa cena Rousseau ensina a seu pupilo sobre o trabalho e o sentimento de pertencimento, mais adiante ensinará sobre propriedade e os trabalhos dos outros, pois esse jardim que cultivaram favas não pertencia a Emílio, mas ao Jardineiro Robert.

Um belo dia ela chega apressada, como o regador na mão. Ó espetáculo! Ó dor! Todas as favas foram arrancadas, todo o terreno está revirado, nem mesmo se reconhece mais o lugar. Ah! Que aconteceu com o meu trabalho, minha obra, o doce fruto de meus cuidados e suor? Quem me arrebatou meu bem? Quem pegou minhas favas? O jovem coração se revolta, o primeiro sentimento de injustiça nele verte seu triste amargor, as lágrimas correm em riachos; a criança desolada enche o ar com gemidos e gritos (Rousseau, 2022b, p. 94-95).

O Jardineiro Robert na sequência da cena mostra o descontentamento por plantarem em sua terra: “Como! os senhores, fostes vós que estragastes assim minha obra! Eu tinha semeado aqui melões de Malta, cuja baga me fora dada como tesouro...[...] Causastes-me um prejuízo irreparável[...]” (Rousseau, 2022b, p. 95). Após um diálogo entre as partes, o Jardineiro Robert e o Preceptor chegaram a um acordo, onde o pequeno Emílio poderá cultivar as suas favas em um pedaço de terra cedido pelo jardineiro, para tanto, Emílio precisou se comprometer a não mais estragar o trabalho alheio. A cena toda foi orquestrada pelo Preceptor para que Emílio aprendesse na prática os ensinamentos que ele desejava

passar: “Nesse ensaio sobre a maneira de inculcar nas crianças noções primitivas, vê-se como a ideia de propriedade remonta naturalmente ao direito do primeiro ocupante pelo trabalho” (Rousseau, 2022b, p. 96). Mesmo ainda não sendo o tempo de ensinar a moralidade para a criança, é necessário guiá-la para no caminho da prática, Rousseau com a cena descrita acima ensina para seu pupilo a importância do trabalho do próprio indivíduo e de outras pessoas. Explica utilizando na prática a noção de propriedade privada e apresenta juntamente a ideia de direito. O cultivo das favas é o meio pelo qual Emílio começa a desenvolver o senso de propriedade, não apenas como um direito absoluto, mas como um fruto do trabalho de do cuidado²⁴.

Este episódio torna patente a ideia de que as “lições devem ser mais ações do que discurso”, pois as crianças esquecem facilmente os ensinamentos que lhe são ditos, mas não do que viveram concretamente. A segunda cena que analisaremos está no livro III, Jean-Jacques ensina a seu pupilo sobre a astronomia seguindo o mesmo princípio que a cena anterior, de que o ensino deve ser realizado mediante as experiências:

Não gosto das explicações em discursos; os jovens prestam pouca atenção nelas e não as retêm. As coisas, as coisas! Nunca repetirei bastante que damos poder demais às palavras [...] Suponhamos que, enquanto estudo com meu aluno o curso do sol e a maneira de me orientar. De repente ele me interrompa para me perguntar: para que serve tudo isso. Que belo discurso vou lhe fazer! [...] Quando eu tiver dito tudo, terei feito a exibição de um verdadeiro pedante, da qual ele não terá compreendido uma única ideia (Rousseau, 2022b, p. 208- 209).

²⁴ Embora reconheça a importância da propriedade para a organização social, Rousseau apresenta uma visão crítica da propriedade privada, associando-a à desigualdade e à competição. No *segundo discurso* apresenta a propriedade privada como o motivo da desigualdade entre os homens: O primeiro que, tendo cercado um terreno, arriscou-se a dizer: “Isto é meu” e encontrou pessoas bastante simples para acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, mortes, misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou tapando os buracos, tivesse gritado a seus semelhantes: “Fugi às palavras desse impostor, estareis perdidos se esquecerdes que os frutos pertencem a todos, e que a terra não é de ninguém” (Rousseau 2022a, local 919).

Enquanto observavam a floresta de Montmorency, a pergunta que Jean-Jacques se refere é feita, o preceptor para demonstrar a importância do estudo leva Emílio no dia seguinte para um passeio na floresta. Caminham muito, conversam, brincam, até o momento em que percebem que estão desorientados, Rousseau permite que seu pupilo acredite que realmente estão perdidos, mas, na verdade não estão. Diante da situação Emílio raciocina sozinho buscando os conhecimentos que havia aprendido no dia anterior, após empregar as noções de geografia e astronomia, o aluno de Rousseau consegue achar o caminho para casa.

A terceira cena que estudaremos é denominada a do prestidigitador, o filósofo genebrino ensinará por meio desse episódio, aspectos do ensino da moral e da física, vejamos:

Há muito tempo tínhamos percebido, meu aluno e eu, que o âmbar, o vidro, a cera, diversos corpos atraem as palhas quando esfregados, e que outros não atraem. Por acaso encontramos um que tem uma virtude singular: atrair a alguma distância, e sem ser esfregado, a limalha e outros pedaços de ferro. [...] Enfim, descobrimos que ela se comunica com o próprio ferro, imantado em certo sentido. Um dia vamos à feira; um prestidigitador atrai com um pedaço de pão um pato de cera flutuando em uma bacia d'água. Embora muito surpresos, não dizemos “é um feiticeiro”, pois não sabemos o que é um feiticeiro. [...] Chegando em casa, de tanto falar do pato da feira, resolvemos imitá-lo[...] (Rousseau 2022b, p. 198).

O educador e o educando descobriram o truque do prestidigitador e na mesma noite voltaram com um pão semelhante ao dele. Emílio vai à feira e usa o seu pão com ferro para atrair o pato de cerâmica. Vendo o ocorrido, o prestidigitador felicita o pequeno e o chama para participar novamente no dia seguinte, acreditando que teria a mesma glória do dia anterior, Emílio repete o ato de chamar o pato com o seu pão, mas não obtém sucesso. Vaiados e envergonhados o Preceptor e Emílio retiram-se da cena. No dia seguinte, o prestidigitador vai à sua casa para contar como fez o pato obedecê-lo, o truque consistia na utilização de um grande ímã, operando o ímã em segredo uma criança se posicionava em

baixo da mesa e o fazia mexer-se sem que as pessoas a vissem. O prestidigitador se queixa da conduta do educador e de seu pupilo, “o que há de tão maravilhoso na arte de atrair um pato de cera para se querer tal honra à custa da subsistência de um homem de bem?” (Rousseau, 2022b, p. 200) Por fim, ele ensina-lhes uma lição, advertindo o preceptor:

Desculpo de bom grado, diz-me, essa criança; pecou por ignorância. Mas vós, senhor, que devíeis conhecer seu erro, por que a deixaste cometê-lo? Uma vez que vivais juntos, vós, como o mais velho, lhe deveis cuidados e conselhos; vossa experiência é a autoridade que deve conduzir a criança (Rousseau, 2022b, p. 201).

A crítica é empregada ao preceptor, pois segundo a educação negativa, é papel do educador evitar que seu aluno contraia vícios, mas nesta cena pedagógica observamos Emílio usando os seus conhecimentos para ganhar aplausos sem preocupar-se com o que a sua ação acarretará ao outro; esse episódio despertou no pupilo os primeiros movimentos da vaidade e esses devem ser vigiados com cuidado.

Tendo aprendido como funciona o ímã, o educador e o pupilo fazem uma máquina semelhante ao do prestidigitador, e notam que o pato sempre fica em uma certa posição, isso faz com que procurem o motivo disso ocorrer: “Seguimos com a experiência e examinamos tal direção: verificamos que ela é do Sul para o Norte. Não é preciso mais: encontramos nossa bússola, ou algo equivalente; e eis-nos na física (Rousseau, 2022b, p. 202). Esse episódio ensinou a Emílio diversas lições, a experiência com o ímã desencadeou diversos experimentos passando por vários campos da física. Ao realizar experimentos simples, a criança aprende conceitos fundamentais das ciências. O pequeno indivíduo por meio dessas cenas pedagógicas é estimulado a conhecer o mundo por si só, promovendo, dessa forma, uma aprendizagem significativa - as conexões que a criança faz desse novo conhecimento o tornam mais relevante e memorável.

Podemos concluir que as cenas pedagógicas têm quatro funções²⁵, a primeira delas já mencionamos, está ligada diretamente a compreensão de novos conhecimentos, ela tem a função de ensinar a criança através da experiência. A segunda função diz respeito à aplicabilidade das máximas propostas por Rousseau, pois as cenas ilustram como os princípios teóricos da educação da natureza são capazes de ser implementados na prática, tornando-os, dessa forma, mais compreensíveis. Esse último ponto é de suma importância. No livro I, Jean-Jacques critica autores de tratados em educação que não se preocuparam com a utilidade prática de suas lições; para o autor de *Emílio*, os preceitos desses sistemas são formidáveis, mas carecem de aplicabilidade, vejamos:

Sei que, em empreendimentos semelhantes a esse, o autor, sempre confortável nos sistemas que está dispensado de pôr em prática, não sofre para enunciar muitos belos preceitos impossíveis de serem seguidos, e, na falta de detalhes e exemplos, até mesmo o que diz de praticável permanece sem uso se não mostrar aplicação (Rousseau, 2022b, p. 27).

A terceira função é uma espécie de teste de máximas. O experimento serve como uma oficina para verificar a eficácia dos princípios postulados pelo filósofo genebrino, essa experiência permite avaliar se as máximas são adequadas ao desenvolvimento infantil. A quarta função talvez seja a mais importante por referir-nos a quem aplica a educação: as cenas auxiliam na formação dos educadores, mostram-lhes como agir em situações concretas e os orientam a exercer novas práticas pedagógicas (Francisco 2011).

[...] a intenção de Rousseau é permitir ao leitor a compreensão de como suas máximas de educação - enunciadas no plano teórico, abstrato e geral -, podem ser transpostas para o plano prático, concreto e particular de uma situação educacional. Acrescentaríamos que, do modo como as concebe, suas máximas de educação, apesar de teóricas em sua natureza própria, seriam intrinsecamente práticas, pois vocacionadas para uma aplicação

²⁵ Francisco (2011) estabelece três funções para as cenas pedagógicas: “Tal seria a dimensão ‘prática’ do *Emílio*. Esses momentos, veremos, teriam três funções: 1) mostrar a aplicação das máximas, 2) aplicá-las e testá-las e 3) dar prova de sua verdade.” (Francisco, 2011, p. 14).

prática. E só poderiam adquirir completo sentido ao serem empregadas no exercício do educar (Francisco, 2011, p. 15-16).

As cenas pedagógicas são instrumentos essenciais para ilustrar ao leitor a especificidade da educação natural, dando-lhes concretude, fornecendo uma mostrando, por assim dizer, empiricamente seu uso. Em suma, ao mostrar, através das cenas pedagógicas, a aplicação prática das máximas na vida cotidiana, Rousseau visa formar educadores mais conscientes, capazes de fomentar o desenvolvimento completo das crianças.

CAPÍTULO 2 - EDUCAÇÃO PÚBLICA E A ESCOLA

Em suas obras, Rousseau elabora dois modelos de Educação aparentemente opostos, uma educação particular e doméstica e outra pública e comum. O primeiro modelo tem o princípio de seguir a natureza, enquanto, o segundo tem a função de “desnaturar” o homem²⁶.

O homem natural é tudo para si; é a unidade numérica, o inteiro absoluto, que só tem relação consigo mesmo ou com o seu semelhante. O homem civil é apenas uma unidade fracionada que se liga ao denominador, e cujo valor está em sua relação com o todo, que é corpo social. As boas instituições sociais são as que melhor sabem desnaturar o homem, tirar-lhe sua existência absoluta para dar-lhe uma relativa, e transportar o eu para a unidade comum [...] (Rousseau, 2022b, p. 11).

Essa caracterização tem em vista duas perspectivas fundamentalmente diferentes sobre o homem e a educação: a educação da natureza tem interesse em formar o indivíduo e preservar suas qualidades naturais, ao passo que, a educação pública tem como finalidade formar o cidadão. Diferentemente do sentido que o termo “público” tem hoje, educação pública significa uma educação coletiva e comum²⁷, pois, no tempo de Rousseau, não havia uma política pública de educação e a direção das escolas, assim como a definição dos conteúdos escolares, ficavam ao cargo da Igreja. Rousseau emprega uma severa crítica às escolas em geral, independente da vertente religiosa a que ela pertencesse. Segundo o filósofo, os princípios por elas empregados consistiam em valorizar a representação dos

²⁶ “Para formar o cidadão no indivíduo, é preciso “desnaturar” o homem [...]. A eliminação da existência individual é a própria finalidade das instituições sociais. Rousseau se refere a esse movimento com a expressão “desnaturar o homem”” (Francisco, 2010, p. 69).

²⁷ “Sendo todos iguais pela constituição do Estado, todos devem ser educados da mesma forma, e se não for possível estabelecer de imediato uma educação pública, é preciso ao menos que ela tenha um preço que os pobres possam pagar” (Rousseau, 2022a, p. 183). O ensino no tempo de Rousseau era pago, não existia um modelo público de educação como temos na atualidade.

objetos ao invés de utilizar os próprios objetos, além de impedir os movimentos oriundos da natureza do indivíduo.

Embora o autor do *Emílio* não tenha teorizado extensamente sobre a instituição escolar, parece-nos possível aplicar-lhe aspectos da teoria da educação proposta por Rousseau. Afinal, a escola é um desdobramento concreto dessa teoria e o lugar onde ela se realiza. Antes de mais, vale notar que, para o filósofo, as sociedades são singulares, cada uma delas tem sua especificidade e, portanto, a maneira de se governar/aplicar a educação também deve seguir tais singularidades. Usando como exemplo o modelo elaborado para a Polônia, podemos compreender que as máximas propostas no modelo de educação pública podem ser aplicadas a sociedades diferentes desde que o povo seja livre e a degeneração do país seja possível de se reverter.

A educação pública apresentada nas *Considerações* é um sistema escolar, o autor genebrino mostra máximas da educação pública que mesmo sendo específica para o governo da Polônia podem ser aplicadas na escola, são elas: inserir o “espírito nacional” (através de jogos), amor às leis; ensinar sobre o país; respeitar a cultura do povo; educação acessível; ginásios; educação negativa e o papel do mestre. Trataremos nesse trabalho de cada uma dessas orientações.

A educação pública é necessária para o desenvolvimento do país, através dela o homem assegura a sua liberdade; ao elaborar os dois modelos de educação, Rousseau aponta que há âmbitos diferentes onde cada sistema deve ocorrer. A educação pública deve ser aplicada a povos livres ou quando é possível restaurar a liberdade perdida (como por exemplo, a Polônia). Vale notar que, em paralelo a essas considerações, para Rousseau a educação da natureza deve se fazer presente quando a corrupção da sociedade não é mais reversível. No *Emílio* o filósofo afirma em relação à França, onde Emílio é educado, que “a instituição

pública não existe mais” (Rousseau, 2022b p. 12), restando ser possível apenas a educação doméstica.

A educação pública, fundada em regras prescritas pelo governo e pelos magistrados estabelecidos pelo soberano, é, pois, uma das máximas fundamentais do governo popular ou legítimo. Se as crianças são educadas em comum no seio da igualdade, se são imbuídas das leis do Estado e das máximas da vontade geral, se são instruídas a respeitá-las acima de todas as coisas, se são cercadas de exemplos e de objetos que sem cessar lhes falam da mãe terna que as alimenta, do amor que tem por elas, dos bens inestimáveis que dela recebem e do retorno que lhe devem, não duvidemos que aprenderão assim a gostar uns dos outros como irmãos, a nunca querer a não ser o que a sociedade quer, a substituir o estéril e inútil balbuciar dos sofistas por ações de homens e de cidadãos e a se tornar um dia os defensores e os pais da pátria da qual foram filhas durante tanto tempo (Rousseau, 2015, p. 124).

A educação pública, em Rousseau, tem princípios que orientam a filosofia da instituição, que concerne a formar cidadãos, ou seja, em inserir no coração dos jovens estudantes o amor à pátria. Há dois casos apresentados por Rousseau, que elucidam o vínculo realizado nos corações dos indivíduos, o dos jovens espartanos e as crianças de Roma²⁸.

Para a elaboração deste capítulo, além da análise das *Considerações*, utilizaremos também, como referência, o verbete *Economia*. Esta obra apresenta instruções para a formação do cidadão, enquanto que as *Considerações* tratam da aplicação desses conceitos no sistema escolar. Observaremos que o filósofo genebrino atribui à educação pública a qualidade da constituição da pessoa “coletiva”, à vista disso, o trabalho percorrerá os três

²⁸ Em relação aos espartanos, eles são educados pelo estado desde o nascimento para que ame sua cidade e esteja disposto a defendê-la, são educados para querer o bem comum. “A educação dos espartanos se prolongava até a idade madura. Ninguém era livre para viver como quisesse. A cidade mais parecia um acampamento onde todos levavam uma existência a serviço do Estado, regulamentada por lei. Sua convicção era de não pertencerem a si mesmos, mas à pátria” (Plutarco, 1991, p.121).

Em Roma há o “milagre” de as crianças desenvolverem o amor à pátria no seio de sua família, sem ser necessária a intervenção do estado. “Mas foram os romanos que se distinguiram entre todos os povos da Terra, pela consideração pelos particulares e por sua atenção escrupulosa em respeitar os direitos invioláveis de todos os membros do Estado. Nada era tão sagrado entre eles quanto a vida dos simples cidadãos” (Rousseau, 2017, p. 20).

princípios formulados no verbete *Economia (Moral e Política)* e, observaremos como eles vigoram na educação pública, os princípios são: “governar de acordo com as leis”, “a virtude” e “proteger os cidadãos”. Veremos, portanto, como Rousseau propõe adequar o modelo de educação coletiva- as escolas – de tal modo que a natureza seja respeitada nas diferentes etapas do processo educacional mantendo o objetivo principal da escola: a de formar cidadãos.

2.1 Críticas Ao Sistema De Educação Vigente

Antes de iniciarmos a análise desses textos é preciso, porém, fazer algumas considerações e voltar a algumas noções esboçadas no capítulo anterior. Nunca é demais ressaltar que Rousseau apresenta uma análise negativa sobre a educação vigente em seu tempo, especialmente, a desenvolvida em instituições públicas. Observaremos neste subcapítulo cinco críticas identificadas nos trabalhos do filósofo genebrino em relação a este tema. Começemos analisando em suas confissões²⁹ as passagens em que Rousseau aborda a questão da educação.

Quando mencionada a formação de Rousseau, na obra referida, o filósofo afirma que sua educação na infância foi uma das mais cuidadosas, reitera que nem os filhos de reis teriam tido uma educação mais zelosa do que ele teve nos primeiros anos de vida, sempre foi muito querido pelos que o cercavam, mas “tratado como uma criança querida e nunca uma criança

²⁹ As *Confissões* é um dos livros autobiográficos escrito por Jean-Jacques, outras obras do mesmo gênero são *Devaneios de Um Caminhante Solitário* e “*Rousseau Juiz de Jean- Jacques*”. As *Confissões* foram lançadas no ano de 1782, quatro anos após a morte do autor.

mimada” (Rousseau, 1948, p. 11). Após seu pai ter se desentendido com M. Gautier³⁰, que tinha parentesco com um membro do conselho de Genebra, foi obrigado a se expatriar daquela república, deixando Rousseau sob a tutela de seu tio Bernard. O pequeno foi posto junto com o seu primo em um pensionato em Bossey, onde teve sua primeira experiência com a educação fora do âmbito familiar. Feito esse relato, o filósofo expõe sua opinião sobre os conteúdos ensinados: “Fomos postos, juntos, em Bossey, como pensionistas em casa do ministro Lamercier, para ali aprender, com o latim, aquele **conjunto de coisas confusas**, que o acompanham, sob o nome de educação” (Rousseau, 1948, p. 14 – grifos nossos). A definição de educação como “conjunto de coisas confusas” não é apenas para a percepção da criança que está aprendendo, o filósofo estabelece como “coisas confusas” os conteúdos ministrados que não fazem sentido no processo de aprendizado por não estarem de acordo com a fase cognitiva do educando, além do mais, tais conteúdos apresentam pouca utilidade no dia-dia. Esta crítica relacionada aos conteúdos ensinados, aparece também n’*O Projeto Para a Educação do Senhor de Saint Marie*, trabalho elaborado por Rousseau no tempo em que era preceptor dos filhos do senhor Jean Bonnot de Mably. Nessa obra, como seria de esperar, o filósofo genebrino elabora o projeto pedagógico visando uma educação que respeite as tendências naturais da criança, retomando em grande medida teses bem desenvolvidas no *Emílio*. Não por acaso, o texto contém críticas ao modo de como o ensino era tradicionalmente realizado:

(...) o quanto me parece insensata e ridícula a maneira pela qual as pessoas se arranjam para ensinar as crianças. Fazem-nas perder três ou quatro anos a compor terríveis versões, quando estão bem certos que elas não encontrarão, duas vezes na vida, a oportunidade de escrever em latim. Ensinam-lhe, em seguida, a fazer amplificações, isto é, após lhe darem um pensamento de um autor, mandam estragá-lo, alongando-o com o maior número de palavras

³⁰ “O rumo dessa educação foi interrompido por um acidente cujas consequências influíram sobre o resto de minha vida. Meu pai teve uma contenda com um certo M. Gautier, capitão de França e aparentado com alguém do conselho”.(Rousseau, 1948, p. 14).

inúteis que possam achar. Exercitam-nas muito sobre história Grega e Romana e deixam-nas na maior grossa ignorância sobre a história de seu país, ensinam a ela o pior francês, contanto que falem bem o latim (Rousseau, 2004a, p. 24 *apud* Boto, 2012, p. 11).

Rousseau aponta que a maneira pela qual se ensinavam as crianças eram “insensata e ridícula” em razão de se concentrarem a ensinar conteúdos sem utilidade. O aprendizado do latim, por exemplo, seria desprovido de sentido, pois os educandos raramente teriam a oportunidade de usá-lo. Os conteúdos que têm utilidade para a vida são aqueles que os indivíduos usam constantemente, Jean- Jacques expõe: “[...] ensinam a ela [a criança] o pior francês, contanto que falem bem o latim” (Rousseau, 2004a, p. 24). Vemos que a educação desse período dava preferência aos conteúdos considerados clássicos (ensino do latim, história de Roma e da Grécia) ao invés de ensinarem sobre seu próprio país. O ensino do latim, criticado por Rousseau, também está relacionado ao prestígio social que a ele era associado, nesta época, saber latim era considerado sinal de uma educação refinada. Contrariamente do modelo de ensino vigente, Rousseau acredita que a educação deve ser pautada na utilidade e ensinar sobre a realidade de seu país.

Nas *Considerações*, quando o filósofo aborda a formação do cidadão mediante a educação pública, retrata uma opinião em concordância à que vimos no trecho acima, nesta passagem observamos: “[...] deixam-nas na maior grossa ignorância sobre a história de seu país, ensinam a ela o pior francês, contanto que falem bem o latim” (Rousseau, 2004a, p. 24). Nas *Considerações* ele afirma: “Quero que, aprendendo a ler, leia coisas de seu país; que aos 10 anos conheça todas as produções de sua terra; aos 12, todas as províncias, estradas, cidades; aos 15, que saiba toda sua história; aos 16, todas suas leis [...]” Rousseau, 2022a, p. 182). Embora as duas passagens se tratem de modelos diferentes de educação, a primeira se refere a educação privada e a segunda a educação pública, ambas refletem a ideia de ensinarem aos educandos matérias relacionadas a seu país. À vista disso, os conteúdos

ensinados devem estar em conformidade com a realidade do aluno, que ele aprenda sobre sua história, sua cultura e sua nação.

Os colégios do século XVIII preconizavam a memorização e o comportamento, tinham como objetivo deixar as crianças polidas e civilizadas, o conceito de civilidade nesta época estava ligado às normas sociais e à etiqueta que governavam a vida cotidiana da aristocracia. Nesse período, a civilidade era vista como uma forma de demonstrar status, refinamento e educação. A polidez, por sua vez, é semelhante à civilidade, estava relacionada à etiqueta social da época. Identificamos no pensamento de Jean-Jacques que, nas crianças, a polidez faz com que elas mascarem seus atos imperiosos. Rousseau afirma: “Evitai principalmente dar à criança vãs fórmulas de polidez, que se necessário lhe servem de palavra mágica para submeter à sua vontade tudo o que rodeia e para obter imediatamente o que lhe agrada” (Rousseau, 2022b, p. 76). A educação vigente estava mais perto da educação do “Gentleman” de Locke³¹, do que da criança natural de Rousseau.

Neste período o ensino se pautava nos fundamentos metodológicos *Ratio Studiorum*, isto é, os alunos memorizavam os conteúdos passados pelo seu mestre e depois reproduziam-nos de forma idêntica. Rousseau critica ainda a educação obtida de forma livresca (modo ensinado nos colégios) que impõe às crianças que aprendam apenas através de “representações das coisas³²” e não pelas próprias coisas. Por exemplo, nos colégios a educação moral era feita mediante lições apreendidas em livros. Para Rousseau, no entanto, a moral se aprende pelo exercício e não por representações, o que significa dizer que ela se aprende no decorrer da relação com o outro. Esse modo de aprendizado, vale notar, não era

³¹A educação do “gentleman” ou do cavalheiro de Locke buscava formar indivíduos com habilidades intelectuais, morais e físicas, capazes de contribuir para a sociedade em que viviam. O filósofo inglês acreditava que os educadores deveriam guiar as crianças para que aprendessem a controlar seus desejos e impulsos naturais ensinando as crianças as boas maneiras. Encontramos as ideias de John Locke referente a educação na obra *Alguns Pensamentos sobre a Educação*.

³² Termo utilizado por Rousseau ao se referir a educação pela experiência: “Essa educação vem da natureza, ou dos homens ou das coisas” (Rousseau, 2022b, p. 9).

exclusivo da educação pública; a educação privada ensinava pelo mesmo método. Em consonância com essa concepção, era muito comum as crianças serem obrigadas a exibir seus ensinamentos de forma pública, declamando trechos decorados de poesia, história ou exibindo seus conhecimentos científicos.

Aos jesuítas e aos seus colégios, Rousseau reprova a artificialidade de sua educação, intelectualista e livresca, autoritária e pedante; à aristocracia, de habituar os filhos à imitação dos adultos, de prepará-los quase exclusivamente para as práticas inaturais das boas maneiras e da conversação, descuidando de duas mais profundas necessidades e das próprias características da idade, a começar pela necessidade de viver em contato e crescer sob a orientação dos pais (Cambi, 1996, p. 348).

No modelo proposto por Rousseau a educação prioriza o homem³³, diferentemente das instituições escolares do século 18 que eram regidas por grupos religiosos. Por suas experiências na formação e análise acerca da educação, Rousseau é fortemente contrário ao ensino da religião a crianças, tanto na obra as *Confissões* quanto no *Emílio* podemos observar isso. No livro II das *Confissões* Rousseau afirma: “A fé dogmática é um produto da educação” (Rousseau, 1948, p. 59). No *Emílio* vemos que:

Prevejo quantos leitores se surpreenderão ao me verem acompanhar toda a primeira idade de meu aluno sem lhe falar de religião. Aos 15 anos, ele não sabia se possuía uma alma, e talvez aos 18 ainda não seja o momento de aprendê-lo, pois se o aprender antes da hora necessária, correrá o risco de jamais o saber. Se tivesse de pintar a estupidez execrável, pintaria um pedante ensinando catecismo às crianças; se eu quisesse tornar louca a criança, obrigá-la-ia a explicar o que diz dizendo seu catecismo. [...] Digo ainda que, para admitir os mistérios, é preciso pelo menos compreender, ao menos, que são incompreensíveis; e as crianças não são capazes sequer dessa concepção. Na idade em que tudo é mistério, não há mistérios propriamente ditos (Rousseau, 2022b, p. 315-316).

³³ “Nosso verdadeiro estudo é o da condição humana” (Rousseau, 2022b, p. 14).

O filósofo genebrino nasceu em uma família protestante de doutrina calvinista, com o passar do tempo, após entrar na juventude, Rousseau se converte ao catolicismo. O filósofo narra em suas *Confissões* como aconteceu sua catequese e relata episódios tenebrosos de moralidade no âmbito em que acontecia sua educação religiosa. Já adulto Rousseau retornou à raiz protestante do calvinismo. Mesmo o filósofo crendo em Deus, ele é contra ao ensino de religião para as crianças, pois segundo ele, “toda criança que crê em Deus é, portanto, necessariamente idólatra” (Rousseau, 2022b, p. 314). Conforme a tese de que se devem aprender as coisas pelo modo empírico e não por representações, entende-se que não há como a criança experimentar Deus, em razão de não haver uma prática que afirme para esses pequenos indivíduos a sua existência. Sendo assim, não adianta catequizar as crianças, pois é uma abstração que elas não estão prontas para aprender.

Por se opor às ideias que predominavam à época, Rousseau foi perseguido e fortemente criticado, em razão disso escreveu duas cartas se defendendo inclusive do Arcebispo - de Paris, a *Carta a Christophe de Beaumont* e as *Cartas escritas da Montanha*. A primeira é referente às acusações oriundas de Paris e a segunda de Genebra. Com efeito, ao publicar a obra *Emílio* o filósofo genebrino foi condenado ao exílio tanto na França quanto em sua terra natal. Essas duas obras são a defesa de Rousseau no que concerne às ideias apresentadas no *Emílio*. O ponto crucial parece residir em suas considerações acerca da religião, mais especificamente: da criação, da revelação, dos pecados, dogmas e o papel da razão e das paixões na vida humana.³⁴

³⁴ Na *Carta a Christophe de Beaumont*, Rousseau também expressa seu descontentamento com a injustiça de ser condenado enquanto seus contemporâneos podiam se expressar livremente sem sofrer intolerância: “Evitarei falar de meus contemporâneos; não quero prejudicar ninguém. Mas o ateu Espinosa ensinou pacificamente sua doutrina, não enfrentou obstáculos para publicar seus livros, que foram vendidos publicamente. Veio à França e foi bem recebido; todos os Estados lhe estavam abertos, por toda parte encontrou proteção ou, ao menos, segurança. Príncipes o honraram e ofereceram-lhe cátedras. Ele viveu e morreu tranquilamente, e até mesmo bem considerado. Hoje, no célebre século da filosofia, da razão, da humanidade, por haver proposto com circunspeção, e mesmo com respeito e por amor ao gênero humano, algumas dúvidas fundadas na própria glória do Ser supremo, o defensor da causa de Deus, difamado, proscrito, perseguido de Estado em Estado, de asilo em

Deixando de lado, por ora, ao menos, as questões metafísicas e teológicas, é importante notar que a respeito do ensino da religião às crianças, no *Emílio*, Rousseau defende a necessidade de respeitar as etapas do conhecimento de acordo com a natureza do indivíduo, isso significa que o preceptor precisa esperar que o aluno esteja preparado para aprender e que tenha a capacidade de entender a fé, Emílio aprenderá a respeito da religião e moralidade após o seu “segundo nascimento”³⁵, essas experiências são relatadas no livro IV do *Emílio*, nesta parte da obra Rousseau expõe sua visão de educação religiosa através da “Profissão de fé do Vigário Saboiano”:

A profissão do Vigário Saboiano compõe-se de duas partes. A primeira, que é a mais extensa, a mais importante, a mais cheia de verdades novas e marcantes, visa combater o moderno materialismo, estabelecer a existência de Deus e da religião natural com toda a força de que o autor é capaz. [...] A segunda parte, bem mais curta, menos regular, menos aprofundada, levanta dúvidas e dificuldades sobre as revelações em geral, embora atribuindo à nossa verdadeira certeza na pureza e na santidade de sua doutrina, e na sublimidade inteiramente divina daquele que foi seu Autor. O objetivo dessa segunda parte é tornar cada qual mais reservado, em sua religião, quanto a taxar os outros de má-fé na deles, e a mostrar que as provas de todas as religiões não são tão conclusivas aos olhos de todos para que se deva inculpar os que não veem nelas a mesma clareza que nós (Rousseau, 2004b, p. 84).

Os colégios analisados pelo filósofo genebrino eram majoritariamente pagos, em razão de a instituição escolar ser regida dessa forma. Isso gera outro problema de que Rousseau tratará ao abordar a educação pública, o da desigualdade social. Com efeito, diante dessa conjuntura nem todos os indivíduos podiam frequentar todos os ciclos que constituíam a

asilo, sem consideração por sua indigência, sem piedade por suas enfermidades, com uma obstinação jamais dirigida contra alguém malfeitor, e que seria bárbara mesmo contra um homem de boa saúde, tem água e abrigos negados em quase toda a Europa” (Rousseau, 2004b, p. 16).

³⁵ Nascimento para as paixões: “Nascemos, por assim dizer, duas vezes: uma para existir e outra para viver; uma para espécie e outra para o sexo” (Rousseau, 2022b, p. 251).

educação. Rousseau chama de ridículos esses estabelecimentos elitistas que não formam o homem e nem o cidadão:

Não vejo como uma instituição pública esses risíveis estabelecimentos que chamamos colégios. Tampouco levo em conta a educação mundana porque, tendendo a dois fins contrários, ela carece de ambos: serve apenas para fazer homens duplos que, sempre parecendo a se referir tudo aos outros, a nada se referem senão a si mesmos. Ora, sendo comuns a todos, essas demonstrações não enganam a ninguém. São cuidados perdidos (Rousseau, 2022b, p. 12-13).

A estrutura desses colégios era voltada a um público específico, as classes mais altas da sociedade, o currículo era formado por línguas clássicas, como o latim, além do ensino da história antiga, retórica e literatura. O problema, para Jean- Jacques, é que as instituições públicas não formam o homem, pois não seguem as tendências naturais da criança. No que concerne à formação do cidadão, o ensino propagado nos colégios também não atinge esse objetivo, neles educam-se as crianças para ser homens individuais e moldados para licenciosidade³⁶.

As boas instituições sociais são as que melhor sabem desnaturar o homem, retirar-lhe sua existência absoluta para dar-lhe uma relativa, e transportar o *eu* para a unidade comum, de sorte que cada particular não acredite mais ser uno, e sim parte da unidade, que só seja mais sensível no todo. (Rousseau, 2022b, p. 11).

Até este momento, elencamos as críticas de Jean- Jacques ao ensino público realizado em seu tempo. Observamos que suas críticas se concentram em cinco tópicos: estabelecimentos que não formam o cidadão, conteúdos sem utilidade para a vida, o ensino de conteúdos pela memorização (utilização de livros), o ensino da religião e estabelecimentos elitistas. O pensamento do filósofo genebrino foi amadurecendo conforme a elaboração de

³⁶ “Um francês, um inglês, um espanhol, um italiano, um russo, são todos mais ou menos o mesmo homem: ele sai do colégio já moldado para a licenciosidade, isto é, para a servidão” (Rousseau, 2022b, p. 182).

suas obras; avistamos, desde o *Discurso Sobre as Ciências e as Artes*, considerações à maneira como o ensino se realizava. Nos trabalhos subsequentes, podemos acompanhar a atualização e o desenvolvimento das críticas sob a forma de máximas para a educação. Observemos abaixo, no *Primeiro Discurso*, cinco críticas que serão transformadas em orientações para a educação pública:

Já desde os primeiros anos uma educação insensata orna nosso espírito e corrompe nosso julgamento. Vejo em todos os lugares **estabelecimentos imensos onde o alto preço se educa a juventude para aprender todas as coisas exceto seus deveres. Vossos filhos ignoram a própria língua, mas falarão outras que em lugar algum usam**, saberão compor versos que dificilmente compreenderão, sem saber distinguir o errado da verdade, possuirão a arte de torná-los ambos irreconhecíveis aos outros, graças a argumentos especiosos, mas não saberão o que são as palavras magnanimidade, equidade, temperança, humanidade e coragem; **nunca lhes atingirá o ouvido a doce palavra pátria** e, de ouvem **falar de Deus**, será menos para reverenciá-lo do que para temê-lo. Preferi, dizia um sábio, que meu aluno **tivesse passado o tempo jogando péla, pois, pelo menos, o corpo estaria mais bem disposto**. Sei que é preciso ocupar as crianças e que a ociosidade constitui para elas o maior dos perigos a evitar. Que deverão, pois aprender? Que aprendam o que devem fazer sendo homens e não o que devem esquecer (Rousseau, 1999, p. 209 – grifos nossos).

A primeira frase do trecho apresentado se refere à crítica aos estabelecimentos que Rousseau chama de “ridículos”, a crítica está voltada às instituições que não cumprem a função de formarem homens ou cidadãos. A continuação da passagem apresenta os componentes da educação insensata que corrompe o julgamento, logo em sequência, o filósofo aborda os colégios elitistas que cobravam altos preços para se estudar, deixando marginalizados aqueles que não possuíam condições de pagar; com a continuação da frase identificamos outra crítica apresentada: “[...] se educa a juventude para aprender todas as coisas exceto seus deveres” (Rousseau, 1999, p. 209), podemos compreender que esses deveres se referem tanto à formação homem quanto a do cidadão, pois na continuação da

passagem, Rousseau elenca uma série de virtudes que veremos serem necessárias aos indivíduos na qualidade de homens e de cidadãos. Na próxima frase do trecho selecionado e nas subsequentes, observamos a crítica em relação aos conteúdos ensinados nas instituições públicas; “Vossos filhos ignoram a própria língua, mas falarão outras que em lugar nenhum falam³⁷[...]” (Rousseau, 1999, p. 209), veremos mais à frente que a educação deve seguir o princípio da utilidade, conseqüentemente, os conteúdos escolares devem ser ajustados por ela, bem como, deve ser considerada a fase cognitiva que o educando se encontra e para qual povo esses conteúdos serão ministrados. Na sequência do fragmento analisado encontramos a frase “[...] nunca lhes atingirá o ouvido a doce palavra pátria [...]” (Rousseau, 1999, p. 209), avistaremos que no pensamento do filósofo genebrino a educação deve orientar-se ao seu objetivo, no caso da educação pública, a de formar cidadãos, esses estabelecimentos retratados por Rousseau não são dirigidos com esse propósito. Nesta passagem retratada acima também encontramos alusão à educação religiosa “[...] ouvem falar de Deus, será menos para reverenciá-lo do que para temê-lo [...]” (Rousseau, 1999, p. 209), de acordo com que estudamos acerca do pensamento de Jean-Jacques, a educação religiosa não deve ser realizada na etapa da infância, pois, segundo o autor, elas ainda não estão prontas para compreender a ideia de divindade e vivenciar a fé. Por fim, a última parte evidenciada no trecho retirado do *Primeiro Discurso* refere-se a aprender com liberdade, priorizando o desenvolvimento do corpo. Observamos essa crítica, realizada por Rousseau, quando abordamos neste capítulo a educação livresca. O filósofo genebrino discorda do ensino que faz as crianças irem contra as suas necessidades naturais, ele entende que movimentar o próprio corpo é uma delas, à vista disso, expõe que seria mais proveitoso deixar as crianças brincarem (jogarem péla) ao invés de receber uma educação nos moldes do ensino vigente.

³⁷ O autor se refere ao latim.

Rousseau afirma que a instituição pública não existe mais, em razão de não existir mais pátria, uma condição é dependente da outra. Para as sociedades que possam recuperar a pátria, Jean-Jacques elabora um novo modelo de educação pública que tem como tarefa a formação do cidadão. Para que seu objetivo seja bem-sucedido é necessário formar indivíduos desde a infância: “Ora, formar cidadãos não é tarefa de um dia, e, para ter homens, é preciso instruir as crianças” (Rousseau, 2015, p. 123).

2.2 A Educação Pública Para a Formação Do Cidadão

Segundo Rousseau, a formação do cidadão é fundamental para se obter uma sociedade livre e justa, na teoria rousseauiana a educação tem a função de tornar os indivíduos em cidadãos virtuosos, encontraremos os princípios gerais desse processo no verbete *Economia (Moral e Política)*³⁸ o texto trata a importância da educação para o sucesso do governo, mostra a relação de necessidade de formação de cidadãos virtuosos para o êxito público. Jean-Jacques acredita que há duas formas de economia política, a domiciliar e a do Estado, ao relacioná-las compreende que o papel do pai na família seria similar ao do governante e dos integrantes da família ao do povo, no entanto, enquanto a autoridade do pai é estabelecida por convenção, o poder de governar do chefe de Estado deriva das leis. Diante disso, Rousseau estabelece como primeira regra da economia política que a administração deve ser “conforme às leis” (Rousseau, 2015, p. 115), para se administrar pelas leis é, necessário que os indivíduos não só as obedeçam, mas que as amem, neste sentido, que a educação coletiva se configura.

³⁸ Texto publicado na em 1755, na *A Enciclopédia*, ou *Dicionário Razoado das Ciências, Artes e Ofícios*, de Diderot e D’alambert.

A educação pública fará com que as crianças amem a pátria desde a infância, vemos na *Economia* que os governantes devem guiar os corações dos súditos para o amor pátrio. Segundo Almeida Jr. (2009), quando se desenvolve o amor à pátria o processo de desnaturação está completo, pois não se enxergam como um todo absoluto, mas sim uma parte fracionada da sociedade. Dessa forma, o amor de si é guiado para não se perverter e se transformar em amor-próprio.

O homem natural é tudo para si; é a unidade numérica, e o inteiro absoluto, que só se relaciona consigo mesmo ou com seu semelhante. O homem civil é apenas uma unidade fracionária que se liga ao denominador, cujo valor está em sua relação como o todo, que é o corpo social. As boas instituições sociais são as que melhor sabem desnaturar o homem, retirar-lhe sua existência absoluta para dar-lhe uma relativa, e transportar o *eu* para a unidade comum, de sorte que cada particular não acredite mais ser uno, e sim parte da unidade, que só seja mais sensível no todo. (Rousseau, 2022b, p. 11).

Tanto na *Economia* quanto nas *Considerações*, Jean-Jacques aponta a importância das leis para governar a sociedade, segundo o autor, os homens na grande sociedade estavam unidos por suas necessidades e se juntaram mais rigorosamente para assegurar a liberdade e os bens de cada membro “pela proteção de todos” (Rousseau, 2015 p. 113), isto na sociedade civil. Os indivíduos sempre se preocupam com os seus interesses individuais, são guiados por eles, no entanto, ao se tratar da sociedade e proteção de todos, é necessário que a vontade geral³⁹ (que é soberana) prevaleça. Na educação, a função de educar deve ser do Estado para que a sociedade não fique à mercê dessas vontades particulares, observamos que a vontade particular é viciosa e a vontade geral é sempre reta.

³⁹ “Pela qual cada um, unindo-se a todos só obedece, no entanto, apenas a si mesmo, permanecendo tão livre quanto antes” (Rousseau, 2020b, p. 26).

2.2.1 Primeira Regra: “Governar De Acordo Com As Leis”

Rousseau elabora a teoria da economia política sob três princípios, o primeiro deles é a vontade geral, que depois seria retomada no *Contrato Social*. Ela é a “regra fundamental do governo” (Rousseau, 2015, p. 112). A vontade geral refere-se ao interesse comum da sociedade como um todo. Precisamos especificar que a vontade geral não é o mesmo que a vontade de todos, a primeira se refere ao processo deliberativo que visa o bem comum, a segunda é a vontade dos particulares somadas. Esses dois tipos de vontades podem concordar, mas também podem ser contraditórias, vejamos o que é apresentado no *Contrato Social*: “De fato, se não é impossível que uma vontade particular concorde em determinado ponto com a vontade geral, é pelo menos impossível que essa concordância seja duradoura e constante, pois, por sua natureza, a vontade particular tende às preferências, e a vontade geral, à igualdade” (Rousseau, 2020b, p. 35).

Rousseau recorda no que a vontade particular em contradição com a geral explica a conduta de homens que são cheios de honra em um ponto e enganosos em relação a outros aspectos. Ainda tratando sobre a vontade geral, o autor aborda a possibilidade de dividir a economia pública em pública e tirânica⁴⁰: a primeira há unidade de interesse entre o povo e os chefes de estado; e a segunda existe em lugares onde o povo e os chefes divergem nos interesses, essa separação ocorre pelo fato que seria “loucura” os especialistas preferirem um interesse senão o dele.

É importante notar que o *Contrato Social* aborda a temática da organização da sociedade através de um pacto que institui a sociedade. No capítulo 1 deste trabalho

⁴⁰ “As máximas da economia tirânica estão inscritas ao longo dos arquivos da história e nas sátiras de Maquiavel. As outras só se encontram nos escritos dos filósofos que ousam reclamar os direitos da humanidade” (Rousseau, 2015, p. 112).

abordamos acerca da vida humana antes da instituição da sociedade civil, verificamos que através do pacto social os homens deixam de ser indivíduos isolados para se tornar uma nação, a forma de associação argumentada por Rousseau assegura a união dos homens, de suas forças e bens, os preservando como indivíduos livres. Jean-Jacques afirma no *Contrato*:

Cada um de nós coloca em comum sua pessoa e todo seu poder sob a suprema direção da vontade geral e recebemos como corpo cada membro enquanto parte indivisível do todo. (Rousseau, 2020b, p. 27).

Os homens, desse ponto de vista, dispõem sua individualidade em favor da formação do Estado. Nesse ato, recebem a denominação de cidadãos enquanto “participantes da autoridade soberana, e de *súditos*, na condição de submetidos às leis do Estado” (Rousseau, 2020b, p. 27). O soberano na teoria rousseuiana é, portanto, formado pelos homens particulares que constituem a sociedade. Esse ponto é importante, pois, como observamos anteriormente, os homens têm vontades particulares. Uma vez constituída a sociedade civil, essa tem primazia e as vontades particulares devem ser mantidas no âmbito individual, isto é, o bem comum sempre tem prioridade. Por isso, o que direciona as decisões no campo público é a vontade geral. O que proporciona liberdade aos indivíduos participantes do pacto é o fato de estarem verdadeiramente ligados pela lei, eles são seus próprios soberanos quando deliberam conforme a vontade geral. Nessa conjuntura, é evidenciada a primeira máxima do governo legítimo: “seguir em tudo a vontade geral”, aqui se tem o trabalho de reconhecer qual é a vontade geral e quais são as vontades particulares. Assim, é importante que o legislador observe as leis que institui para que elas não sejam injustas e não ensejem muitas exceções. Na visão do *Contrato*, o conjunto das leis é fundamental para a ordenação do Estado. através das duas passagens abaixo, observamos o compromisso da educação em relação às leis:

Somente haverá uma constituição sólida e boa onde a lei reinar sobre os corações dos cidadãos. Enquanto a força legislativa não chegar a esse ponto, as leis serão sempre eludidas. Mas como tocar os corações? [...] Por jogos

infantis, por instituições ociosas aos olhos dos homens superficiais, mas que formam hábitos apreciáveis e vínculos invencíveis. (Rousseau, 2022a, p. 161).

À vista disso, é papel da educação, entre outras práticas, moldar os corações dos cidadãos. A boa educação fará com que os homens, além de obedecer às leis, as amem e assim se tornarão bons cidadãos. A segunda parte da passagem: “Por jogos infantis, por instituições ociosas aos olhos dos homens superficiais, mas que formam hábitos apreciáveis e vínculos invencíveis” (Rousseau, 2022a, p. 161) se refere à forma de ensinar, como apresentado anteriormente, Rousseau criticava a maneira que a educação era realizada em seu tempo, na educação pública as crianças não devem aprender contidamente por meio de representações, mas que no decorrer das brincadeiras elas aprendam como é de sua natureza⁴¹.

2.2.2 Segunda Regra: “A Virtude”

A segunda regra apresentada na Economia é a virtude: “A segunda regra essencial da economia pública não é menos importante que a primeira: Deseja-se a realização da vontade geral? Deve-se então fazer que todas as vontades se reportem a ela; e como a virtude nada mais é do que essa conformidade da vontade particular à geral – para resumir tudo em uma palavra – basta fazer reinar a virtude!” (Rousseau, 2017, p. 15). Observamos a virtude como operador da efetivação da vontade geral, dado que a primeira regra é a obediência às leis que, como se sabe, devem ser adequadas à vontade geral. Rousseau expõe que todas as vontades particulares devem voltar à geral e a virtude teria a função de orientar essa, por assim dizer, “conversão”. Por isso, é necessário que a virtude reine nos corações dos cidadãos visto que é

⁴¹ Rousseau foi um dos precursores em compreender a importância de se aprender através dos jogos, a ideia de incluir as brincadeiras na educação das crianças foi desenvolvida na educação contemporânea, pensadores como Kishimoto, Piaget e Vygotsky deram suporte para compreender o papel do lúdico para o aprendizado na infância.

através da política⁴² e da educação que esse feito é contemplado. Para haver paz e ordem na sociedade é preciso que as leis sejam respeitadas. Os homens são degenerados e procuram sempre uma forma de burlar as regras, ao ensiná-los desde o nascimento a serem bons, haverá a mais garantia de que os homens sejam virtuosos e queiram de bom grado o que é benéfico para a sociedade. Salinas Fortes indica, no entanto, haver a necessidade de um homem excepcional que faça a vontade geral se sobressair:

Considerando-se os homens tais quais são, uma sociedade justa não pode se constituir se os membros da associação não forem guiados por um indivíduo excepcional que não somente mostre os rumos que devem seguir, como, igualmente, transforme-os, extirpando, por meio de uma ação pedagógica, os fatores que, na sua natureza, funcionam como obstáculos a sua efetiva união. Sem uma ação desta ordem, um corpo político jamais poderá realizar-se (Fortes, 1976, p. 105).

Rousseau utiliza como referência alguns célebres legisladores da Antiguidade. Segundo o autor há três casos exemplares: Moisés, Licurgo e Numa. Esses homens foram bons legisladores por transformar o povo em nação.⁴³ Eles deram aos corações dos indivíduos o amor pátrio. Jean-Jacques em suas obras aborda as paixões humanas e especifica as formas de amor característicos de nossa espécie, dentre eles destaca que o amor à pátria é o mais forte de que se pode dispor, sendo dever dos legisladores promovê-lo. Consideremos, entre os modelos de Rousseau, o caso de Esparta, governada por Licurgo, legislador que determinou que os espartanos vivessem juntos a serviço da nação, enfraquecendo em seus cidadãos a ideia de individualidade, pois através do convívio com os seus compatriotas o seu eu individual quase que não existia. Assim, os cidadãos de Esparta entendiam, desde a infância, que deviam

⁴² “[...] a maior força da autoridade pública reside no coração dos cidadãos e que nada pode substituir os costumes na manutenção do governo” (Rousseau, 2015, p. 117).

⁴³ Almeida Jr. declara: “Uma vez que um povo apresenta condições para a liberdade, deve o legislador elaborar uma obra que leve em conta dois pesos, cujo equilíbrio determinará a liberdade do povo para o qual legisla. O primeiro destes pesos é o direito político; o segundo desses pesos são as condições históricas”. (Almeida Jr., 2009, p. 115).

antes de tudo ser espartanos.⁴⁴ Os povos guiados por tais modelos de legislador (Moisés, Licurgo e Numa) se tornaram nações livres, respeitando, obedecendo, e, mais importante, amando suas leis. Paradoxalmente, a primeira visa é respeitando e amando as leis que os homens se tornam livres, pelo menos no que concerne à política.

O mesmo espírito gerou guiou os antigos legisladores em suas instituições. Todos buscaram laços que ligassem os cidadãos à pátria e uns aos outros, e os encontram nos usos particulares, nas cerimônias religiosas que, por sua natureza, eram sempre exclusivas e nacionais; nos jogos que mantinham os cidadãos extremamente unidos, nos exercícios que aumentavam seu vigor, sua força, seu orgulho e ao estima de si mesmos; nos espetáculos que, lembrando-lhes a história de seus ancestrais, suas infelicidades, suas virtudes, suas vitórias, despertavam o interesse em seus corações, inflamavam-nos com uma viva emulação e os afeiçoavam fortemente a essa pátria que os ocupava permanentemente (Rousseau, 2022b, p. 166-167).

O artifício usado pelos antigos legisladores foram os jogos públicos, as cerimônias religiosas e espetáculos que direcionavam o amor da nação para a pátria. Seguindo esse exemplo, Rousseau exalta a importância dos jogos públicos para a educação, não apenas no que se refere à inserção do amor pátrio, mas também a respeito do desenvolvimento do corporal e cognitivo da criança, mais adiante trataremos desse tema.

Já vimos que não há como formar uma nação sem que seus cidadãos sejam desnaturados de forma positiva, enxergando a si mesmos apenas no coletivo. O indivíduo em sua forma natural é um ser absoluto, suas atitudes procuram atender a seus próprio interesses, já o homem, enquanto membro da sociedade ou cidadão, tem suas inclinações naturais modificadas; este indivíduo passa pelo processo de desnaturação atribuindo sua existência a uma unidade maior do que ele, a partir desse processo, suas vontades e ações devem estarem conformidade com o bem comum. Identificamos, portanto, no pensamento do filósofo

⁴⁴ “A educação dos espartanos se prolongava até a idade madura. Ninguém era livre para viver como quisesse. A cidade mais parecia um acampamento onde todos levavam uma existência a serviço do Estado, regulamentada por lei. Sua convicção era a de não pertencerem a si mesmos, mas à pátria” (Plutarco, 1991, p. 121).

genebrino duas formas de desnaturação, uma negativa e outra positiva. Na primeira forma, encontramos o processo de desnaturação com a passagem do estado natural para a sociedade civil, este desenvolvimento concerne à desnaturação do homem enquanto espécie. A segunda forma não é compreendida como depravação do homem, ela se refere ao modo de transformar homens em cidadãos. Dado que a primeira desnaturação já ocorreu e que não é possível reverter o processo que tirou os homens do estado de natureza, a boa desnaturação pretende fazer o indivíduo pensar antes em sua pátria e desejar sempre o bem comum.

O indivíduo, nas sociedades em que o pacto não se cumpre, torna-se, cada vez mais, o centro do universo, preferindo a tudo o seu interesse particular. A boa desnaturação, ao contrário, visa à constituição de um indivíduo que busque acima de tudo o interesse comum, transformando o indivíduo independente em mera parte de um todo mais perfeito (Fortes, 1976, p. 107).

Rousseau, no livro I do *Emílio*, apresenta o exemplo de uma verdadeira cidadã, a mulher espartana. No relato narrado pelo filósofo, a mulher espartana tem cinco filhos na guerra, assim como todo cidadão ela aguarda informações sobre a batalha. Ao chegar um escravo, ela pede notícias sobre a guerra, contudo, o hilota responde que seus cinco filhos faleceram. Ocorre que a mulher espartana não havia perguntado de sua prole, mas se seu povo tinha ganhado a guerra. Obtendo resposta afirmativa a essa última questão, num gesto significativo, ela se dirigiu ao templo e agradeceu aos deuses pela vitória de Esparta. Diante dessa história, Rousseau declara: “Eis a cidadã⁴⁵”. O cidadão é aquele que se importa mais com o todo ao qual pertence do que com seu interesse particular - a mulher espartana mesmo tendo seus cinco filhos mortos, ainda se alegrou, pois seu povo havia ganhado a batalha. O cidadão é, dessa forma, capaz de colocar suas vontades particulares abaixo do interesse comum. Cabe à educação escolar instruir as crianças para que elas se tornem cidadãos, e a

⁴⁵ “Uma mulher de Esparta tinha cinco filhos no exército e esperava notícias da batalha. Um hilota chega, ela o indaga com tremor. ‘Vossos cinco filhos foram mortos. – Vil escravo, foi isso que te perguntei? – Conquistamos a vitória!’ A mãe corre ao templo e dá graças aos deuses. Eis a cidadã” (Rousseau, 2022b, p. 12).

responsabilidade de conceber essas instituições é do legislador: “No nascimento das sociedades, diz Montesquieu, são os chefes das repúblicas que fazem a instituição e, em seguida, é a instituição é que forma os chefes das repúblicas” (Rousseau, 2020b, p. 45). Assim sendo, a *Economia* estabelece como a primeira regra, seguir a vontade geral, mas para tal feito é necessário ser virtuoso, razão pela qual a virtude é a segunda regra. Por fim há uma terceira que consiste em proteger os cidadãos:

Mas todas essas precauções são insuficientes se não se tiver mais cuidado ainda. Acabo aqui esta parte da economia pública, por onde deveria ter começado. A pátria não pode subsistir sem liberdade, nem a liberdade sem a virtude, nem a virtude sem os cidadãos; tereis tudo se formais cidadãos; sem isto tereis apenas escravos cruéis, a começar pelos chefes de Estado. Ora, formar cidadãos não é tarefa de um dia, e, para ter homens, é preciso instruir as crianças (Rousseau, 2015, p. 123).

A formação do cidadão tem como principal condição o amor à pátria, nas *Considerações*, Rousseau aponta que se deve dar aos indivíduos o “espírito nacional”⁴⁶ sendo pela educação que se produz a força e a identidade do país, reiterando dessa forma a importância das escolas serem bem orientadas, Robert Derathé afirma em seu livro *O Racionalismo de Jean-Jacques Rousseau* que: “é somente a sociedade mal governada que nos deprava, pois com boas instituições sociais nascem a justiça e a virtude” (Derathé, 2012, p. 26). Avistamos, assim, que a educação das crianças é papel do Estado. A educação se torna uma grande tarefa nacionalista, é do interesse do país educar os indivíduos pelo fato deles serem parte da sociedade futura. Se a nação precisa de homens virtuosos é, portanto, responsabilidade do Estado os ensinar a sê-lo. Se é importante para o Estado que as vontades

⁴⁶ O “espírito nacional” em Rousseau se refere a uma essência coletiva que une os membros da sociedade, é a expressão da vontade comum de todos os cidadãos, moldada pelos valores, interesses e necessidades compartilhadas pela nação. “Dai outra inclinação às paixões dos poloneses e dareis às suas almas uma fisionomia nacional que os distinguirá de outros povos, que os impedirá de se fundir, de se comprazer e de se aliar com aqueles outros; um vigor que substituirá o jogo abusivo dos vãos preceitos, que lhes fará realizar por gosto e por paixão aquilo que nunca é suficientemente bem feito quando realizado apenas por dever ou por interesse” (Rousseau, 2022a, p. 171).

particulares não sobressaíam a vontade geral⁴⁷, da mesma forma, é papel da nação educar as crianças na coletividade para que desde pequenos entendam a importância da pátria. Se é imprescindível formar cidadãos para se obter uma nação, é tarefa do Estado guiá-los à sociabilidade. Pois, como apresentado no *Segundo Discurso*⁴⁸, a natureza do homem não o direciona para esse fim. Tendo em vista a tarefa da escola para a formação da sociedade, significativamente, o capítulo referente à educação nas *Considerações* se inicia com a seguinte afirmação:

Eis aqui o tópico importante. É a educação que deve dar às almas a força nacional, bem como dirigir de tal modo suas opiniões e seus gostos que as façam patriotas por inclinação, por paixão, por necessidade. Uma criança, ao abrir os olhos, deve ver a pátria e até sua morte não deve ser mais nada além dela (Rousseau, 2022a, p. 277).

O “espírito nacional” é contraponto da educação existente no tempo de Rousseau, esta que educava os indivíduos para si mesmos. Como se disse, no entanto, o objetivo real da educação deve ser formar o cidadão. A criança precisa ser educada a ter o amor à pátria desde o nascimento, o que requer que ela seja ensinada no campo público. Precisamos, contudo, esclarecer que Rousseau, ao comentar do “espírito nacional”, não critica apenas à educação doméstica (particular), mas também à educação coletiva que não exercia a função da transformação do indivíduo em cidadão. Como assinalam as *Considerações*: “Um francês, um inglês, um espanhol, um italiano, um russo são mais ou menos o mesmo homem: ele sai do colégio já moldado pela licenciosidade, isto é, pela servidão” (Rousseau, 2022a, p. 187).

⁴⁷ “[...] que ensinem a obedecer aos outros; e como não se deixa a razão de cada homem ser o único árbitro de seus deveres, muito menos se deve abandonar às luzes e aos preconceitos dos pais a educação de suas crianças, já que ela importa ainda mais ao Estado do que aos pais” (Rousseau, 2015, p. 124).

⁴⁸ Em 1754, a academia de Dijon lançou um concurso com a temática Qual é a origem da desigualdade entre os homens, e ela é respaldada pela lei natural? Ao participar do concurso, Rousseau elabora a obra *O Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, conhecido como segundo discurso. Neste trabalho, o filósofo elabora sua teoria do homem natural e atribuiu à corrupção dos homens a vida em sociedade.

A construção do “espírito nacional” se inicia na infância, esse tipo de educação é destinada apenas a homens livres⁴⁹. Ora, um povo não é verdadeiramente livre quando está sujeito a qualquer forma de opressão ou dominação que não esteja conforme a vontade geral, como em governos despóticos, oligárquicos e monarquias absolutas nos quais o poder é exercido arbitrariamente sem a participação do povo. Essas formas de governo desconsideram a vontade geral e agem somente em benefício dos próprios governantes e de grupos privilegiados. Não por acaso, Rousseau condena o despotismo e entende que o fator imprescindível para a liberdade do povo é a participação ativa nas deliberações da nação. Em suma, os homens só são verdadeiramente livres quando têm uma existência comum proveniente da igualdade atribuída pelas leis. Por isso, Jean-Jacques, defende que as crianças sejam educadas a amar a pátria de “todo o seu coração” e que esse amor se estenda às leis por ser o atributo que assegura a sua liberdade. Quando eficientemente instilado nos corações pela educação, o amor pátrio se confunde com o amor às leis e à liberdade, tornando-se a paixão que guiará virtuosamente os indivíduos em suas existências:

Todo verdadeiro republicano sugava junto com o leite de sua mãe o amor pela sua pátria, isto é, o amor pelas leis e pela liberdade. Esse amor integra sua existência completa; ele vê somente a pátria e vive somente por ela. logo esteja só, ele é nada; tão logo não tenha mais pátria, deixa de existir e, se não está morto, encontra-se em uma situação ainda pior. (Rousseau, 2022a, p. 181).

(...) Quero que, aprendendo a ler, leias coisas de seu país; que aos 10 anos conheça todas as produções de sua terra; aos 12, todas as províncias, estradas, cidades; aos 15 anos, que saiba toda sua história; aos 16, todas suas leis, e que não tenha havido em toda a Polônia uma bela ação nem um homem ilustre dos quais não carregue plenamente na memória e no coração, e sobre os quais não possa explicar imediatamente (Rousseau, 2022a, p. 182).

⁴⁹ “A educação nacional pertence apenas aos homens livres; somente eles possuem uma existência comum e são verdadeiramente ligados pela Lei” (Rousseau, 1962b, p. 277).

As crianças devem colocar sua existência à disposição da pátria- o que é o mesmo que afirmar que, antes de qualquer profissão que venham a exercer, espera-se que elas sejam cidadãos. Na primeira linha do trecho citado acima vemos a seguinte frase: “sugou o leite de sua mãe o amor de sua pátria”, Rousseau, assim como os antigos, considera a educação como algo análogo ao alimento, tal alimento deve fortificar o povo com vistas a torná-lo apto à vida em comum. Identificamos que existe outra interpretação dessa passagem que complementa a concepção de educação coletiva: o amor à pátria evidenciado na passagem deve ser transmitido de forma contínua, de pais para os filhos. No que se refere ao segundo trecho, Rousseau mostra o modo adequado para se alcançar o objetivo de forjar cidadão pela via do amor pátrio, Jean-Jacques designa como método as crianças terem contado com tudo que é próprio de seu país, no que alude ao conteúdo do modelo escolar proposto, o conhecimento deve ser direcionado ao que se almeja, a formação do cidadão, com essa finalidade é necessário educar as crianças para saberem sobre as leis, os costumes, os caminhos e a história da nação. Recordemos que na primeira parte desse capítulo, no item 2.1, observamos que, ao abordar as instituições escolares vigentes, Rousseau argumenta que os conteúdos ensinados não eram úteis para a vida em sociedade, os pequenos iam aos colégios para: “[...] aprender com o latim, **aquele conjunto de coisas confusas**, que o acompanham, sob o nome de educação” (Rousseau, 1948, p. 14 – grifos nossos). Diferentemente desse padrão, o novo modelo de sistema escolar propõe que os conteúdos devem visar à formação do cidadão pelo recurso do amor à pátria. Como nota Salinas Fortes, as crianças educadas dessa forma sempre pensarão no coletivo em razão de compreenderem que são um “eu” dentro de um todo comum, pois a sua educação o educou dessa maneira. O seu valor se dará em associação com o outro e sua vontade é guiada pelo bem comum, em sua obra *Teoria à Prática*, Salinas afirma: “O indivíduo assim constituído agirá, diante de qualquer circunstância, levando em

conta, acima de tudo aquilo que é bom para o todo e, em consequência, a vontade geral será efetivamente soberana”. (Fortes, 1976, p. 89).

Nos trabalhos de Jean-Jacques, avistamos dois exemplos de cidadãos extraídos da antiguidade, Sócrates e Catão, Rousseau atribui como ousadia contrapor duas importantes figuras históricas para encontrar, através de suas ações virtuosas, quem foi mais cidadão⁵⁰. No resultado da análise, Rousseau afirma que o ateniense foi mais filósofo e Catão mais cidadão. Sócrates era o mais sábio dos homens, como Atenas já estava corrompida, sua pátria era o mundo todo. Já Catão viveu apenas para a sua pátria. Rousseau compara a virtude desses dois homens, aponta que a virtude de Sócrates é a de um homem sábio, Catão, no entanto, parece “um deus entre os mortais”, sua virtude o fez ser um homem muito distinto entre os romanos. Rousseau elucida: “Um instrui alguns particulares, combate os sofistas e morre pela verdade; o outro defende o Estado, a liberdade, as leis contra os conquistadores do mundo, e deixa enfim a terra quando não vê aqui mais nenhuma pátria para servir” (Rousseau, 2015, p. 219). Enquanto um aluno de Sócrates seria o mais virtuoso, o de Catão seria o maior, pois a virtude do primeiro proporcionaria a sua felicidade individual, ao passo que o segundo encontraria sua felicidade no contexto da pátria. Catão seria mais cidadão, em suma, por sempre procurar o bem comum. Os ensinamentos do filósofo ateniense conduzem o povo a ser sábio, no entanto, não há como ter uma sociedade só de sábios. O romano, por sua vez, dirige o povo à felicidade e isto não é impossível de se obter. Sócrates seria, portanto, melhor para instruir e Catão para guiar.

Podemos afirmar que Catão passou pelo processo de desnaturação, ou seja, não se enxerga como um indivíduo absoluto, mas sim como parte integrante de uma unidade. Catão, por isso, abdica de suas vontades particulares em favor dos interesses comuns de sua pátria sendo, por essa razão, mais cidadão do que Sócrates. Não podemos negar que os dois homens

⁵⁰ “Ousemos opor Sócrates a Catão: um era mais f  l  sofo, o outro mais cidadão” (Rousseau, 2015, p. 119).

da antiguidade sejam virtuosos, no entanto, a virtude de Catão o direciona a se preocupar com o Estado, tornando-o um verdadeiro modelo de cidadão. A virtude está relacionada à participação a vida política, ela é desenvolvida por meio do envolvimento com a pátria e da busca do bem comum. O indivíduo virtuoso atua em benefício do bem coletivo. A virtude, para Jean-Jacques, está portanto intimamente ligada à vontade geral, pois um indivíduo virtuoso é aquele que possui a capacidade de colocar os interesses coletivos acima dos interesses individuais. Mas como ela é difundida? Rousseau responde:

Não basta dizer aos cidadãos: sejam bons; é preciso ensiná-los a sê-lo. E até o próprio exemplo, que, nesse caso, é a primeira lição, não é o único meio que se deve empregar: o amor pela pátria é o mais eficaz, pois, como eu já disse, todo homem é virtuoso quando sua vontade particular é conforme em tudo à vontade geral, e desejamos voluntariamente o que desejam aqueles que amamos [...] Queremos que os povos sejam virtuosos? Começemos, pois, fazendo-os amar a pátria (Rousseau, 2015, p. 118- 120).

Portanto, observamos que o amor à pátria é o fundamento para se educar cidadãos. O indivíduo deve ter o seu amor de si⁵¹ guiado para se transformar em amor à pátria através do processo de desnaturação, conforme o trecho acima, vemos que: “[...] todo homem é virtuoso quando sua vontade particular é conforme em tudo à vontade geral [...]” (Rousseau, 2015, p. 119). Observamos ser por meio da conversão do amor de si para o amor à pátria que temos o homem virtuoso, o cidadão. De acordo com as *Considerações*, é função da escola, entre outras instituições, realizar esse processo de desnaturação:

São as instituições nacionais que formam o gênio, o caráter, os gostos e os costumes de um povo, que fazem com que ele seja ele e não outro, que lhe inspiram esse ardente amor à pátria fundado em hábitos impossíveis de serem desenraizados, que lhe fazem morrer de tédio entre outros povos em meio aos deleites dos quais é privado em seu próprio país (Rousseau, 2022a, p. 170).

⁵¹ O amor de si se refere ao amor natural que os homens têm por si mesmos, este amor está relacionado à nossa conservação enquanto indivíduos.

2.2.3 Terceira Regra: “Proteger Os Cidadãos”

Nas seções anteriores, analisamos a formação do cidadão mediante ao amor pátrio, contudo, é necessário que a pátria ofereça meios para ser amada, que ela seja como uma mãe comum a todos: “Que a pátria se torne a mãe comum dos cidadãos; que os benefícios dos quais eles usufruem no país o tornem mais caro a eles; que o governo lhes deixe parte suficiente na administração pública para que sintam que estão em sua casa, e que as leis não sejam aos seus olhos senão as garantias da liberdade comum” (Rousseau, 2015, p. 122). Essa máxima está relacionada à terceira regra apresentada na *Economia*, não basta ter cidadãos, é necessário protegê-los. A terceira regra é conforme - a três princípios: ser contra a desigualdade, oferecer condições mínimas para se viver e leis adequadas à realidade do país.

Como vimos, o tema da desigualdade é tratado por Rousseau, sobretudo no *Discurso Sobre a Origem das Desigualdades Entre os Homens*, obra elaborada para o concurso da academia Dijon, em resposta à pergunta formulada pelos membros da academia: “Qual é a origem da desigualdade entre os homens e se ela é autorizada pela lei natural?”. Rousseau assinala que para saber a origem da desigualdade é preciso conhecer o homem e sua natureza. Para tal feito, é essencial separar o homem natural e o homem que vive em sociedade. Por conseguinte, Jean-Jacques elabora uma teoria que vai do homem primitivo que vive no estado de natureza até o homem social. Como resume Salinas Fortes:

Rousseau não procedeu a uma investigação abstrata sobre os atributos que constituem o homem. Ele interpretou a evolução desde os primórdios da humanidade até os dias de hoje. O que interessa desvendar é a lógica própria ao desenvolvimento dos homens através de sua história. Trata-se de uma investigação "arqueológica", que buscará reconstituir estágios perdidos na evolução do homem para definir como era ele em seus primórdios e como teriam ocorrido as alterações. Teremos a reconstituição dinâmica e dramática que oporá um "estado de natureza" a um "estado de sociedade" e recriará

imaginariamente os sucessivos cenários intermediários que conduziram de um termo a outro (Fortes, 1989, p. 22).

Para discernir o que há de originário natural no homem atual, Rousseau apresenta a sua descrição hipotética do estado de natureza. Esse estado, que o próprio Rousseau admite que talvez nunca tenha existido, é uma conjectural de como os homens viviam antes de ser instituída a sociedade, o homem neste estado tinha uma vida primitiva e era basicamente desprovido de sentimentos que não estivessem relacionados às suas necessidades físicas, sendo assim, as demandas apresentadas nesse estado eram fáceis de serem saciadas, pois eram elas: a fome, a sede, a reprodução sexual e a preservação, deste modo, os homens no estado de natureza eram todos iguais, o que os diferenciavam eram apenas desigualdades provenientes da natureza como, por exemplo, idade, sexo, força e não as que advêm pela convivência com outros homens. Vimos que no estado de natureza o homem vivia isoladamente e de acordo com o desenvolvimento da faculdade da perfectibilidade proporcionou com que os homens comessem a deixar de ser nômades, construindo para si cabanas, em seguida começaram a viver em grupos (famílias) e depois tiveram conjuntos de cabanas formando comunidades primitivas. Como nota Salinas Fortes, com a faculdade da perfectibilidade e o desenvolvimento da razão “o homem evoluirá para uma situação de independência da natureza e de dependência e relação a outro homem” (Fortes, 1989, p. 32). A perfectibilidade é a faculdade de se aperfeiçoar e através dela que o homem caminha para fora do estado de natureza:

Nesse novo estado, com uma vida simples e solitária, com poucas necessidades e com os instrumentos que haviam inventado para satisfazê-las, os homens, dispondo de um enorme tempo de lazer, empregaram-no a procurar vários tipos de comodidades desconhecidas de seus pais. Foi esse o primeiro jugo que involuntariamente se impuseram, e a primeira fonte de males que prepararam para seus descendentes, pois essas comodidades, além de continuarem a enfraquecer o corpo e o espírito, perdem, com o hábito,

quase todo seu encanto e degeneraram em verdadeiras necessidades, tornando a privação tanto mais cruel quanto mais doce era a posse. Infelizes por perdê-las, não tinham os homens a felicidade de possuí-las (Rousseau, 2020a, local 993-999).

Como já foi visto, o homem natural tem duas paixões e desde o momento em que se vive em comunidades o amor de si se degenera, se no estado de natureza os homens se olhavam como os animais se olham, sem moral nenhuma, nesse novo estado eles começam a comparar se entre si e da mesma forma a moralidade já se faz presente. O amor de si que o homem possui gradualmente vai se transformando em amor próprio, um tipo de paixão, predominante na sociedade, que visa sempre todas as vantagens apenas para si. O amor-próprio é então um sentimento apresentado em vida em sociedade. Essa paixão leva os indivíduos a pensar mais em si do que na espécie, gerando males que antes não existiam no homem natural. Desse processo civilizatório derivam paixões secundárias como o egoísmo, a vingança, a ganância e entre outros. Vale citar um longo trecho do *Segundo Discurso*:

À medida que as ideias e os sentimentos se sucedem, e o espírito e o coração se aperfeiçoam, o gênero humano vai sendo domesticado; as ligações estendem-se e os laços se estreitam. Habitaram-se a reunir-se em frente às cabanas ou sob uma grande árvore; o canto e a dança, verdadeiros filhos do amor e do lazer, tornaram-se o entretenimento ou, antes, a ocupação dos homens e das mulheres desocupados e reunidos. Cada qual começou a olhar os outros e também a querer ser olhado, e a estima pública teve um preço. Aquele que cantava ou dançava melhor, o mais belo, o mais forte, o mais hábil ou o mais eloquente, tornou-se o mais considerado; e assim foi dado, a um só tempo, o primeiro passo para a desigualdade e para o vício. Dessas primeiras preferências nasceram, de um lado, a vaidade e o desprezo, de outro, a vergonha e a inveja; e a fermentação provocada por esses novos germes produziu por fim resultados desastrosos à felicidade e à inocência... (...) a partir do momento em que um homem precisou do auxílio de outro, a partir do momento que se aperceberam ser útil a um só possuir provisões para dois, desapareceu a igualdade, introduziu-se a propriedade, o trabalho tornou-se necessário, e as vastas florestas transformaram-se em campos

vicejantes que precisaram ser regadas com o suor dos homens, e nos quais logo se viram a escravidão e a miséria germinar e crescer com as colheitas (Rousseau, 2020a, local 1013- 1021- 1058).

Neste contexto, a desigualdade foi instituída, ela sucedeu quando os homens começaram a delimitar as terras afirmando que aquele território pertencia a alguém, deram início assim à propriedade privada e com ela o nascimento da sociedade civil⁵². Notamos aqui a ideia fundamental na teoria de Rousseau: o homem nasce bom, mas o afloramento da razão e do amor próprio, juntamente com a sociedade, o corrompe, transformando-o assim no homem contemporâneo que conhecemos.

Concebo na espécie humana dois tipos de desigualdade: uma, a que chamo de natural ou física, por ser estabelecida pela natureza, consiste na diferença de idade, de saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito ou da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral, ou política, depende de uma espécie de convenção, é estabelecida, ou pelo menos autorizada, pelo consentimento dos homens, e consiste nos diferentes privilégios de que gozam alguns em detrimento de outros, como o de serem mais ricos, mais homenageados, mais poderosos ou mesmo o de se fazerem obedecer (Rousseau, 2020a, local 391- 396).

A desigualdade é o primeiro princípio que se deve evitar para se amar a pátria. Na *Economia* Rousseau afirma que um dos assuntos mais importantes de um governo é evitar a grande desigualdade de riquezas, e isso implica em não permitir o aumento das desigualdades existentes, impedir os meios de acumulação de patrimônio e preservar que os cidadãos não caiam na extrema pobreza. O filósofo genebrino é um forte crítico à opulência, assim como o tema política e educação, a crítica ao luxo perpassa por várias obras de Jean-Jacques. Há sempre o contraste entre o homem natural e o homem em sociedade, a frugalidade (simplicidade) defendida por Rousseau remete ao homem natural, enquanto a ociosidade e o luxo ao homem contemporâneo. Rousseau atribui valor às atividades laboriosas, não apenas

⁵² “O primeiro que, tendo cercado um terreno, arriscou-se a dizer: “Isto é meu” e encontrou pessoas bastante simples para acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil” (Rousseau, 2020a, local 919).

para o sustento, mas como forma de estabelecer os valores morais dos cidadãos⁵³. A opulência é um dos males contra os quais Rousseau nos alerta que devem ser evitados, o filósofo especifica na *Economia* quais são os principais motivos da opulência e da miséria, e os define sendo: “[...] do interesse público substituído pelo interesse particular, do ódio mútuo entre os cidadãos, de sua indiferença pela causa comum, da corrupção do povo e do enfraquecimento de todas as forças do governo” (Rousseau, 2015, p. 122-123), esses males devem ser prevenidos na administração do Estado, o autor adverte que “uma sábia administração deve prevenir para manter, com os bons costumes, o respeito pelas leis, o amor pela pátria e o vigor da vontade geral” (Rousseau, 2015, p. 123).

A escola será esse meio pelo qual se instruirão os cidadãos, conforme o modelo escolar elaborado por Rousseau a instituição possuiu as características⁵⁴ necessárias para formar uma sociedade justa e igualitária. A ideia de igualdade é um dos pontos fundamentais na filosofia rousseauiana, para Rousseau, todos são iguais perante a constituição do país, logo, não podem existir distinções entre os cidadãos: “Sendo todos iguais pela constituição do Estado, todos devem ser educados da mesma forma, e se não for possível estabelecer de imediato uma educação pública, é preciso ao menos que ela tenha um preço que os pobres possam pagar” (Rousseau, 2022a, p. 183). Como vimos, o ensino no século XVIII era pago, havendo distinção de formação nos colégios. Na França existia um sistema de bolsas para os menos favorecidos, mas na visão de Jean-Jacques, o número de bolsas não era suficiente, o que se necessitava era um ensino acessível a todos. Tendo como referência o sistema de bolsas, o filósofo genebrino elaborou uma solução do problema do ensino pago com o

⁵³ O luxo tudo corrompe, quer o rico que goza dele, quer o pobre que o cobiça. Não se pode dizer que constitua um mal em si mesmo usar punhos de renda, uma roupa bordada e estojo esmaltado. Mas grande mal é fazer caso dessas bagatelas, considerar feliz quem os possui e consagrar o tempo e o trabalho, que todo homem deve a objetivos mais nobres, para pôr-se em situação de adquirir outras semelhantes (Rousseau, 1999, p. 255).

⁵⁴ Até o momento, refletimos acerca do método de formar o cidadão através do amor pátrio. No terceiro capítulo, analisaremos sobre os meios ou características da formação da criança, presentes no modelo escolar, como, por exemplo, a educação negativa, fortalecimento do corpo, jogos públicos, o ensino pela experiência, entre outros.

incentivo de amor à Pátria, propõe um sistema que garantisse lugares gratuitos para filhos de fidalgo que merecessem o lugar de destaque, Rousseau os chama de filhos do Estado⁵⁵.

O segundo princípio das condições de se amar a pátria é oferecer condições mínimas para se viver, esse aspecto não consiste em fazer um estoque de produtos para os indivíduos particulares, mas que através do trabalho os homens atinjam a abundância. O trabalho tem um papel importante na formação do homem virtuoso, não se deve então proporcionar que ele seja dispensável, isto remete à questão do luxo tratado por Rousseau. “Não basta ter cidadãos e protegê-los; é preciso ainda pensar em sua subsistência; e prover as necessidades públicas é uma consequência evidente da vontade geral e o terceiro dever essencial do governo” (Rousseau, 2015, p. 126).

O terceiro princípio é o de leis adequadas à realidade do país; isto está associado ao segundo regimento, pelo fato de que o governo legisla através das leis, que por sua vez devem ter em consideração o povo a quem está sendo destinada e quais são as necessidades dessa sociedade. Anteriormente, neste capítulo, discutimos a importância das leis para se alcançar uma educação pública que forme homens virtuosos e consequentemente uma nação.

Na verdade, segundo Rousseau, apenas três povos praticaram a educação pública: os cretenses, os lacedemônios (Esparta) e os antigos persas (Roma), o filósofo não apresentou explicação sobre o primeiro povo, explanou apenas sobre os dois últimos. Examinaremos agora o que foi apresentado nas obras de Rousseau sobre esses dois povos. Rousseau usa Esparta como paradigma ao elaborar seu modelo de educação. Para o autor, a forma que Esparta foi governada gerou verdadeiros cidadãos, no sistema espartano as crianças eram entregues ao Estado para serem educadas e vivenciar o espírito pátrio desde a infância, assim os indivíduos entenderiam os seus deveres para com os seus concidadãos e protegeriam sua

⁵⁵ “Aqueles que preenchessem essa vagas seriam chamados de filhos do Estado, e distinguidos por alguma marca honrosa que daria precedência sobre as outras crianças de sua idade, sem exceptuar as dos grandes” (Rousseau, 2022, p. 183)

pátria por amor⁵⁶. Para Rousseau, o dever de formar cidadãos é inteiramente do Estado e, por tal motivo, propõe uma educação pública escolar.

Sempre marcada pelas guerras, Esparta ensinava os indivíduos desde o nascimento a viver sem luxos, fazendo com que o seu povo estivesse sempre preparado para batalha. A robustez e a rusticidade dos cidadãos são alguns dos fatores, segundo o autor, que fizeram a educação espartana obter sucesso. Temos neste ponto a confirmação da teoria rousseauiana sobre a problemática do luxo na sociedade, no modelo espartano o ócio e a opulência não tinham espaço, portanto, o povo era menos corruptível do que os outros. O que os cidadãos espartanos almejavam não era a estima pública pelo poder, mas pelos feitos realizados pelo bem da pátria. O homem espartano entendia, desde a infância, que o mais importante era o bem comum e não seu interesse particular. Esparta, através de seu legislador Licurgo, desnaturou os homens, que já não mais pensavam em suas inclinações (o individual), mas tinham como princípio da ação o bem da nação (o comum). Roma não tinha um sistema de educação parecido com Esparta. Pelo contrário, formar cidadãos não era obrigação do Estado. Apesar de não haver esforço por parte do Estado, cidadãos ainda assim eram forjados. Rousseau aponta Roma como sendo um milagre que não se repetirá mais, pois os cidadãos eram formados no seio de suas famílias, sendo assim, não era necessária a intervenção do Estado para se obter cidadãos virtuosos. Na *Economia*, Rousseau expõe:

A virtude dos romanos, engendrada pelo horror pela tirania e pelos crimes dos tiranos e pelo amor inato pela pátria, fez de cada casa uma escola de cidadãos; e o poder sem limites dos pais sobre seus filhos pôs tanta severidade na organização particular que o pai, mais temido do que os magistrados, era, em seu tribunal doméstico, o censor dos costumes e o vingador das leis (Rousseau, 2015, p. 125).

⁵⁶ “A educação dos espartanos se prolongava até a idade madura. Ninguém era livre para viver como quisesse. A cidade mais parecia um acampamento onde todos levavam uma existência a serviço do Estado, regulamentada por lei. Sua convicção era a de não pertencerem a si mesmos, mas à pátria” (Plutarco, 1991, p.170).

Recordemos, porém, que Roma foi virtuosa até o fim do período da República, durante o Império (27 a.c – 476 d.c), o sentimento de amor à pátria se dissipou, gerando turbulências e revoltas. Neste tempo, houve várias maneiras de se conter a população, uma delas foi a famosa política pão e circo, que tratava de distribuir alimentos e promover espetáculos para conter as revoltas das massas. A corrupção do povo neste período foi instaurada propositalmente; o seu interesse não era mais o comum e sim o poder e da propriedade.

Pelos textos que examinamos acima, podemos arriscar um delineamento geral da visão de escola de Jean-Jacques Rousseau. Antes de mais, como tentamos mostrar são evidentes suas críticas aos dois modelos educacionais vigentes: a educação doméstica e particular e a pública e comum. Observa-se, ainda, tanto através das máximas formuladas pelo filósofo quanto pelas críticas destinadas para esses sistemas, qual seja a diretriz geral do caminho de educação escolar que o autor propõe. Como crítico de seu tempo e tendo como referência os exemplos de virtude dos antigos, preconiza uma escola que forje cidadãos virtuosos que entendam o papel da pátria, apresenta a tese da importância de se educar crianças no coletivo desde a infância, pois só assim é possível obter o que se almeja e o que é necessário para se formar nações, o cidadão.

CAPÍTULO 3 - SEMELHANÇAS ENTRE OS MODELOS DE EDUCAÇÃO

Como visto no capítulo anterior, Rousseau elaborou dois modelos de educação, a da natureza e a pública, observamos também que mesmo na educação coletiva, que tem como instrumento desnaturar o homem, necessita seguir a natureza e, por isso, os dois tipos de educação aparentemente têm semelhanças e máximas comuns. Visando tornar isso mais claro, neste capítulo, analisaremos os elos da educação da natureza apresentada no *Emílio* e a educação pública teorizada na obra *Considerações*.

3.1 A Formação Do Cidadão Nos Dois Modelos De Educação

A diferença dos dois sistemas apresentados (educação privada e educação pública) está no processo de como esse cidadão será formado. O primeiro tipo de educação, a da natureza, forma o homem e depois o cidadão. O Emílio é educado por meio da educação individual / particular, através desse modelo ele será um homem sociável e bom tanto para si quanto para os seus concidadãos. A questão é se Emílio realmente se torna um cidadão, pois a educação da natureza não tende necessariamente a esse fim. Logo no início da obra Rousseau aborda a temática da educação do cidadão: “Forçado a combater a natureza ou as instituições sociais, é preciso optar entre fazer um homem ou um cidadão, pois não se pode fazer ambos ao mesmo tempo” (Rousseau, 2022b, p. 10). No mesmo livro Rousseau expõe que sua preocupação com o tipo de educação apresentada no *Emílio* é formar o homem: “Ao sair de minhas mãos,

concordo que não será nem magistrado, nem soldado, nem padre; será, em primeiro lugar, homem⁵⁷” (Rousseau, 2022b, p. 14). Compreende-se com o primeiro trecho que seja possível ser tornar um cidadão após se formar o homem e isto que é proposto na obra *Emílio*. Após finalizada a parte da educação do jovem pupilo, o seu preceptor viaja com ele para outras civilizações para conhecer outras sociedades e experimentar novas culturas, após isso o preceptor usa a ferramenta do discurso para fazer com que Emílio abrace a condição de cidadão. Vale ressaltar que o mestre aguardou que seu pupilo chegasse à idade adulta para introduzir o discurso, isto pelo motivo que ele não faria sentindo para Emílio se fosse apresentado em outro momento, igualmente como não foi ensinado assuntos destinados sobre as paixões antes da fase exigida pela natureza (o segundo nascimento), de tal forma também Emílio não entenderia a importância de se tornar cidadão. Assim, apenas no último livro do *Emílio é que temos* o diálogo do mestre com o educando a respeito da sociedade que ele habitará, vejamos a interlocução entre os personagens: O preceptor pergunta “[...] qual é, finalmente, o resultado de vossas observações? O que decidis?” (Rousseau, 2022b, p. 608).

Emílio que teve a educação da natureza, esta que forma o homem como indivíduo absoluto, responde como um verdadeiro cosmopolita⁵⁸:

O que decido? Permanecer tal como me fizestes ser, e não acrescentar voluntariamente nenhum outro grilhão aos que a natureza e as leis me impõem. Quanto mais examino a obra dos homens em suas instituições, mais vejo que, de tanto quererem ser independentes, eles se fazem escravos, e

⁵⁷ Essa dicotomia entre homem e cidadão arrasta o homem para a miséria: “O que faz a miséria humana é a contradição que se encontra entre nosso estado e nossos desejos, entre nossos deveres e nossas inclinações, entre a natureza e as instituições sociais, entre o homem e o cidadão; tornai o homem um e o fareis tão feliz quanto possa sê-lo. Entregai-lo todo inteiro ao estado ou o deixai todo inteiro a si mesmo, mas se dividirdes seu coração, vós o dilacerareis; e não vades imaginar que o estado possa ser feliz quando todos os seus membros padecem. Esse ser moral que chamais de felicidade pública é em si mesmo uma quimera: se o sentimento de bem-estar não se encontra em ninguém, ele não é nada e a família não floresce quando seus filhos não prosperam.” (E, III, Pl. 510 *apud* Maruyama, 2001, p. 30).

⁵⁸ Emílio expõe a visão de um verdadeiro cosmopolita, aquele que ama a humanidade como um todo, para o pupilo, nesse momento, onde quer que esteja estará em sua casa. Contudo, o objetivo de Rousseau é formar o cidadão, por esse motivo usa artifícios para chegar ao fim desejado, o amor que Rousseau tenta despertar em seu educando é mais forte que o amor à humanidade em geral.

empregam sua própria liberdade em vãos esforços para assegurá-la [...] Procurei encontrar em nossas viagens algum canto de terra onde eu pudesse ser totalmente meu. [...] Rico ou pobre, serei livre. Não o serei somente em certo país ou em certa região; sê-lo-ei Pela terra inteira [...] Que me importa minha condição na terra? Que me importa onde eu esteja? Onde quer que haja homens, estou com os meus irmãos; onde quer que não os haja, estou em casa (Rousseau, 2022bp. 608-609).

Ao receber essa resposta o preceptor é obrigado a usar de eloquência para convencer Emílio a se tornar cidadão:

Portanto, não digas: que me importa onde eu esteja? É importante estares onde podes cumprir teus deveres; e um desses deveres é o apego pelo lugar de nascimento. Sendo criança, teus compatriotas te protegem; deves amá-los em sendo adulto. Deves viver no meio deles, ou ao menos em um lugar onde possas ser-lhes útil tanto quanto possível, e onde saibam ir buscar-te se precisarem de ti. [...] vai viver no meio deles, cultiva sua amizade, sê seu benfeitor em um doce comércio, seu modelo. Teu exemplo lhes servirá mais do que todos os livros, e o bem que te verão fazer comovê-los-á mais do que todos os nossos vãos discursos (Rousseau, 2022b, p. 611).

Observamos que através do discurso acima o preceptor demonstra a seu pupilo as obrigações que ele tinha para com a pátria que o protegeu até o momento. Emílio só se torna cidadão após abraçar essa condição estabelecendo que a relação homem-cidadão é uma via dupla. Eis um aspecto significativo da diferença entre os modelos de educação que examinamos: na educação pública, tudo isso acontece ao mesmo tempo, em razão do fato de que se há um cidadão, há também um homem, uma vez que a criança está inserida na sociedade e se desenvolve no convívio com o outro. Na educação pública, para se formar um cidadão é necessário transformar o indivíduo desde a infância, o homem aprende com o convívio a sair do seu “eu individual” e passar para um “eu comum”, a criança, por meio do processo de desnaturação, substitui a natureza pela sociedade. Podemos afirmar que a

educação natureza tem como finalidade formar o homem sociável e não cidadão, pois esse se forma com o amor à pátria obtido através da educação pública.

No que se refere à educação do cidadão, ela transforma o indivíduo de unidade absoluta em uma parte fracionária dentro do todo. Isto posto, o processo de desnaturação é necessário, pois vemos que a natureza não inclina o homem à cidadania.⁵⁹ Nas *Considerações* constatamos que através da educação é possível formar a identidade e a força do país, para isso é necessário introduzir nos indivíduos o “espírito nacional”. Quando o indivíduo desenvolver o amor pátrio, o processo de desnaturação estará completo, pois ele não se enxergará mais como unidade absoluta, mas sim parte de um todo.⁶⁰ Com tal característica que a educação pública guiará as crianças para que se tornem cidadãos, sendo assim, o processo de desnaturação tem uma grande importância para obter a nação que se almeja. Sobre esse processo, Salinas Fortes afirma:

[...] a desnaturação, ao contrário, visa a constituição de um indivíduo que busque (acima de tudo) o interesse comum, transformando o indivíduo independente em mera parte de um todo mais perfeito. O paradoxo desta desnaturação é que, ao mesmo tempo que se faz contra a natureza- já que anula o indivíduo independente – ela se apoia na natureza, já que nada mais faz do que propiciar o desenvolvimento do amor de si, criando condições para que ele se converta no amor da ordem ou amor da pátria pelo bloqueio das manifestações do amor-próprio (Fortes, 1989, p.107).

Em contrate com essa educação que visa a construção de um cidadão, vê-se que Emílio só se torna cidadão após escolher essa condição. Já na educação pública as crianças aprendem desde o nascimento que seu valor se encontra em unidade com todos os cidadãos, ela enxerga apenas o todo e se interessa pelo que é importante para a pátria. Essa última, vale retomar, não pode basear-se apenas em palavras. Rousseau critica a educação que se baseia

⁵⁹ “Observai a natureza e segui a rota que ela vos traça” (Rousseau, 2022b, p. 22).

⁶⁰ “Um cidadão de Roma não era nem Caio, nem Lúcio: era um romano; inclusive, amava a pátria exclusivamente para si mesmo” (Rousseau, 2004a, p. 12).

em discursos, pois palavras tem significado fraco ao ser comparado com exemplos concretos e são a partir deles que se deve conduzir o amor pátrio. Observamos na obra *Economia* que:

Não basta dizer aos cidadãos: sejam bons; é preciso ensiná-los a sê-lo. E até o próprio exemplo, que, nesse caso, é a primeira lição, não é o único meio que se deve empregar: o amor pela pátria é o mais eficaz, pois, como eu já disse, todo homem é virtuoso quando sua vontade particular é conforme em tudo à vontade geral, e desejamos voluntariamente o que desejam aqueles que amamos (Rousseau, 2015, p. 118-119).

Diferentemente da conversão de Emílio em cidadão, persuadido pelo discurso do mestre, a escola pública deve formar o cidadão por via da opinião e essa necessita ser dirigida através de lições que acompanhem o desenvolvimento natural de seus alunos, de modo indivíduos sigam as leis porque as amam e não somente por obrigação. Burgelin aponta a educação do cidadão é uma necessidade política:

A política implica antes de tudo a educação do cidadão. Apenas homens esclarecidos não se deixarão enganar por insidiosas propagandas, terão como única paixão o amor pela pátria, só eles poderão estabelecer uma sociedade justa (Burgelin, 1996, p. 22).

O caminho para o estabelecimento dessa sociedade é através da educação pública, que deve educar por meio da opinião. Como vimos acima a parte de transformar Emílio em cidadão é o último livro da obra, se pensarmos apenas nela entenderemos que o Emílio pode ter se tornado um homem que ame sua pátria, pois seu mestre o convenceu através do discurso. No entanto, na obra *Emílio e Sofia, ou Os Solitários* que narra a vida de Emílio, após o seu casamento com Sofia, podemos observar que pela corrupção dos costumes da sociedade o casal não teve a vida que planejava. O casamento de Sofia e Emílio termina proporcionando que o jovem vá morar em outros países, dessa forma, se na proposta de Rousseau os poloneses são forjados pela educação pública e só encontram seu valor no convívio com os seus concidadãos, Emílio ainda é um ser absoluto que não tem o “espírito

nacional”. Se as lições do mestre referente à educação da natureza prevalecem (Emílio é um homem bom para si e para os outros), a lição através do discurso perde força com o tempo, fazendo com que Emílio não amasse a sua pátria. Esse amor pátrio é o que se espera dos poloneses:

Eis aqui um tópico ponto importante. É a educação que deve dar às almas a força nacional, bem como dirigir de tal modo suas **opiniões** e seus gostos que as façam ser patriotas por **inclinação**, por **paixão** e por **necessidade**. Uma criança, ao abrir os olhos, deve ver a pátria e até o dia de sua morte não deve ver mais nada além dela (Rousseau, 2022a, p. 181 – grifos nossos).

A educação só obtém sucesso quando os indivíduos são educados pela via da opinião. Tendo como paradigma a educação de Emílio, notemos que as outras lições que seguiram a educação da natureza permanecem nele, pois elas foram desenvolvidas através do exemplo. O mesmo deve ocorrer na educação escolar proposta para a Polônia: a vida dos seus cidadãos e os exemplos é que devem guiar os indivíduos ao amor pela pátria e não discursos que se dissipam com o tempo.

Note-se que a prática do ensino pelo exemplo é uma das formas que Rousseau propõe em quase todas as suas obras referentes à educação sem fazer discriminação entre a particular ou a coletiva. No *Emílio* observamos que toda a sua educação da natureza é pautada no exemplo e no aprendizado prático, na *Economia* também apresenta a necessidade do exemplo, vemos a importância do magistrado e cidadãos virtuosos. Portanto, o papel de quem propaga a educação é de extrema importância nos dois modelos elaborados pelo filósofo genebrino, e por tal motivo, abordaremos mais adiante a função do mestre na educação.

3.2 Fortalecimento Do Corpo E Os Jogos Públicos

A educação negativa está vinculada a dois pontos semelhantes nos modelos de educação, o primeiro ponto é uma máxima a ser seguida: o fortalecimento do corpo; e o segundo é uma crítica ao ensino livresco. Vejamos o primeiro ponto:

Para fortalecer o corpo e fazê-lo crescer, a natureza dispõe de meios que nunca devemos contrariar. Não devemos contrariar. Não devemos obrigar uma criança a ficar quando quer sair, ou a sair quando quer ficar. Quando a vontade das crianças não está mimada por nossa culpa, elas nada querem inutilmente. Elas devem pular, correr, gritar quando têm vontade” (Rousseau, 2022b, p. 76).

O filósofo genebrino aborda a necessidade de fortalecer o corpo⁶¹, pois o desenvolvimento corporal é anterior ao do raciocínio; como vimos, aliás, não se deve raciocinar com as crianças até elas estarem preparadas para tanto.⁶² Diante disso, Rousseau aponta que é preciso se ater à robustez do corpo antes de cuidar do espírito, destaca que o mais bem educado é aquele que consegue suportar as vicissitudes da vida:

Nosso verdadeiro estudo é o da condição humana. Aquele de nós que melhor souber suportar os bens e os males desta vida é, a meu ver, o mais bem educado; donde se segue que a verdadeira educação consiste menos em preceitos do que em exercícios. (Rousseau, 2022b, p. 14).

Neste aspecto de sua elaboração sobre a educação, Jean-Jacques usa novamente como referência o povo espartano. Em Esparta, devido as guerras constantes, as crianças eram educadas sem luxos e, desde a infância, aprendiam a fortalecer seus corpos. Nas *Considerações*, o genebrino reafirma ser de extrema importância o treinamento da criança através de exercícios que atendam sua necessidade natural de se mexer, e não por estudos que

⁶¹ “É um erro bem lamentável imaginar que o exercício do corpo prejudique as operações do espírito, como se essas duas ações não devessem andar em concerto, e com se uma não devesse sempre dirigir a outra” (Rousseau, 2022b, p. 122).

⁶² “Raciocinar com as crianças era a grande máxima de Locke. É a que está mais em voga hoje. Seu sucesso, todavia, não me parece explicar seu crédito. De minha parte, não vejo nada de mais tolo do que essas crianças com quem tanto raciocinou. De todas as faculdades do homem, a razão, que é apenas, por assim dizer, senão um composto de todas as outras, é a que se desenvolve com mais dificuldade e mais tardiamente [...]” (Rousseau, 2022b, p. 81).

ela ainda não compreenda ou que a façam ir contra sua natureza. É importante que a criança tenha contato com as coisas do mundo, ela deve ser livre para crescer feliz e saudável. Nunca é demais ressaltar que Rousseau é um dos pioneiros na compreensão de que a educação não deve ir contra ou tentar inibir a natureza, mas direcioná-la para os objetivos visados: o desenvolvimento motor, moral e intelectual das crianças. Por cada um desses objetivos é que se pode demarcar cada uma das fases pelas quais o educando deve passar. Esse olhar cuidadoso é imprescindível, pois para a educação ser bem-sucedida é necessário que os métodos e conteúdos estejam adequados uns aos outros.

Por esta concepção do desenvolvimento do corpo, Rousseau é taxativo na importância da disciplina de educação física. As obras do filósofo genebrino sempre retomam a relevância de deixar o corpo da criança se desenvolver saudável e de acordo com suas vontades naturais. Rousseau argumenta que é crucial que nas escolas existam ginásios ou espaços abertos para as crianças se desenvolverem livremente, pois é através do desenvolvimento natural que a criança estará pronta para fase subsequente e para aprender as lições a serem ensinadas. No que se refere ao desenvolvimento psicológico, uma vez que a natureza continuará suas demandas, a educação deverá levá-la em conta para podermos educar uma pessoa para vida em sociedade.

Em todos os colégios é preciso estabelecer, para as crianças, um ginásio ou um lugar para os exercícios corporais. Esse ponto tão negligenciado é, assim o creio, a parte mais importante da educação, não somente por formar temperamentos robustos e sadios, mas especialmente por causa do objetivo moral, que é negligenciado ou preenchido somente por uma porção de preceitos pedantes e fúteis que são outro tanto de palavras vazias. Nunca direi suficientemente que a boa educação deve ser negativa. Se impedirdes os vícios de nascer, tereis feito o bastante pela virtude. O meio para fazê-lo é extremamente facilitado pela boa educação pública. Trata-se sempre de manter as crianças em alerta, não por estudos tediosos do quais nada entendem e pelos quais tomam ódio unicamente pelo fato de serem forçadas

a permanecer paradas, mas através de exercícios que lhes comprazam, satisfazendo a necessidade de se movimentarem que seu corpo possui à medida que crescem, e cuja satisfação não se limitará, para elas, a isso (Rousseau, 2022a, p. 184).

Os homens no estado de natureza eram robustos e amorais, no entanto, os que vivem em sociedade perderam essas características originárias, com a formação da sociedade civil os homens se degeneraram. Ao se aperfeiçoar, o indivíduo construiu meios de tornar o trabalho menos penoso ao corpo, tornando-o frágil. Rousseau preocupa-se em restaurar a robustez do corpo, pois o mais bem-educado é aquele que suporta os males da vida. Quando o homem tem necessidades acima de sua força ele se torna fraco, quando o inverso acontece ele é forte. No *Segundo Discurso* vemos a passagem do estado de natureza para o estado civil como um movimento leva a degeneração tanto do corpo quanto do espírito do homem.

Costumes da época de Rousseau prejudicavam o desenvolvimento físico da criança, elas sofriam constrangimento desde o nascimento. No livro II do *Emílio*, é visível como esses costumes punham obstáculos aos movimentos da naturais. Na França, por exemplo, era comum as crianças sofrerem o enfaixamento, além das faixas, eram utilizados cueiros, mantas, touca, uma infinidade de utensílios que tinham como objetivo imobilizar a criança. Tudo isso indica que, na sociedade civil, o homem encontra, desde que nasce, todo tipo de empecilhos à sua liberdade natural:

Toda a nossa sabedoria consiste em preconceitos servis, todos os nossos usos não passam de sujeição, embraço e constrangimento. O homem civil nasce, vive e morre na escravidão: ao nascer, ele é enrolado em um cueiro; ao morrer, encerram-no em um caixão. Enquanto conservar a figura humana, está acorrentado por nossas instituições (Rousseau, 2022b, p. 15).

O desenvolvimento do corpo faz com que a criança sadia conheça as coisas pelas experiências, o aprendizado vem do julgamento que é feito do que a criança experimenta

pelos sentidos.⁶³ Por isso, é importante que ela não encontre amarras que as limitem desde o nascimento: “É apenas pelo movimento que aprendemos que existem coisas que não são nós, e é apenas por nosso próprio movimento que adquirimos a ideia de extensão” (Rousseau, 2022b, p. 47). Mais ainda, segundo Rousseau, a superproteção na infância desencadeia doenças derivadas do não desenvolvimento do corpo, a fraqueza natural era, na verdade o resultado dos hábitos que se tinham na sociedade civil do século XVIII.

Notamos que a natureza do homem não tende à fragilidade, mas sim a robustez. A natureza proporciona o que os indivíduos precisam, quando essa relação é interrompida, como, por exemplo, no ato de enfaixar as crianças, elas viram dependentes da sociedade, pois o seu movimento natural foi constrangido, resultando problemas de saúde⁶⁴. O filósofo genebrino aponta que as doenças naturais, aquelas que não são resultados da falta de desenvolvimento do corpo, são, na verdade, formas de fortalecê-lo; segue o princípio popular de deixar a criança ter contado com as coisas para ganhar anticorpos. Dessa forma, a criança não deve ser protegida de tudo e ter sua liberdade de movimento restringida, pois é pelo fortalecimento do corpo que estará pronta para aprender através das experiências. As crianças, tendo a sua natureza mais a florada, pois ainda não sofreram mudanças pela educação e por seu corpo estar em desenvolvimento, são mais propensas a suportar melhor as mudanças, Rousseau afirma:

Uma criança suportará mudanças que um homem não suportaria; as fibras da primeira, moles e flexíveis, recebem facilmente o feitio que lhes damos. As dos homens, mais duras, só com violência mudam o feitio que receberam.

⁶³ “Exercitar os sentidos não é somente fazer uso deles: é aprender a bem julgar por meio deles, é aprender, por assim dizer, a sentir, pois não sabemos nem tocar, nem ver, nem ouvir a não ser da maneira como aprendemos” (Rousseau, 2022b, p. 143).

⁶⁴ “A inação e o constrangimento em que mantêm os membros de uma criança só podem atrapalhar a circulação do sangue, dos humores, impedindo a criança se fortificar, de crescer, e alterar sua constituição. Nos lugares em que não se têm precauções extravagantes, os homens são grandes, fortes, bem-proporcionados [...] Por medo de que os corpos se deformem por movimentos livres, apressam-se em pensa-los, deformando-os. Para impedi-los de se estropiarem, de bom grado os tornariam paralíticos” (Rousseau, 2022b, p. 16-17).

Podemos, portanto, tornar robusta uma criança sem expor sua vida e sua saúde [...] (Rousseau, 2022b, p.22).

Essa passagem reafirma a falta de necessidade em proteger a criança de tudo, até do clima, se tal mudança está dentro de suas forças não há motivo de protegê-la. Em outra passagem Rousseau declara:

Em vez de deixá-lo estragar-se no ar viciado de um quarto, que seja levado diariamente até um prado. Que ali ele corra e brinque, que caia cem vezes por dia: melhor assim, pois aprenderá mais cedo a se levantar. O bem-estar da liberdade compensa muitos machucados (Rousseau, 2022b, p. 65).

Concluimos que o desenvolvimento do corpo é imprescindível para a educação ocorrer, este desenvolvimento será premissa para o desenvolvimento cognitivo e moral; ao ser educada livremente, a criança passará da razão pueril para a razão intelectual. Observemos o caminho da natureza:

Exercitai seu corpo, seus órgãos, seus sentidos, suas forças, mas conservai sua alma ociosa por tanto tempo quanto for possível. Recai de todos os sentimentos anteriores ao julgamento que os aprecia. Retende, para as impressões estranhas e, para impedirdes que nasça o mal, não vos apressei em fazer o bem, porquanto este só é tal quando a razão o esclarece (Rousseau, 2022b, p. 88).

A máxima do desenvolvimento físico tem relação com a orientação de nas cidades ocorrerem os jogos públicos. O projeto dos jogos também foi inspirado na educação espartana, sua finalidade é fazer com que as crianças amem a pátria desde pequenas e desejem a vida em comunidade, Rousseau acredita que os jogos são a parte mais importante da educação⁶⁵, pois eles proporcionarão que a criança aprenda princípios fundamentais da vida em comum. Os jogos têm como objetivo acostumar os indivíduos a estarem em campo público, sendo avaliados por seus méritos. Isso faz com que os jovens queiram o

⁶⁵ “Esse ponto tão negligenciado (os exercícios físicos) é, assim o creio, a parte mais importante da educação [...]” (Rousseau, 2022a, p. 184).

reconhecimento de quem está assistindo, isto é, a sociedade, pois é ela quem avalia o desempenho nos jogos. Para que a premiação não seja arbitrária são os cidadãos que nomeiam os vencedores. Os mestres nesse momento não têm a função deliberativa, mas preparam os indivíduos para participação; a sociedade, por sua vez, comparece aos jogos por saber o seu dever para com a formação cidadã dos jovens e das crianças. O intuito não é apenas que as crianças se tornem fortes e robustas, “[...] mas de acostumá-los desde cedo para a regra, para a igualdade, para a fraternidade, para as competições, para viver sob os olhares de seus concidadãos e para desejar a aprovação pública” (Rousseau, 2022a, p. 185). Nessa medida, os jogos ajudam a configurar o caráter dos jovens, uma vez que a exposição deles ao público e o desejo de agradar à sociedade faz com eles sejam menos propensos a corrupção.

Os jogos são importantes também porque favorecem o amor às leis da nação. No verbete *Economia* Jean-Jacques afirma: “que ensinem a obedecer aos outros; e como não se deixa a razão de cada homem ser o único árbitro de seus deveres, muito menos se deve abandonar às luzes e aos preconceitos dos pais a educação de suas crianças, já que ela importa ainda mais ao Estado do que aos pais” (Rousseau, 2015, p. 124), pois a família se desmancha e o Estado permanece, o viver em sociedade implica em leis e assim como há para os adultos também há as leis próprias para a infância. Os jogos públicos ensinam os educandos a respeitarem as leis e agir de acordo com elas. Desde cedo é preciso saber merecer a pátria. Desde o nascimento, deve-se começar os exercícios para transformar a criança cidadão, e os jogos são os mais importante deles, pois eles se dão na coletividade.

Consoante a isso, Rousseau adverte que não se deve permitir que as crianças brinquem separadamente e conforme a sua fantasia, mas que devem participar de jogos que sejam públicos, atividade que tem que ter sempre um objetivo comum “a qual todos aspiram, e que estimule a concorrência e a emulação” (Rousseau, 2022a, p. 184). Os jogos nesse formato instilarão virtudes cívicas e os jovens aprenderão, através da brincadeira, a ser bons.

Novamente Rousseau busca na história exemplos que obtiveram sucesso através dos jogos. Em Berna houve um exercício singular para a formação do cidadão, reproduziram a composição do governo da República contendo todos os cargos e também todas as celebrações como julgamentos e solenidades. Dirigiram os negócios públicos de forma prática e, quando cresceram, esses jovens desempenharam os mesmos papéis com o entendimento de qual era a incumbência de seus cargos, pois brincando adquiriram esse conhecimento.

Esse exemplo é ilustrativo de diversos aspectos da teoria rousseauiana. O primeiro deles, a simulação do governo, foi algo público, onde os integrantes do colégio ficaram à vista da sociedade. A exposição dos integrantes do colégio os fazem serem menos propensos a corrupção por desejarem a aprovação da sociedade. O segundo ponto é o aprender pela brincadeira; a educação negativa indicou que se deve deixar o educando suspenso, não ensinar a ele verdades ou conhecimentos morais. É preciso deixar a natureza seguir seu curso através das necessidades naturais da criança, a brincadeira (o se mexer) é uma necessidade natural. O aspecto de ter contato com as coisas também se encontra na teoria de formação do homem elaborada por Rousseau, neste exemplo de Berna, os jovens têm contato com os assuntos públicos da nação e pela ação desenvolvem o conhecimento sobre o governo. E por fim, a coletividade está presente, o filósofo genebrino mostra que não se educa o cidadão no particular, mas no espaço comum, para ele, a instrução pode ocorrer de forma individual, contudo a educação acontece no âmbito público.

No capítulo deste trabalho, intitulado Análise sobre a Educação Pública, foram apresentadas as orientações do filósofo genebrino para que a educação pública funcione. A primeira orientação é que todos os jovens devem ser tratados de forma igualitária, não devendo haver distinções devido a sua origem familiar. No *Emílio* a formação do cidadão se dá pelo homem, aquele que é educado de acordo com a natureza evitando que fatores externos, como a riqueza, o corrompam. Nas *Considerações*, por sua vez, Rousseau aponta

que todos são iguais perante a constituição. O segundo ponto diz respeito aos conteúdos ensinados. Eles devem respeitar as particularidades do país e, principalmente, a fase em que o indivíduo se encontra. Para tanto é necessário respeitar a natureza e deixar que o corpo se desenvolva, fazendo com que a criança esteja pronta para os conteúdos a serem ensinados. Assim, Emílio aprenderá de acordo com as cenas pedagógicas, através do contato com as coisas e pelo princípio de utilidade conhecerá o mundo. Nas *Considerações*, ao abordar o conteúdo Jean-Jacques assinala que antes de tudo o indivíduo tem que ser cidadão e, por isso, deve aprender tudo sobre o seu país. No que se refere ao desenvolvimento, nas duas obras analisadas, vimos que é imprescindível que os colégios possuam ginásios ou um espaço físico para que as crianças façam exercícios, no qual aprenderão, através deles, lições de acordo com seu desenvolvimento físico e psicológico. O terceiro ponto aparece com mais evidência nas *Considerações*, embora compareça na obra anterior. Trata-se de instilar nos jovens tenham o amor à pátria. Isso, em verdade, já está presente no *Emílio*. Nessa obra, a personagem-título é, como se viu, levado a amar seu país pelo artifício do discurso. Nas *Considerações*, Rousseau retoma a questão e aponta outro método para dar aos indivíduos um “espírito nacional”⁶⁶. Trata-se, como vimos, dos jogos públicos por meio dos quais os educandos recebem a verdadeira formação de cidadãos.

3.3 A Educação Pela Experiência E O Ensino Da Moral

A metodologia de ensino apresentada na educação particular (a educação do Emílio) e na pública (a dos jovens poloneses) é o aprendizado na liberdade. Mas a dois caminhos pelos

⁶⁶ O “espírito nacional” forjado nos poloneses não é destinado apenas para resistir às ameaças que o país sofria de nações vizinhas, mas também às ameaças internas advindas da corrupção do povo.

quais ambas devem se realizar: o da utilidade e o da experiência.⁶⁷ A experiência proporciona aos educandos o contato, por assim dizer, direto com as coisas (o segundo mestre da educação) Por meio dos sentidos, eles aprendem a efetuar juízos acerca dos objetos que conhecem. Essas experiências são pautadas no princípio da utilidade; é apenas por meio desse recurso que a criança aprende a finalidade do que está sendo ensinado. Rousseau, como fizemos notar, é fortemente contra o ensino livresco,⁶⁸ para o filósofo os fatos por si sós devem educar a criança, não precisando de representação deles. Além disso, livros contêm interpretações de fatos que a criança pode confundir com os seus próprios juízos. Razão pela qual, uma das incumbências do mestre é ajudar o educando a não se enganar e incentivar a criança aplicar sua análise sobre as experiências. Esse tipo de educação se relaciona com a educação negativa, pois nela o educador deve tentar proteger seu educando dos juízos e da influência de terceiros, proporcionando à criança a possibilidade de pensar os fatos por si mesmo⁶⁹.

Aos 12 anos, Emílio chega à idade da razão, só então ele é introduzido à leitura. Nessa idade o pupilo de Rousseau desenvolve a razão intelectual e seu aprendizado acompanha essa mudança, passando da razão sensível para ideias mais complexas. Esse tempo será caracterizado pelo ensinamento dos conhecimentos morais e das regras de convivência. O processo de aprendizado do indivíduo na infância vem de dentro para fora, “No caso da criança, Rousseau entende que a natureza lhe dá o princípio ativo, responsável pela sua capacidade de fazer perguntas e aprender” (Soëtard, 2010, p. 80), esse desenvolvimento é natural, o indivíduo aprende a pensar mediante contato com as coisas concretas de sua

⁶⁷ “Desse modo, valoriza a experiência, a educação ativa voltada para a vida, para a ação cujo principal motor é a curiosidade” (Soëtard, 2010, p. 63).

⁶⁸ “Odeio livros; eles só ensinam a falar do que não se sabe” (Rousseau, 2022b, p. 215).

⁶⁹ “É, então, que o educador recupera um papel decisivo, favorecendo a experiência formadora, acompanhando a criança ao longo de todo o seu itinerário, pleno de provas e de emboscadas, enfim e, sobretudo, estimulando o no momento em que se deve esforçar-se por reconstituir-se, por meio da ruptura de seu desejo. A arte do pedagogo consiste em atuar de maneira tal que sua vontade não substitua jamais a vontade da criança” (Soëtard, 2010, p. 17).

realidade, desse modo o conhecimento transmitido não tem valor na teoria rousсенiana⁷⁰. Na concepção do filósofo, a educação não deve ser uma atividade de transmitir conteúdos prontos ao educando⁷¹. Dent (1996) afirma que a educação proposta por Rousseau visa não apenas o ensino de matérias, mas o desenvolvimento da criança por inteiro, e, no *Dicionário Rousseau*, aponta que a educação “deve aspirar não só a instilar o saber, mas a formar o coração, o espírito e a capacidade de julgamento. A aquisição de bons hábitos e disposições deve ter prioridade sobre o conhecimento abstrato” (Dent, 1996, p. 116).

Esse tipo de competência não resulta do ensino pelos livros. Segundo o filósofo genebrino educar é “formar o coração, o juízo e o espírito” (Rousseau, 1994, p.45), Rousseau ainda alerta que a formação deve acontecer nessa ordem. Por isso, como estudamos, a educação deve dar-se no tempo da natureza e sem a interferência externa, pois ela mesma prepara a criança. À vista disso, a razão se desenvolverá da mesma forma, ela aparece em um movimento natural e espontâneo. O que o educador necessita fazer é não apressar o processo natural de aprendizado.

Suprimindo assim todos os deveres das crianças, suprimo os instrumentos de sua maior miséria, a saber, os livros. A leitura é o flagelo da infância e é quase a única ocupação que sabem dar-lhe. Aos 12 anos, Emílio mal saberá o que é um livro. Mas, é preciso, dirão que ele ao menos saiba ler. Concorro: é preciso que ele saiba ler quando a leitura lhe for útil; até então, ela só servirá para aborrecê-lo (Rousseau, 2022b, p. 120).

Em suma, o método de ensino por meio dos livros não instiga na criança a vontade de saber, a leitura sai do campo do prazer e se torna uma atividade cheia de tormento pelo fato de

⁷⁰ “Para Rousseau, como veremos a seguir, não interessava qualquer educação. Criar escolas, colocar numa sala um professor e um punhado de crianças, ensinar a ler, escrever e fazer contas não é suficiente para que possa chamar algo de educação” (Streck, 2008, p. 20). A autora brasileira Cerizara confirma a oposição de Rousseau ao sistema vigente da época: “Os educadores do tempo de Rousseau praticavam um ensino livresco e formal, preocupados com a disciplina a memorização de conteúdos, sem levar em consideração as especificidades da infância” (Cerizara, 1910, p. 42).

⁷¹ “As lições que os estudantes dão uns aos outros no pátio do colégio são-lhes cem vezes mais úteis do que tudo o que jamais lhe será dito em sala de aula” (Rousseau, 2022b, p. 132).

ser aplicada à força, inutilizando a ação da leitura, pois, sem saber para que isso serve na sua vida a criança julga que não serve para nada.⁷²

Outro problema apresentado por Rousseau é que a leitura estimula a fantasia e a imaginação, nas *Considerações* o autor adverte: “Não se deve absolutamente permitir que elas brinquem separadamente de acordo com sua fantasia, mas que brinquem todas juntas e em público [...]” (Rousseau, 2022a, p. 184). De acordo com essa ideia, no *Emílio* é esclarecido “Vossos filhos leem; tiram de suas leituras conhecimentos que não teriam se não houvessem lido. Se estudam, a imaginação acende e se aguça no silêncio do gabinete [...]” (Rousseau, 2022b, p. 261). A ideia apresentada é de que os indivíduos ficam mais fracos por serem mais dependentes da sociedade, pois o desenvolvimento precoce da imaginação amplia o domínio dos desejos. O progresso da imaginação deve ocorrer nos mesmos moldes que o da razão, de forma segura e natural.⁷³

Os sentidos devem ser os guias das crianças e não as representações dos livros. A criança que lê bastante vive no mundo da fantasia, isso desperta a ela desejos muito além do que possíveis. No *Emílio* vemos que: “É a imaginação que amplia para nós a medida dos possíveis, tanto para o bem quanto para o mal, e que, por conseguinte, estimula e alimenta os desejos pela esperança de satisfazê-los” (Rousseau, 2022b, p. 68). Ou seja, a imaginação atua diretamente sobre as nossas paixões. Primeiramente a criança é afetada pelos sentidos, a imaginação é uma faculdade que se desenvolverá depois:

No início da vida, quando a memória e a imaginação ainda estão inativas, a criança só atenção é atenta ao que afeta seus sentidos. Sendo as suas

⁷² “Faz-se um grande negócio da busca por melhores métodos para ensinar a ler; inventam-se escrivatinhas e mapas; faz-se do quarto da criança um ateliê de impressão. Locke quer que ela aprenda a ler com dados. Não está aí uma invenção bem pensada? Que pena! Um meio mais seguro do que tudo isso e que sempre se esquece é o desejo de aprender. Dai à criança esse desejo e, depois deixai de lado vossas escrivatinhas e vossos dados, pois qualquer método lhe será bom” (Rousseau, 2022b, p. 120-121).

⁷³ Assim como os ensinamentos devem ocorrer no seu tempo, o desenvolvimento da imaginação também, pois “A cada instrução precoce que se quer enfiar na cabeça delas [das crianças], planta-se um vício no fundo de seu coração” (Rousseau, 2022b, p. 85).

sensações os primeiros materiais de seus conhecimentos, oferecê-las em uma ordem conveniente é preparar sua memória para um dia apresentá-las na mesma ordem ao entendimento. Mas como a criança só é atenta às suas sensações, basta inicialmente mostrar-lhe de maneira bem distinta a ligação dessas mesmas sensações com os objetos que as causam (Rousseau, 2022b, p. 47).

A crítica à imaginação, Jean-Jacques se refere ao desenvolvimento desregulado e precoce nas crianças. O filósofo não critica a imaginação em si, que tem sua importância e produz efeitos positivos. O que o aflige é que “o mundo real tem seus limites, o mundo imaginário é infinito. Não podendo alargar um, restringamos o outro, pois é unicamente da diferença entre eles que nascem todos os sofrimentos que nos tornam verdadeiramente infelizes.” (Rousseau, 2022b, p.69). A criança por meio da imaginação pode desejar muito mais do que pode ter; essa faculdade alarga o campo de suas necessidades ampliando-as em uma escala impossível de satisfazer. Se o homem no estado de natureza é forte porque tem poucas necessidades e elas são realizadas pela natureza, este indivíduo do cenário civil é fraco por não ser possível satisfazer todos os seus desejos expandidos pela imaginação. Rousseau (2022b) já alertava que quanto menos se vê mais se imagina, a imaginação atua sobre as sensações ampliando ou moderando as paixões. Quando ocorre seu desenvolvimento fora do tempo propício ela tende ao lado negativo, pois o lado positivo dela, além de fazer o homem ser capaz de produzir belas obras, também ajuda no processo de sociabilidade, Eigeldinger em *Jean-Jacques Rousseau et la réalité de l'imaginaire* mostra como essa faculdade faz o homem sair do seu estado de isolamento e afirma os aspectos positivos da imaginação:

A faculdade que permite aproximar os seres, estabelecer com eles uma relação sincera é precisamente a imaginação por vezes capaz de convidar à solidão e remediá-la. Quando se desenvolve com a organização social, ela leva o homem a sair de si mesmo, a considerar a existência do outro (...) (Eigeldinger, 1962, p. 26).

Através das representações contidas nos livros, a criança aprende muitas palavras⁷⁴ que não compreende, fazendo com que haja divergência entre o que o indivíduo fala e o que ela pensa. As crianças repetem o que encontram sem entender o significado do que estão expressando. O mesmo acontece com as fábulas às crianças, essas histórias, além de transportá-las para o mundo da fantasia, empregam uma gama de conhecimentos que a criança ainda não entende. O ensino da moral, por exemplo, não atinge seu objetivo pelo fato de as crianças ainda não estarem prontas para esse tipo de conhecimento. No livro II do *Emílio* Rousseau apresenta a fórmula das lições morais para as crianças:

O MESTRE: Não se deve fazer isto.

A CRIANÇA: E por que não se deve fazer isso?

O MESTRE: Porque é errado.

A CRIANÇA: Errado? Que é que é ruim?

O MESTRE: O que te proíbem.

A CRIANÇA: Que mal há em fazer o que me proíbem?

O MESTRE: Punem-te por ter desobedecido.

A CRIANÇA: Farei da maneira que ninguém saiba nada.

O MESTRE: Te espiarão.

A CRIANÇA: Eu me esconderei.

O MESTRE: Te questionarão.

A CRIANÇA: Eu mentirei.

O MESTRE: Não se deve mentir.

A CRIANÇA: Por que não se deve mentir?

O MESTRE: Por que é errado etc (Rousseau, 2022b, p. 81-82).

Esse diálogo apresentado por Rousseau mostra o círculo vicioso contido no raciocinar sobre lições morais na primeira infância. Segundo o filósofo genebrino, “conhecer o bem e o

⁷⁴ “[...] as crianças possuem, por assim dizer, uma gramática para sua idade, cuja sintaxe tem regras mais gerais do que a nossa” (Rousseau, 2022b, p. 57).

mal, sentir a razão dos deveres do homem, nada disso convém a uma criança” (Rousseau, 2022b, p. 82). As lições verbais mais confundem e devem ser evitadas. As únicas lições que a criança deve receber nessa fase são as da experiência. O ensino de fábulas acarreta problemas em razão de ser necessário dizer a verdade “nua” para as crianças, porém, as fábulas contêm lições morais desproporcionais a idade de quem elas são destinadas. Vejamos a segunda fábula da coletânea de La Fontaine:

Mestre corvo, sobre uma árvore empoleirado,
 Tinha no bico um queijo.
 Mestre raposo, pelo odor incitado,
 Empregou mais ou menos essa linguagem
 Ei, Bom dia, senhor corvo!
 Como sois bonito! Como me pareceis belo!
 Sem mentir, se vosso canto
 Correspondesse à vossa plumagem,
 Seríeis a fênix dos hóspedes deste bosque.
 Com essas palavras, o corvo fica tomado de alegria.
 E para mostrar a sua bela voz,
 Abre um largo bico e deixa cair sua presa.
 Pega-o raposo e diz: Meu bom senhor,
 Aprendei que todo adulator
 Vive a expensas de quem o escuta.
 Esta lição vale bem um queijo, sem dúvida.
 O corvo, envergonhado e confuso,
 Jurou, um pouco tarde, que noutra não cairia (Rousseau, 2022b, p. 117-118).

Rousseau, no segundo livro do *Emílio*, analisa linha por linha desta fábula e conclui que não há necessidade de ensinar as crianças o que se pretende com ela. Outro ponto levantado é o fato de que quando diante de uma situação parecida com a do conto, as crianças quase sempre fazem ao contrário que o autor da fábula deseja; elas se inclinam para o vício e

se valem do proveito dos outros.⁷⁵ Dessa forma, “suprindo assim todos deveres das crianças, suprimo os instrumentos de sua maior miséria, a saber, os livros” (Rousseau, 2022b, p. 120).

Contudo, existe um livro que contém o tratado da educação natural, e este é o primeiro livro que Emílio pode ler. Poderíamos pensar que esta obra seria de algum filósofo antigo, estes pelos quais Rousseau tem tanto apreço, mas trata-se de *Robinson Crusoé*. Neste livro, Robinson Crusoé se encontra sozinho na ilha e, mesmo sem seus semelhantes e sem instrumentos, promove a sua subsistência e seu bem-estar. O personagem principal da obra de Daniel Defoe é um jovem inglês que sofreu um naufrágio e viveu por 28 anos em uma ilha deserta, a situação o forçou a desenvolver habilidades individuais, que desconhecia absolutamente antes do naufrágio, mas no momento em que se vê preso na ilha as aprende. Robinson se tornou carpinteiro, arquiteto, agricultor, alfaiate, entre outros.

Rousseau faz uma analogia entre a vida Robinson e a educação de Emílio. Ele espera que seu pupilo aprenda tudo que é importante para a sua vida mediante a experiência. Emílio ao ler o livro relembra todas as conversas que tivera com o seu mestre “[...] sobre as ciências naturais servirão apenas de comentário” (Rousseau, 2022b, p. 215-216). Daí a importância que Rousseau atribui à obra de Defoe. Ademais, outro aspecto positivo, é a atribuição de valor ao trabalho: Robinson sobreviveu na ilha pelo que realizava não apenas com a sua mente, mas principalmente com as mãos, neste ponto o filósofo genebrino põe em análise as formas de trabalho e evidencia a importância daqueles que são oriundos da necessidade:

Que se tornarão vossos alunos se os deixardes adotar que adotem esse tolo preconceito, se vós próprios os favorecerdes, se vos virem, por exemplo, entrar com mais consideração na loja de um ourives do que na de um serralheiro? Que juízo farão do verdadeiro mérito das artes e do verdadeiro valor das coisas quando virem por toda parte o preço da extravagância em contradição com o preço tirado da utilidade real, ou que quanto mais a coisa custa, menos ela vale? (Rousseau, 2022ba, p. 218).

⁷⁵ “Para parecer que lhes pregamos a virtude, fazemos que amem todos os vícios [...]” (Rousseau, 2022b, p. 101).

Observamos que a filosofia natural tem sua raiz na necessidade e os educandos devem ser ensinados a distinguir os desejos de carência, por isso a imaginação deve ser desenvolvida no tempo certo para não perverter o indivíduo. No que se refere ao ensino da moral, como apresentado ela não pode ocorrer na forma de fábulas, pois além de conter conteúdos que as crianças não compreendem, as crianças acabam desempenhando o papel que deveriam evitar, outro ponto é a própria utilização da imaginação, ela desenvolvida precocemente faz com que o indivíduo seja dependente da sociedade, pois precisa dela para tentar saciar os seus desejos. Nas *Considerações*, Jean-Jacques relata sobre o ensino da moral:

Esse ponto tão negligenciado é, assim o creio, a parte mais importante da educação, não somente por formar temperamentos robustos e sadios, mas especialmente por causa do objetivo moral, que é negligenciado ou **preenchido somente por uma porção de preceitos pedantes e fúteis que são outro tanto de palavras vazias.** (Rousseau, 2022a, p. 184 - grifos nossos).

Portanto, a moralidade necessita ser ensinada no exercício, ao invés de, por intermédio de preceitos pedantes. No *Emílio*, Rousseau afirma que, antes de se chegar à idade da razão, a virtude não passa de macaqueação.⁷⁶ Ela consiste na imitação das atitudes morais que, sem compreender o verdadeiro significado, a criança realiza a ação por hábito. Encontramos um exemplo desse tipo de virtude no livro II, do *Emílio*. Compreendemos por meio do exemplo da caridade que não deve impor à criança dar esmola, pelo fato dela não compreender o bem que faz e muitas vezes se envergonha ao praticar. O dinheiro não tem valor para a criança, sendo muito mais fácil ela entregar uma fortuna do que um doce, a generosidade dela se apresenta em dois pontos: distribui o que não serve para ela ou dá com a certeza de que vão te devolver. Neste ponto, Jean-Jacques faz outra crítica a Locke:

⁷⁶ “Sei que todas essas virtudes por imitação são virtudes de macaco, e que nenhuma boa ação é moralmente boa a não ser quando feita enquanto tal, e não porque outros a fazem” (Rousseau, 2022b, p. 103).

Fazei, diz Locke, que elas sejam [as crianças] convencidas pela experiência de que o liberal é sempre quem fica com a melhor parte. Isso torna uma criança liberal na aparência e avarenta de fato. Ele acrescenta que as crianças contrairão assim o hábito da liberalidade. Sim, de uma liberalidade usuária, que um ovo para ter o boi (Rousseau, 2022b, p.102).

Esse hábito irá embora ao momento em que o indivíduo tiver que doar de verdade ou quando não receber nada em troca. Segundo o filósofo “é preciso considerar o hábito da alma mais do que o das mãos” (Rousseau, 2022b, p.102).

O que é mais efetivo na educação como um todo, assim também na educação moral, é o exemplo. Os mestres devem ser virtuosos e praticar a bondade, dessa forma a ação ficará gravada na memória e no coração do educando. Assim, ao invés de obrigar a criança a dar esmola, o preceptor/mestre deve realizar a ação na frente de seu pupilo para que, com o exemplo, ele crie o hábito. Rousseau entende que a virtude por imitação, por não ter a intenção de fazer o bem, não é moralmente boa. No entanto, como ainda a criança não tem capacidade de discernir, cabe ao mestre habituá-la até que possa fazê-lo por si mesma.

Nas cenas pedagógicas analisadas no capítulo I deste trabalho, observamos que a educação se efetua pela experiência. Tanto no episódio do jardineiro Robert quanto no do prestidigitador, Emílio aprende conteúdos que em outras formas de educação são penosos e sem finalidade, pois o educando não os compreende. Seguindo o mesmo princípio, encontramos nas *Considerações* que é somente por meio dos exercícios que as crianças aprenderão o que se deseja ensinar. Em relação à moralidade, acontece de maneira equivalente, os indivíduos conhecerão os princípios morais por meio da prática ao invés de por discursos vazios, à vista disso, deve-se deixar a criança sem fôlego pelos exercícios que fazem na coletividade.

Ao ter o segundo nascimento⁷⁷, Emílio estará pronto para o aprendizado da moral. O livro IV do *Emílio* é destinado justamente a instituir máximas para essa nova etapa do educando, Rousseau a denomina como um período de crise que não é longo, mas tem influências duradouras para a vida⁷⁸. As paixões nessa fase são como uma tempestade, o jovem tem modificações de humor e uma grande agitação do espírito. É comum em pensar que, neste período de efervescência, é preciso refrear ou até mesmo aniquilar as paixões. No entanto, querer fazer isso é desejar controlar a natureza e se esquecer do papel das paixões na vida humana: elas são “os principais instrumentos de nossa conservação” (Rousseau, 2022b, p. 252), e da liberdade. Por conseguinte, as paixões não podem ser suprimidas pela educação, é necessário deixar que a natureza cumpra seu papel de ordená-las⁷⁹. Ao abordar a moralidade, tanto o *Segundo Discurso* quanto o *Emílio* recorrem a uma mesma fonte: a natureza. No capítulo anterior abordamos as paixões naturais, mostramos que, conforme o *Segundo Discurso*, existem apenas duas paixões originárias: a piedade e o amor de si. Essas são as matrizes de todas as restantes. Jean-Jacques reflete sobre a origem delas:

Mas raciocinaríamos bem se, por estar a natureza do homem ter paixões, concluíssemos que todas as paixões que sentimos em nós e vemos nos outros são naturais? É verdade que a fonte delas é natural, mas mil riachos estranhos ampliaram-na. É um grande rio que cresce sem cessar e no qual dificilmente encontraríamos algumas gotas de suas primeiras águas. Nossas paixões naturais são muito limitadas; são os instrumentos de nossa liberdade, tendem a conservar-nos. Todas as que nos subjagam e nos destroem vêm de

⁷⁷ “Eis o segundo nascimento de que falei. Eis quando o homem nasce verdadeiramente para a vida, e que nada de humano lhe é estranho. Até aqui nossos cuidados não passaram de jogos de criança; só agora adquirem uma verdadeira importância. Essa época em que terminam as educações comuns é propriamente aquela em que a nossa deve começar” (Rousseau, 2022b, p. 252).

O ensinamento da moral só deve acontecer nessa etapa, pois “O estudo conveniente ao homem é o de suas relações. Enquanto ele só se conhece pelo seu ser físico, deve estudar-se em relação com as coisas: emprega-se para isso sua infância. Quando começa a sentir seu ser moral, deve estudar-se em suas relações com os homens: para isso se emprega sua vida inteira, a começar pelo ponto a que chegamos” (Rousseau, 2022b, p. 255).

⁷⁸ “Nascemos, por assim dizer, duas vezes; uma para existir e outra para viver; uma para a espécie e outra para o sexo [...] o homem, em geral, não é feito para permanecer sempre na infância. Dela sai no tempo prescrito pela natureza; e esse momento de crise, embora bastante curto, tem longas influências” (Rousseau, 2022b, p. 251).

⁷⁹ “Se quiserdes pôr ordem e regra nas paixões nascentes, ampliai o espaço durante o qual elas se desenvolvem, a fim de que tenham tempo de se arranjar à medida que nascem. Então, não é mais, o homem que as ordena, é a própria natureza; vosso zelo consiste apenas em deixá-la ajeitar seu trabalho” (Rousseau, 2022b, p. 262).

alhures. Elas não são dadas pela natureza: nós nos apropriamos das paixões em detrimento da natureza (Rousseau, 2022b, p. 253).

No *Emílio*, Rousseau apresenta como fonte das paixões o amor de si, ela é a paixão originária, inata e primitiva. Primeiramente a criança ama a si mesma, depois esse amor se estende e ela passa a amar aqueles que cuidam dela. Esses pequenos indivíduos são fracos e dependem de cuidados. Por tal motivo, a criança tem amor por sua ama, pois ela a protege e lhe proporciona o que é necessário para viver. Este tipo de relação leva a criança a tender à benevolência pelo fato de que todos ao seu redor estão dispostos a assisti-la, mas conforme as suas relações se ampliam também se estende seu campo de necessidades e sua dependência para com os outros (não apenas em relação ao cuidado físico, mas emocional). Neste cenário, o indivíduo pode se tornar vingativo, ciumento ou imperioso. O que caracteriza o homem como bom ou mau é a quantidade de necessidades que possui. Se ele tiver muitas dificilmente as satisfará e ficará refém da sociedade. Como observado anteriormente, ele desenvolverá paixões como a vingança e a vaidade, porém se houver poucas ele se conservará.

Vale aqui fazer uma ponte com o que foi apresentado no *Segundo Discurso*. O homem no estado de natureza apresentava poucas necessidades e elas eram fáceis de serem satisfeitas, o homem em seu estado originário era bom, mas a vida em sociedade e a quantidade de relações que os indivíduos têm dificultam a bondade no homem⁸⁰. À vista disso: “É preciso, então, distinguir com cuidado a verdadeira necessidade, a necessidade natural, da necessidade de fantasia [...]” (Rousseau, 2022b, p. 76). Na *Economia*, Rousseau reitera que se deve buscar no indivíduo o que há em sua natureza, as paixões fazem parte da humanidade e, em certo sentido, é por elas que se deve ser educado, isto tanto para a formação do homem quanto na formação do cidadão:

⁸⁰ “Quem quer deseje pouca coisa, prende-se a poucas pessoas; mas, confundindo sempre nossos vãos desejos com nossas necessidades físicas, os que fizeram destas os fundamentos da sociedade humana sempre tomaram os efeitos pelas causas e apenas se perderam em seus raciocínios” (Rousseau, 2022b, p. 285).

Que me digam que qualquer um que tem homens para governar não deve procurar fora de sua natureza uma perfeição da qual eles não são suscetíveis; que não se deve querer destruir neles as paixões e que a execução de um tal projeto não seria igualmente desejável nem possível. Concordarei com tudo isso, mesmo porque um homem que não tem paixões certamente seria um mau cidadão [...] (Rousseau, 2015, p. 123).

Rousseau define o amor de si como a paixão da conservação de nossa espécie e a piedade sendo um limite do amor de si,⁸¹ pois ela previne que o homem passe dos limites postos pela natureza. Essas duas paixões não são contrárias, mas complementares. Para o desenvolvimento das paixões a faculdade de imaginação exerce uma importante função, pois ela transporta o indivíduo para fora de si. Vejamos o exemplo da piedade: para que a criança se torne sensível e piedosa é necessário que entenda que há seres que sofrem o que ela já sofreu e que ela pode sofrer o que o outro sofre. É a imaginação que faz esse transporte e permite aos homens sentirem os males dos outros. Esse exercício de se colocar fora de si⁸² (estender a sensibilidade) é uma atividade necessária para engendrar as boas paixões como a benevolência, a comiseração, generosidade, entre outras, também esta prática deve ser feita com cuidado para impedir que nasçam as paixões negativas como a vingança, a inveja e a cobiça. Daí que o desenvolvimento da imaginação, desde que no momento correto, seja imprescindível para a construção da sociabilidade.

Referente à piedade, o filósofo genebrino expõe três máximas que guiam a reflexão dessa paixão: 1) “Não pertence ao coração humano pôr-se no lugar de pessoas mais felizes do que nós, mas somente no daquelas que têm mais lamentos” (Rousseau, 2022b, 268); 2) “Só

⁸¹ Vale notar aqui uma diferença entre o *Emílio* e o *Segundo discurso*. No *Emílio*, a piedade é uma derivação do amor de si, assim como as outras paixões. Robert Derathé aponta uma divergência interna entre o *Emílio* e o *Discurso Sobre a Origem da Desigualdade Entre os Homens* “[...] no *Emílio*, a piedade se torna um sentimento derivado do amor de si, enquanto no segundo discurso opõe estes dois princípios um ao outro” (Derathé, 1948, p. 100).

⁸² É necessário ressaltar que o estímulo dos sentidos pela experiência com as misérias deve ser selecionado e não constante, pois o intuito de deixar as crianças sensíveis aos fatos tem o efeito contrário e as tornará menos sensíveis. No livro IV do *Emílio* Rousseau, expõe que “o hábito acostuma a tudo; o que se vê demais não mais se imagina, e é somente a imaginação que nos faz sentir os males dos outros. É assim que, de tanto verem morrer e sofrer, os padres e os médicos se tornam impiedosos”. (Rousseau, 2022b, p. 279).

lamentamos nos outros os males dos quais não acreditamos estar nós mesmos isentos” (Rousseau, 2022b, 268); 3) “A piedade que se tem pelo mal de outrem não se mede pela quantidade desse mal, mas pelo sentimento que se atribui a quem o sofre” (Rousseau, 2022b, p. 270).

No *Emílio*, podemos observar que cada etapa do desenvolvimento do educando é marcada pela prática. As noções morais também são aprendidas pelo exercício, e o mestre tem uma responsabilidade única de propor atividades eficazes. Seu papel é, acima de tudo, preservar o curso natural do desenvolvimento da criança e estimular os sentimentos necessários para esse processo. Daí as orientações, especificamente voltadas ao ensino moral, que Rousseau apresenta aos educadores: “Para torná-lo dócil, deixa-lhe toda a liberdade; esquivai-vos para que ele vos procure; elevai sua alma até o nobre sentimento do reconhecimento, não lhe falando nunca senão do seu interesse” (Rousseau, 2022b, p. 284). A importância do amor/ sentimento de gratidão ao mestre advém pelo fato que dos sentimentos de amor e ódio originam-se as primeiras noções de bem e mal. Aqui se iniciam os primeiros movimentos da consciência⁸³.

Na *Profissão de fé do vigário saboiano*, Rousseau empreende uma explanação sobre o mal no mundo e atribui aos homens a culpa de instituí-lo. A natureza é boa em si, portanto, as coisas injustas advêm da convivência dos indivíduos. Ao abordar a questão da moralidade, observamos que há uma moral inata nas pessoas e ela se encontra na consciência: “Existe, pois, no fundo das almas um princípio inato de justiça e de virtude com base no qual, apesar de nossas próprias máximas, julgamos nossas ações e as de outrem como boas ou más, e é a esse princípio que dou o nome de consciência” (Rousseau, 2022b, p. 358). Esta faculdade desperta na relação com outros indivíduos. Na *Carta a Christophe de Beaumont* vemos que “a

⁸³ “Se fosse esse o lugar, tentaria mostrar como dos primeiros movimentos do coração se erguem as primeiras vozes da consciência, e como dos sentimentos de amor e de ódio nascem as primeiras noções do bem e do mal” (Rousseau, 2022b, 284).

consciência não existe no homem que nada comparou” (Rousseau, 2004b, p. 21); a consciência se desenvolve no processo de sociabilidade sendo ela a faculdade de julgar moralmente as atitudes de todos os indivíduos (de quem julga e de quem é julgado).

Contrariando filósofos de seu tempo, Jean-Jacques designa consciência como a faculdade que distingue os homens dos animais, e não a razão, como muitos acreditavam. Como fizemos notar, a razão pode se enganar, mas o instinto inato perceptível pela sensação das coisas não se engana.⁸⁴ Neste viés, Rousseau chega a declarar que a consciência é instinto divino e, por tal motivo, deve ser o guia dos homens. O filósofo genebrino polemiza ao afirmar que os “os atos da consciência não são juízos, mas sentimentos” (Rousseau, 2022b, p. 359), pois apesar de todas as ideias vierem de fora, o que pondera está dentro do indivíduo e é por eles que se julga o que deve respeitar ou evitar. O filósofo alega que a sensibilidade é anterior à inteligência, nós temos sentimentos antes de concebermos ideias, para ser mais claro, ele elabora uma nota de rodapé explicando como funciona o esquema da sensibilidade e das ideias, vejamos:

Sob certos aspectos, as ideias são sentimentos e os sentimentos são ideias. Os dois nomes convêm a qualquer percepção que nos ocupe tanto com relação a seu objeto quanto com relação a nós mesmos por ele afetados; só a ordem dessa afecção determina o nome que lhe convém. Quando ocupados de início com o objeto, só pensamos em nós por reflexão, trata-se de uma ideia; ao contrário, quando a impressão recebida excita nossa primeira atenção e só pensamos por reflexão no objeto que a causa, trata-se de um sentimento (Rousseau, 2022b, p. 359).

Maruyama apresenta que a consciência não tem apenas o aspecto normativo, este que entendemos como sendo o lugar onde se guardam as verdades morais. Em sua obra *A*

⁸⁴ “Vezeis demais a razão nos engana, conquistamos até demais o direito de recusá-la; mas a consciência nunca engana. Ela é o verdadeiro guia do homem: ela é para a alma o que o instinto é para o corpo; quem a segue obedece à natureza e não tem medo de se perder” (Rousseau, 2022b, p. 354-355).

Contradição Entre o Homem e Cidadão, define o que seria a consciência na filosofia de Rousseau:

A consciência é, do ponto de vista do indivíduo, o consentimento necessário para a aprovação de valores e normas de conduta enaltecidos em sua vida social, ou seja, aquilo que faz com que as regras e as obrigações sociais, morais ou políticas não lhe sejam estranhas. Ela é, nesse sentido, uma espécie de faculdade de interiorização de normas e convenções. Não somente aquelas normas e convenções explicitadas nas leis escritas, mas também as que se manifestam nos hábitos e costumes e, nestes, não apenas os mais visíveis, mas também os mais imperceptíveis. A consciência é marcada, não somente pelos acontecimentos grandiosos, mas por aquela camada mais tênue e invisível da ação humana (Maruyama, 2011, p. 18).

O que podemos observar é que a consciência na teoria rousseauiana tem três significados: o primeiro é ser o guia do homem, em razão dela ser a responsável de proporcionar ao homem seguir as leis da natureza, este instinto inato entende o que é o certo e o bom, contrariando a ideia dos contemporâneos de Rousseau, que acreditam que a consciência é produto da cultura e da sociedade. O segundo significado é que a consciência é a faculdade que julga, o julgamento ocorre pela comparação de sentimentos. O terceiro significado é o sentimento, pelo fato de “perceber é sentir, comparar é julgar; julgar e sentir não são as mesmas coisas” (Rousseau, 2022b, p. 332). O sentimento é a forma de apreender os sentidos, a consciência se torna um juiz infalível em razão de recepcionar os sentidos e tomar o papel de sentimento:

Consciência, Consciência! Instinto divino, imortal e celeste voz; guia seguro de um ser ignorante e limitado, mas inteligente e livre, juiz infalível do bem e do mal, que tornas o homem semelhante a Deus, és tu que fazes excelência de sua natureza e a moralidade das ações; sem ti, nada sinto em mim que me eleve acima dos animais, a não ser o triste privilégio de extraviar-me de erros em erros com a ajuda de um entendimento sem regra e de uma razão sem princípio (Rousseau, 2022b, p. 360).

Ao declarar que a consciência é inata e que, portanto, advém da natureza, Rousseau atribui a ela um valor universal. Vale notar que no que diz respeito à universalização da consciência, Rousseau trava um debate com Montaigne⁸⁵. Enquanto o genebrino acredita que as práticas não virtuosas impedem a consciência de se manifestar, Montaigne declara que, diante dos exemplos dos povos primitivos não virtuosos, não há como a consciência ser um instinto universal e inato. Ela deve ser, isto sim, forjada pelos costumes. Por fim, Rousseau mostra a forma como se deve raciocinar com os educandos para que não nos afastemos do método da educação da natureza: “dizei o que é verdade, fazei o que é bom; o que importa ao homem é cumprir seus deveres na terra; e é esquecendo-se de ti mesmo que se trabalhas para si. Meu filho, o interesse particular nos engana; só a esperança do justo não engana” (Rousseau, 2022b, p. 393).

Observamos que enquanto se segue a natureza e desenvolve o homem, ele além de ser formando no aspecto físico também é instruído no campo moral, porém, esse desenvolvimento não é igualitário, o corpo neste período do segundo nascimento já está forte e robusto enquanto a alma ainda se encontra fraca. Jean-Jacques assevera ser necessário deixar que o homem permaneça quanto possível sem essa dualidade de corpo e alma, dessa forma é preciso reter o físico e exercitar o moral para que o homem seja uno. “Desenvolvendo a índole, despistamos a sensibilidade nascente; cultivando a razão, demos regras a ela. Os

⁸⁵ “Mas de que servem ao céptico Montaigne os tormentos que proporciona a si mesmos para desenterrar em um canto de mundo costumes oposto às noções de justiça? De que lhe serve dar aos mais suspeitos viajantes a autoridade que recusa aos mais célebres escritores? Alguns usos incertos e bizarros fundamentos em causas locais que nos são desconhecidas destruirão a indução geral extraída do concurso de todos os povos, opostos em todo o resto, mas de acordo sobre esse único ponto? Ó Montaigne! Tu que te vanglorias de franqueza e de verdade, sê sincero e verdadeiro, se é que um filósofo o pode sê-lo, e dize-me se existe alguma região da terra em que seja crime conservar sua fé, ser clemente, benfazejo e generoso, em que o homem de bem seja desprezível e o pérfido, honrado. [...] Portanto, não acredito, meu amigo, que seja impossível explicar por consequências de nossa natureza o princípio imediato da consciência, independente da própria razão. E, mesmo que isso fosse impossível, não seria necessário; pois, uma vez que aqueles que negam esse princípio admitido e reconhecido por todo o gênero humano não provam que ele não existe, mas contentam-se com afirmá-lo, quando afirmamos que ele existe, estamos tão bem fundo quanto eles, e temos a mais o testemunho interior, além da voz da consciência que depõe a favor de si mesma” (Rousseau, 2022b, p. 358-360). Em *Ensaio*, Montaigne apresenta vários exemplos de hábitos avessos aos virtuosos, mostrando que a consciência é formada pelo hábito não havendo uma lei universal para a consciência: “Em suma, a meu ver, não há o que o costume não faça ou não possa fazer” (Montaigne, 1984, p. 60).

objetos intelectuais moderavam a impressão dos objetos sensíveis” (Rousseau, 2022b, p. 395). Isto posto, este é o momento em que o preceptor tem os meios para falar com o coração do educando, mesmo Rousseau sendo contra o ensino de religião para as crianças, isto não significa que a religião não tenha lugar em sua filosofia. Na teoria da moralidade e como ela acontece, o filósofo recorre à religião natural, visto que o educando desejará ser bom longe dos olhares dos homens, mas desejará ser justo perante a figura de Deus.

3.4 A Função Do Educador

Uma das coisas que podemos constatar não apenas no ensino da moral, mas também na educação em si, é que ela necessita de educadores que entendam o processo natural do homem. Tanto nas *Considerações* quanto no *Emílio*, a figura do educador está no centro da educação, pois, para que a educação doméstica e a educação pública ocorram, necessitam do mestre para proteger ou expor a criança aos obstáculos corretos para que a educação seja duradora.

A educação proporciona tudo que o homem precisa em seu desenvolvimento: “Nascemos fracos, precisamos de força; nascemos desprovidos de tudo, precisamos de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos em nosso nascimento e de que precisamos quando grandes nos é dado pela educação” (Rousseau, 2022b, p. 08). A educação é constituída por uma tríplice: da natureza, das coisas e dos homens, em outras palavras, podemos declarar que a noção de educação tem três mestres: o primeiro é a natureza, aquela que é percebida pelos sentidos e órgãos, ela desenvolve as faculdades mentais. O segundo mestre são as coisas, se refere ao nosso aprendizado em contato com os objetos. O terceiro são os homens, o ensinamento que temos através da instrução. Nesse sentido, Rousseau define:

O desenvolvimento interno de nossas faculdades e de nossos órgãos é a educação da natureza; o uso que nos ensinam a fazer desse desenvolvimento é a educação dos homens; e a aquisição de nossa própria experiência sobre os objetos que nos afetam é a educação das coisas (Rousseau, 2022b, p. 09).

A educação natureza é muito importante nesse processo, pois sem ela nenhuma das outras duas partes da tríplice seria possível. É necessário ensinar para a criança lições para quais o mestre natureza já as preparou, senão, as instruções não serão apreendidas. No processo de ensinamento, o educador (preceptor ou mestre) deve conhecer a natureza e a fase em que seu educando está para que os obstáculos criados por ele concordem com a sua natureza, pois, caso contrário será inútil esse obstáculo, uma vez que uma educação só será duradoura se o aluno criar hábitos conforme a natureza.

A educação das coisas é aquela que advém pelo contato com o próprio objeto, o aprendizado de Emílio pelas coisas e dos jovens poloneses que aprendem com o exercício estão pautadas neste tipo de educação. Esta educação não depende do homem, pelo menos não por inteiro, portanto, podemos declarar que a natureza não depende do homem em nada, a das coisas em certos pontos e a dos homens é a única em que o indivíduo é realmente senhor.

Ora, dessas três educações diferentes, a da natureza não depende de nós; a das coisas, só depende em alguns aspectos. A única de que somos realmente senhores é a dos homens, e, ainda assim, apenas por suposição. Afinal quem pode esperar dirigir inteiramente os discursos e as ações de todos os que rodeiam uma criança? (Rousseau, 2022b, p. 09).

A cada etapa da educação vemos o educador ocupando um lugar importante para alcançar a meta: atingir a formação do homem em sociedade e, por consequência, a formação do cidadão. No primeiro tipo de educação que a criança deve dispor, a negativa, observamos que a função do mestre é proteger seu educando dos vícios e preconceitos presentes na sociedade, Soëtard expõe que nesse período o educador deverá “pois, cuidar do desejo da criança, deixando-a livre e até obrigando-a a sê-lo” (Soëtard, 2010, p. 203). À medida que a

protege das influências exteriores, proporciona que ela se desenvolva seguindo a marcha da natureza.

Conforme a criança avança das primeiras infâncias para a juventude, o mestre também aplica mudanças na educação como, por exemplo, as lições morais que são evitadas antes da juventude, no segundo nascimento elas têm lugar, neste momento o educador de acordo com a natureza do educando apresenta situações que faz o jovem aprender o que está sendo proposto. Tanto no *Emílio* quanto nas *Considerações* é abordado que a autoridade do mestre sob o aluno não deve ocorrer como era comum no modelo de escolas jesuítas, a criança deve ser educada na liberdade, onde aprenderá a ser um indivíduo autônomo.

Tratai o vosso aluno de acordo com a idade. Situai-o de início em seu lugar e conservai-o que dali ele não tente mais sair. Então, antes de saber o que é sabedoria, ele praticará a mais importante lição dela. Nunca o mande fazer algo, seja o que no mundo, absolutamente nada. Não lhe deixeis sequer imaginar que pretendeis ter alguma autoridade sobre ele. (Rousseau, 2022b, p. 84).

O educador assume o papel de mediador entre a criança e a natureza, a função do mestre de acordo com Dalbosco (2007) é de não atrapalhar o desenvolvimento natural do educando, ele através da liberdade bem regrada⁸⁶ conduz o indivíduo em sua formação. A criança, por sua vez, pela condução do mestre, deve entender que há limites para o que se faz e para o que se deseja, assim ela não se torna um pequeno tirano e nem fica refém da sociedade devido aos seus desejos irreais. A imagem do preceptor ou mestre para o educando vai se formando de acordo de como ele se apresenta e a guia, no *Emílio* Rousseau argumenta: “se ela não acreditar que sois bom, logo se tornará má; se acreditar que sois fraco, logo se tornará teimosa.” (Rousseau, 2022b, p. 76). Portanto, percebemos que a relação de autoridade

⁸⁶ A liberdade não significa a ausência total de restrições ou leis, mas sim a capacidade de viver consoantes as leis estabelecidas pelo conjunto da comunidade que são formuladas através de um contrato social legítimo, *Emílio* é livre, no entanto está sempre amparado por seu preceptor.

e como a criança se portará na presença de seu mestre deve ocorrer de forma natural, e está ligada à maneira que o mestre a governa⁸⁷. Streck em sua obra “*Rousseau e Educação*” identifica que a formação e as competências do mestre em relação ao aluno estão relacionadas às questões da conjuntura em que vive:

O educador, segundo Rousseau, não é um técnico ou um gerente de competências. As antenas estão ligadas para perceber as grandes questões de seu tempo: o papel das artes e das ciências, a origem das desigualdades, a origem das línguas, as formas de governo e a organização da sociedade que emerge (Streck, 2008, p. 71).

As orientações do filósofo genebrino não se limitam a conduta do mestre, Rousseau apresenta as características que o preceptor e mestre devem conter. No *Emílio* o agente de instrução da educação dos homens se realiza na figura do preceptor, neste modo de educação (doméstica) o educador deve ser jovem para poder acompanhar o seu pupilo, o fato da pouca idade se dá em razão do desenvolvimento da relação de confiança e amizade que se deve desenvolver com o seu pupilo, a jovialidade contribui para a criança se aproximar de seu educador, outro motivo é o fôlego que preceptor precisa possuir para acompanhar o seu educando nas experiências com as coisas em si. Outro aspecto é o fato de realizar a atividade de preceptor uma única vez. Rousseau acompanhou Emílio do nascimento até a idade de 24 anos.

Nas *Considerações*, Rousseau apresenta diferenças para a atividade de mestre, nesta obra é proposto que o educador seja mais velho, pois é formada uma correlação de idade com sabedoria. Respeitando as características do povo que está se educando, no caso da Polônia, é sugerido que os mestres sejam poloneses, não podem ser padres porque é preciso que a educação seja laica, sejam casados, sábios, sejam companheiros de seu aluno e ensine

⁸⁷ “Distinguis o preceptor do governante: outra loucura! Distinguis o discípulo do aluno? Só há uma ciência a ensinar às crianças: é a dos deveres do homem. [...] De resto, chamo preferencialmente de governante, e não de preceptor, o mestre dessa ciência, pois trata-se menos, para ele, de instruir do que conduzir. Não se deve dar preceitos, mas fazê-los encontráveis” (Rousseau, 2022b, p. 29).

conforme a natureza do jovem, para isso, os professores devem criar situações didáticas que abranja os alunos.

Devem ter apenas poloneses como professores, todos casados, se possível, todos diferenciados por seus costumes, por sua probidade, por seu bom senso, por seu esclarecimento, e todos destinados, quando no final de um certo número de anos tiverem bem realizado seu trabalho, não para cargos mais importantes e honrosos, pois isso é impossível, mas para aqueles menos árduos e mais fulgantes. Evitai sobretudo fazer da condição de pedagogo um ofício (Rousseau, 2022a, p. 182).

Há dois motivos para não se fazer do ensino profissão, o primeiro é que o indivíduo deve almejar antes de tudo ser cidadão, então a atividade mais honrosa que uma pessoa polonesa deve ter é ser um cidadão polonês. Outra razão é a descrença que Rousseau tem ao analisar os modelos educacionais vigentes, por exemplo, Jean-Jacques afirmava que na profissão de preceptor havia muitos mercenários, à vista disso, ele estende à educação pública sua preocupação. Neste cenário, muitos preceptores e “pedagogos” não se preocupavam com o ensino das crianças, apenas tinham interesse na renda que adquiriam com a profissão.

3.5 Conteúdos Escolares

As orientações do filósofo genebrino também se aplicam aos conteúdos ensinados, à vista disso, busquemos analisar os conteúdos escolares apresentados por Rousseau no *Emílio* e nas *Considerações*. Observamos que embora as obras tratem de modelos de educação diferentes, os conteúdos não são paradoxais, os princípios estão demarcados, no entanto devem ser alterados em função dos costumes de cada povo. Logo no prefácio da obra *Emílio*, vemos que Jean-Jacques não trata de um modelo universal de educação, como já mencionado

a educação deve ser adequada a cada povo, devem-se levar em consideração os costumes, história, economia, geografia, tempo e espaço daquela sociedade, além de acompanhar as particularidades da fase em que o educando está. Assim é que uma educação pode ser praticável na Suíça e não o ser na França; outra pode sê-lo entre os burgueses e outra ainda entre os nobres. “A maior ou menor facilidade de execução depende de mil circunstâncias, impossíveis de serem determinadas a não ser em uma aplicação particular do método em um ou noutro país, em uma ou noutra condição” (Rousseau, 2022b, p. 05).

Referente ao ensinamento dos conteúdos como Geografia, História, Ética Religião, Política e Botânica, Rousseau recorda da importância de conhecer a natureza da criança a fim de oferecer obstáculos que condizem com essa natureza, logo, é importante que o preceptor ou mestre a conheça bem, senão os conteúdos não terão relevância e não serão apreendidos. Para tal feito, Rousseau elabora várias situações imaginárias em que as lições são passadas por meio de situações problema, são elas: a da astronomia; a do jardineiro Robert; e a do prestidigitador. A primeira é uma lição relativa à natureza; as outras duas sobre o início do processo de sociabilidade, mas implicam em importantes e interessantes lições que as escolas transformam em preceitos penosos para os alunos. Por exemplo, a lição do caso do Jardineiro Robert Rousseau ensina conteúdos de geografia, agricultura, propriedade e moral. Além de seguir a natureza, essa forma de ensinar os conteúdos é educada pelo segundo mestre da educação, “as coisas”, Emílio aprenderá as lições pelos objetos e não por simples representações dele, diferente do que ocorre, por exemplo, na educação livresca onde a atenção não está voltada para as coisas em si. Segundo Rousseau a ação pedagógica segue por três fundamentos: as crianças não são adultos incompletos, mas completos em suas limitações; as lições, para terem sentido devem seguir a ordem da natureza; e por fim, o desenvolvimento moral não é fruto de lições a serem memorizadas, mas à vivência do convívio e do respeito com os outros seres humanos.

De acordo com esses conceitos, nas *Considerações* também são apresentadas orientações referentes ao currículo escolar, neste aspecto o filósofo genebrino diferencia instrução de educação, para ele as instruções (conteúdos comuns) devem ter espaço no currículo, no entanto, é primordial seguir as particularidades para quem está ensinando, no caso da Polônia a parte fundamental se trata em ensinar conteúdos sobre a própria Polônia, à vista disso, Rousseau expõe:

Quero que, aprendendo a ler, leia coisas de seu país; que aos 10 anos conheça todas as duas produções de sua terra, aos 12, todas as províncias, estradas cidades; aos 15, que saiba toda sua história; aos 16, todas suas leis, e que não tenha havido em toda Polônia uma bela ação nem um homem ilustre dos quais não carregue plenamente na memória e no coração, e sobre os quais não possa explicar imediatamente (Rousseau, 2022a, p. 182).

As instruções seriam os conteúdos de geografia, história, geometria, matemática... Igualmente ao que temos no currículo hoje em dia, para isso, como era de costume, os pais poderiam contratar preceptores que ensinasse as crianças sobre esses conhecimentos, no entanto, a verdadeira educação se realiza no coletivo, pois é no convívio com os cidadãos e sob o olhar da sociedade que o indivíduo se forma moralmente.

Em síntese, assim como na educação da natureza, Rousseau não postulou regras de aplicação universal, em suas obras o filósofo estudado sempre deixa claro que é necessário considerar o povo para qual se ensina, deve observar as condições dos indivíduos e isso se estende ao modelo de governo, a história, a geografia, o clima, entre outros fatores, contudo há uma condição que se pode aplicar ao ensino público em todas as instâncias: “a lei deve regular a matéria, a ordem e a forma de seus estudos” (Rousseau, 2022a, p. 182), em concordância com essa passagem, Jean-Jacques estabelece que as instituições escolares precisam ser administradas por um colégio de magistrados que não permita que os diretores

dirijam as escolas conforme a sua preferência sem reportar os motivos para o colégio, isto impede de que suas decisões sejam arbitrárias prejudicando o sistema escolar.

Seja qual for a forma dada à educação pública, sobre a qual não pretendo aqui entrar em detalhes, convém estabelecer um Colégio de Magistrados de primeira categoria, encarregado de sua suprema administração e que nomeie, revogue e mude ao seu bel-prazer tanto os reitores e diretores de colégio, que serão eles próprios, como já o disse, candidatos para as altas magistraturas, quanto os professores de exercícios, com os quais se terá o cuidado de estimular tanto o zelo quanto a vigilância através de cargos mais elevados que lhes serão abertos ou fechados segundo a maneira pela qual cumpram seus cargos atuais. Como a esperança, a glória e o destino da república dependem desses estabelecimentos, confesso atribuir a eles tamanha importância que muito me surpreende que em nenhum outro lugar se tenha pensado em lhes conferir. Aflijo-me pela humanidade por essas tantas ideias que, embora sejam muito praticáveis e me pareçam boas e úteis, se encontram sempre tão distantes de tudo aquilo que se faz (Rousseau, 2022a, p. 186).

Neste capítulo observamos as máximas de Rousseau para a educação, em específico a educação escolar. Por meio de como o homem e cidadão são formados podemos compreender quais são as diferenças pontuais e as características similares nos dois modelos de educação, através da obra *Emílio* analisamos as orientações que guiam a formação do homem, mediante as *Considerações* estudamos como o cidadão é forjado. Por fim, juntamos as características apresentadas nos dois modelos como direção de uma educação duradora realizada no âmbito escolar.

CONCLUSÃO

Esta dissertação buscou compreender a visão de Rousseau acerca da educação escolar e para isso mostrou-se necessário retornar às noções de educação e natureza humana. Na primeira etapa desta pesquisa nos dedicamos a compreender a concepção de natureza humana do autor, pois os seus modelos de educação são pautados na ideia de segui-la buscando preservar a bondade natural do indivíduo e promover seu desenvolvimento por completo. A antropologia que surge ao tratar sobre o estado de natureza serve, portanto, de fundamento para sua teoria da educação da natureza, que tem como cerne seguir os instintos naturais da criança.

Rousseau critica os modelos educacionais de sua época, tanto coletivos quanto privados, que priorizavam a transmissão de conteúdos ao invés do desenvolvimento natural da criança. Partindo de sua crítica, o filósofo genebrino elabora um modelo de educação que respeite as diferentes fases do desenvolvimento infantil, utilizando as tendências naturais como guia para o aprendizado. Longe de propor um abandono da criança a seus instintos, a educação da natureza respeita as etapas do desenvolvimento infantil, utiliza as inclinações naturais como o guia para o aprendizado. Uma elucidação de sua teoria é apresentada em *Nova Heloísa*, onde a metáfora do jardim inglês aparece em oposição à rigidez do jardim francês, fazendo-nos compreender que a educação deve cultivar o indivíduo em sua singularidade, permitindo um florescimento espontâneo e autêntico, sob a orientação atenta, mas não impositiva, do educador.

As "cenas pedagógicas" descritas em *Emílio* materializam os princípios da utilidade e da experiência, nos quais o conhecimento é construído através da interação direta com o mundo e da resolução de problemas práticos. Essa metodologia apresenta o aluno como

protagonista do aprendizado, ele deixa de ser mero receptor de conteúdos e se torna parte ativa do processo formativo. As cenas demonstram como a educação pode se valer dos próprios instintos e do ambiente para ensinar conhecimentos relevantes, tendo em vista, um desenvolvimento completo do indivíduo. O papel do educador, portanto, supera a figura do transmissor de informações, configurando-se como um facilitador que cria as condições para que o educando compreenda a realidade por si mesmo.

Verificamos que, ao tratar da educação, o autor propõe dois modelos: um particular e doméstico e outro público e comum. O primeiro tem como fundamento preservar a natureza humana, ao passo que o segundo tem como meio “desnaturar” o homem. No segundo capítulo da pesquisa nos dedicamos a analisar a educação pública ressaltando a formação do cidadão como seu principal objetivo. A educação pública, para Rousseau, é essencial para o desenvolvimento de um país livre, pois procura formar cidadãos virtuosos, capazes de seguir a vontade geral ao invés dos interesses particulares, os indivíduos passam por uma “desnaturação” positiva. Essa transformação se inicia na infância, por meio da educação pública que cultiva o amor às leis e à liberdade, inserindo nos corações o sentimento de amor à pátria. A figura do legislador, a exemplo de Moisés, Licurgo e Numa, é considerada como fundamental para moldar o "espírito nacional", por meio das instituições públicas fortalecem os laços sociais e despertam o amor pátrio. Rousseau considera que governar de acordo com as leis é a primeira regra para se formar uma sociedade justa. A virtude, segunda regra da economia política, atua como elemento central para a efetivação da vontade geral. Homens virtuosos, como Catão, optam pelo bem comum ao invés de suas vontades particulares, encontrando, dessa forma, na prosperidade da pátria a sua própria felicidade; constituindo casos exemplares e modelos de cidadania.

Contudo, a formação de cidadãos virtuosos não é possível sem que o Estado ofereça condições necessárias à de sua efetivação. A terceira regra da economia política é a proteção

dos cidadãos, o que implica a criação de uma pátria que seja mãe comum a todos os cidadãos, que ofereça condições mínimas de existência, combata a desigualdade e institua leis justas e adequadas à realidade do país. A proposta de educação pública elaborada por Rousseau nas *Considerações* se refere a um modelo escolar. Por meio dos princípios presentes na obra observamos que as crianças se tornarão cidadãos imbuídos de amor a pátria e respeito às leis, dessa forma, o objetivo da educação pública será efetivado. Os princípios de inserir o “espírito nacional”, promover o amor às leis, ensinar sobre o país, respeitar a cultura popular, garantir a acessibilidade, valorizar a educação física, adotar uma educação negativa e reconhecer o papel fundamental do mestre fornecem um arcabouço para a construção de um sistema escolar que contribua para o desenvolvimento de uma sociedade livre e justa.

No terceiro capítulo, abordamos as semelhanças entre os modelos de educação propostos por Rousseau. Após analisarmos os dois modelos de maneira separada, acreditamos que o caminho para a instituição escolar reside nas semelhanças entre eles. As máximas encontradas acerca da educação da natureza, no *Emílio*, e as máximas sobre a educação pública, explanadas na *Economia* e, principalmente, nas *Considerações*, formam o desenho geral da figura da escola. Considerando esses textos, tentamos mostrar que a primeira máxima é referente a educação negativa e que esta educação tem como fundamento seguir a natureza da criança impedindo que ela crie vícios. O desenvolvimento do educando é ditado pela natureza, evitando que haja imposição precoce de conhecimentos e valores externos. A educação negativa atua como uma âncora, impedindo que a criança seja desviada de sua marcha natural pelos vícios da sociedade. Rousseau argumenta que os primeiros movimentos da natureza são sempre retos e que a perversidade não é inata ao coração humano, mas sim introduzida pela sociedade. Portanto, a primeira etapa da educação deve consistir em proteger a criança dessas influências corruptoras, mantendo-a distante do que não é útil ao seu desenvolvimento, corrigindo-a através do exemplo e de situações que a reconduzam ao curso

natural. Mais uma vez, essa abordagem se opõe aos métodos pedagógicos da época, que frequentemente forçavam as crianças a memorizar conteúdos abstratos inadequados à sua capacidade cognitiva. A educação negativa respeita, em suma, as fases do desenvolvimento infantil reconhecendo que a criança é ser completo com suas próprias formas de pensar que vão se constituindo ao longo de um processo.

Ao analisarmos os modelos de educação, observamos que a educação negativa acentua três pontos importantes: o respeito ao ritmo de desenvolvimento da criança, o fortalecimento do corpo e a crítica ao ensino livresco (ou aquele que não atende os instintos naturais da criança). A respeito do desenvolvimento físico, Rousseau enfatiza a necessidade de respeitar o ritmo natural da criança, permitindo-lhe se movimentar livremente. A prática da educação física, juntamente com a implementação de espaços adequados nas escolas, é vista como fundamental não apenas para o desenvolvimento do corpo, mas também para o desenvolvimento moral. A máxima do desenvolvimento do corpo está presente, também, na proposta dos jogos públicos. Seguindo como exemplo a sociedade espartana, os jogos públicos buscam inserir, desde a infância, o amor à pátria e os princípios da vida em comunidade. Ao promoverem a competição sob o olhar da sociedade, os jogos estimulam o desejo de aprovação pública e também ensinam valores que guiarão a vida do educando: a regra, a igualdade e a fraternidade. Os jogos, dessa maneira, deixam de ser apenas um exercício físico e passam a ser um espaço de aprendizado prático das leis, dos deveres cívicos e uma forma de inserir no coração dos jovens o amor pátrio.

Em ambos os modelos — educação da natureza e educação pública — valoriza-se a aprendizagem pela experiência e pela utilidade. Esta é uma das máximas que orientam a instituição escolar. Para o filósofo, o ensino livresco não permite que o educando tenha contato direto com as “coisas”, apenas com suas representações. Ademais, as crianças ficam

presas na interpretação de outrem. Os próprios fatos, mediados por um educador, devem conduzir o desenvolvimento do juízo infantil. Assim como na educação negativa, o princípio da utilidade e da experiência visa proteger a criança de influências externas prematuras, permitindo que ela construa seu entendimento a partir de suas próprias vivências. Uma figura importante para o funcionamento da escola é a do educador. Para Rousseau, a educação é um tripé composto pela natureza, pelas coisas e pelos homens. A natureza, percebida pelos sentidos, desenvolve as faculdades mentais. As coisas, o contato direto com os objetos, proporcionam aprendizado através da experiência. E os homens, através da instrução, transmitem conhecimentos. Assim como pudemos observar ao tratar da educação negativa e o ensino pela experiência, o educador deve conhecer a natureza da criança e a fase em que se encontra para apresentar obstáculos e lições que estejam de acordo com o seu desenvolvimento natural e que a faça, portanto, criar hábitos duradouros conforme a própria natureza. Dessa forma, o mestre em primeiro momento, se torna um mediador entre a criança e a natureza. À medida que a criança cresce, o educador adapta sua abordagem, introduzindo lições morais no momento oportuno e guiando o jovem para ter desenvolvimento completo.

Por fim, tratamos dos conteúdos escolares. Para o filósofo genebrino, os conteúdos ensinados devem estar ligados à natureza da criança e às particularidades do povo ao qual ela pertence. O filósofo não propõe um currículo universal, pois há a necessidade de adaptar o ensino aos costumes, à história, à economia, à geografia e a outros fatores específicos de cada sociedade, bem como às fases de desenvolvimento do educando. Observamos que, além de se preocupar com o currículo e os conteúdos ministrados, o filósofo também aponta a maneira como eles devem ser ensinados. Não podemos perder de vista toda a sua filosofia acerca da educação. Ao ensinar conteúdos comuns do currículo, como economia, astronomia, entre outros, o filósofo argumenta que esse ensino deve ocorrer de forma prática, em contato com “as coisas”, e não por meio de representações. Ele defende que, ao ministrar tais conteúdos, os

educadores devem compreender que não é da natureza da criança permanecer imóvel e, por esse motivo, as escolas deveriam dispor de espaços adequados para que ela possa se movimentar. O conteúdo escolar não é um conjunto fixo de informações a serem transmitidas, mas um conjunto dinâmico de conhecimentos e experiências que devem ser cuidadosamente selecionados e apresentados de acordo com a natureza da criança e as especificidades da nação. O objetivo é formar indivíduos e cidadãos conscientes, capazes de compreender o mundo ao seu redor de maneira autônoma e que se preocupem com o bem comum.

A escola, na visão do autor, é um espaço que busca formar o cidadão ao mesmo tempo que desenvolve o homem. Ela tem como premissa seguir a natureza do educando, para que, assim, possa realizar o processo de desnaturação, tirando-o da esfera individual e colocando-o na coletiva. Com respeito às particularidades de cada fase do desenvolvimento da criança, a instituição escolar deve ser regida por princípios e conter máximas que transformem os indivíduos em cidadãos virtuosos. A filosofia de Rousseau acerca da educação influenciou a ideia de que a educação pública é uma obrigação dos Estados. Para o filósofo, a educação não deve ser um privilégio de poucos, mas sim um direito universal, acessível a todos os indivíduos, independentemente de sua condição social ou econômica. Observamos essa máxima no verbete *Economia* e sua aplicação nas *Considerações*. De acordo com a realidade da Polônia, o filósofo genebrino propôs a implementação de bolsas de estudo para aqueles que não pudessem pagar os colégios, uma vez que, em seu tempo, a educação era predominantemente paga e inexistia uma política pública que garantisse o acesso de todos ao ensino.

Outro aspecto relevante da filosofia rousseauiana é sua influência sobre métodos pedagógicos, especialmente por meio da máxima “conhecer o vosso aluno”. Embora o conceito de “natureza” em sua filosofia tenha sido alvo de críticas, é possível compreendê-lo, no contexto educacional, como a atenção às diferentes fases do desenvolvimento cognitivo,

físico e emocional do ser humano. Reconhecer tais estágios é fundamental para uma educação que respeite o ritmo e as necessidades de cada indivíduo. No entanto, uma investigação mais aprofundada sobre essas influências e seus desdobramentos pedagógicos constitui objeto de uma pesquisa futura.

REFERÊNCIAS

OBRAS DE ROUSSEAU:

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **As Confissões de Jean-Jacques Rousseau**. Tradução e Prefácio de Wilson Lousada. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1948.

_____. **Carta a Christophe de Beaumont**. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. Campinas: IFCH/ Unicamp, 2004b. (Clássicos da Filosofia).

_____. **Considerações Sobre o Governo da Polônia e sua Reforma Projetada**. In: **Textos de Intervenção Política**. Tradução Thiago Vargas. São Paulo: Editora Unesp, 2022a.

_____. *Economia (Moral e Política)*. Trad. Maria das Graças de Souza. In: DIDEROT, Denis; D'ALAMBERT, Jean Le Rond (org.) **Enciclopédia**, v.4. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

_____. **Discurso Sobre as Ciências e as Artes**. Tradução de Lourdes Santos Machado. Introdução e notas de Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores; volume II).

_____. **Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens**. São Paulo: Ubu Editora, 2020a.

_____. “Dissertação apresentada ao sr. de Mably sobre a educação do senhor seu filho”. In: **Ensaaios pedagógicos**. Tradução e apresentação Priscila Grigoletto Nacarato. Bragança Paulista: Comenius, 2004a. P. 18-48.

_____. **Do Contrato Social ou Princípios do Direito Político**. São Paulo: Editora Ubu, 2020b. Tradução de Ciro Lourenço Borjes Jr. e Thiago Vargas.

_____. **Emílio ou da Educação**. Tradução Thomaz Kawauche. São Paulo: Editora Unesp, 2022b.

_____. Princípio do Direito da Guerra. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 34, n. 1, p. 149-172, nov. 2011. Tradução Evaldo Becker.

_____. **Projeto para a Educação do Senhor de Sainte- Marie**. Florianópolis: Editora Paraula, 1994.

_____. **Oeuvres complètes**. Paris: Gallimard, 1969.

OBRAS DE OUTROS AUTORES:

ALMEIDA JÚNIOR, José Benedito. **A questão da Educação na obra de Jean-Jacques Rousseau**. 1997. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Filosofia, Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

_____. **Educação e política em Jean-Jacques Rousseau**. Uberlândia: Edufu, 2009.

_____. **Como ler Jean-Jacques Rousseau**. Coleção Como ler Filosofia. São Paulo: Paulus, 2013.

_____. **A educação pública em Rousseau**. Filosofia e Educação - ISSN 1984-9605 - Volume 4, Número 2 Outubro de 2012 - Março de 2013.

ALVES, Jhonatan Diógenes de Oliveira; TOLEDO, César de Alencar Arnaut de. A Pedagogia de Rousseau e sua crítica à educação na França do século XVIII. **Olhares: Revista Do Departamento De Educação Da Unifesp**, 7(3), 166–177. Disponível em:

<https://doi.org/10.34024/olhares.2019.v7.9425>.

ARBOUSSE-BASTIDE, Paul; MACHADO, Lourival Gomes. Vida e Obra. In: **ROUSSEAU, Jean-Jacques**. Os pensadores. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ARMOND, Ana Cristina. **Saúde da Criança em Rousseau**. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Filosofia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

BADINTER, Elisabeth. **Émilie, Émile**: a ambição feminina no século XVIII. Trad. Celeste Marcondes. São Paulo: Discurso Editorial; Duna Dueto; Paz e Terra, 2003.

BECKER, Evaldo. Educação e política: notas sobre a formação do homem e do cidadão em Rousseau. **Contexto e Educação**. Ijuí: Ed. Unijuí. Ano 24, nº 82, jul./dez. 2009. P. 35 – 58.

_____. **Política e Linguagem em Rousseau**. 2008. 268 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BOTO, Carlota. **Instrução pública e projeto civilizador**: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola. São Paulo: UNESP, 2017.

_____. ROUSSEAU PRECEPTOR: orientações pedagógicas para a instrução de crianças verdadeiras. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 145, p. 226-247, jan. 2012.

Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/issue/view/4>. Acesso em: 30 ago. 2023.

BURGELIN, Pierre. Prefácio. In: ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

CASSIRER, Ernst. **A questão de Jean-Jacques Rousseau**. Trad. Erlon José Paschoal e Jézio Gutierrez. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CERIZARA, Beatriz. **Rousseau: a educação na infância**. Série Pensamento e ação no magistério. São Paulo: Scipione, 1990.

CIOPO ELIAS, Marisa Del. **De Emílio à Emília**. São Paulo: Scipione, 1986.

CHAUI, Marilena. **Iniciação à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2012.

DALBOSCO, Claudio Almir. Primeira infância e educação natural em Rousseau: as necessidades da criança. **Educação**, Porto Alegre, v. 62, n. 2, p. 313-336, maio/ago. 2007.

_____. Paradoxos da educação natural no Émile de Rousseau: os cuidados do adulto.

Educação e Sociedade, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 175-193, jan./abr. 2009.

_____. **Educação natural em Rousseau: das necessidades da criança e dos cuidados do adulto**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

DENT, Nicholas. J.H. **Dicionário Rousseau**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

DERATHÉ, Roberth. **Jean-Jacques Rousseau e a Ciência Política de seu Tempo**.

França/Brasil: Discurso Editorial e Barcarolla, 2009.

_____. **Le rationalisme de Jean -Jacques Rousseau**. Paris: Presses Universitaires de France, 1948.

_____. **O racionalismo de Jean-Jacques Rousseau**. Tradução de Suzana Albornoz.

Cadernos de Educação, Rio Grande do Sul, n. 41, 2012.

DESCARTES, René. **Meditações Metafísicas**. Tradução, Bento Prado Jr. São Paulo: Abril, 1979.

DIDEROT, Denis.; ALEMBERT, Jean le Rond. **Verbetes políticos da Enciclopédia**. São Paulo: Discurso Editorial; Unesp, 2006.

DOZOL, Marlene de Sousa. **Da figura do mestre**. São Paulo, Eduspe; autores associados, 2003.

EIGELDINGER, Marc. **Jean-Jacques Rousseau et la Realité de L 'Imaginaire**. Neuchâtel: Ed. la Baconnière, 1962.

FRANCISCO, Maria de Fátima Simões. A filosofia da educação de Rousseau – uma proposta de releitura do Emílio. **Cadernos de História e Filosofia da Educação**, v. II, n. 4, pág. 35-42. São Paulo: Editora da Faculdade de Educação da USP, 1998.

_____. Rousseau e a questão das educações pública e doméstica. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**. São Paulo: USP. 16, 1/2010, p. 59 – 78.

FORTES, Luiz Roberto de Salinas. O Poder Desmitificado. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; PRADO JUNIOR, Bento (org.). **Almanaque 9**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979. p. 64-67.

_____. **Rousseau: da teoria à prática**. Coleção Ensaios. São Paulo: Ática, 1976.

_____. **Rousseau o bom selvagem**. São Paulo: Ftd, 1989.

KAWAUCHE, Thomaz. **Educação e Filosofia no Emílio de Rousseau**. São Paulo: Editora Unifesp, 2021.

_____. Ordenar as Paixões: reconhecimento e sociabilidade no Emílio de Rousseau- segunda parte. **Revista Dialectus**, Ceará, v. 9, n. 17, p. 271-292, ago. 2020.

_____. **Religião e Política em Rousseau**. São Paulo: Humanitas, 2013.

KANT, I. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Outros Escritos**. São Paulo: Martin Claret: 2004.

MACHADO, Lourival Gomes. **Homem e Sociedade na Teoria Política de Jean-Jacques Rousseau**, São Paulo: Livraria Martins, 1968.

_____. Introdução. *In*: Os Pensadores, **Jean-Jacques Rousseau**, São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

MARUYAMA, Natália. **A Contradição entre o Homem e o Cidadão**: Consciência e Política segundo J.-J. Rousseau. São Paulo, Humanitas/Fapesp, 2001.

NASCIMENTO, Milton Meira do. O Contrato Social – entre a escala e o programa. *In*: **Discurso 17**, Revista do Departamento de Filosofia, São Paulo, Polis, 1980.

_____. **Opinião Pública e Revolução**: aspectos do discurso político na França revolucionária, São Paulo, Nova Stella e EDUSP, 1989.

PAIVA, Wilson Alves de. A Religião de Rousseau. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 28, n. 55, p. 395-421, jan. 2014.

_____. **O Emílio de Rousseau**: e a formação do cidadão do mundo moderno. São Paulo: Dialética Editora, 2021.

_____. Natureza e natureza: dois conceitos complementares em Rousseau. **Controvérsia**, [s. l], v. 3, n. 2, p. 60-65, dez. 2007.

PLUTARCO. **Vidas Paralelas**. Tradução: Gilson César Cardoso. Introdução e notas: Paulo Matos Peixoto. São Paulo: PAUMAPE, 1991.

PRADO JR, Bento. **A retórica de Rousseau e outros ensaios**. Organização e apresentação Franklin de Mattos; Trad. Cristina Prado. São Paulo: Cosac Naify, 2008. p. 329-338.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOUSA, Ronés Aureliano de. **Educação em Rousseau: formando homens e cidadãos**. 2015. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Filosofia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

STRECK, Danilo Romeu. **Rousseau & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

STAROBINSKI, Jean. **Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo**. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOËTARD, Michel. **Jean-Jacques Rousseau**. Recife: Editora Massangana, 2010.

VARGAS, Thiago. **As sociedades e as trocas – Rousseau, a economia política e os fundamentos filosóficos do liberalismo**. São Paulo/Paris, 2020. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de São Paulo/ Université Paris I Panthéon- Sorbonee.

_____. Trabalho e Ócio no Emílio de Rousseau. **Cadernos de Ética e Filosofia Política: Cadernos de Ética e Filosofia Política**, São Paulo, v. 123, n. 29, p. 122-137, dez. 2016.

VICENTE, José João Neves Barbosa. Rousseau E A “Revolução” No Campo Da Educação. **Revista Lampejo**, Fortaleza, v. 10, n. 2, p. 72-80, jun. 2022.